



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
CIÊNCIAS HUMANAS

Julian Pegoraro Silvestrin

**Transmasculinidades, práticas corporais e esportivas**

Florianópolis,  
2024.

Julian Pegoraro Silvestrin

## **Transmasculinidades, práticas corporais e esportivas**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

Coorientadora: Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial

Florianópolis,  
2024.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silvestrin, Julian Pegoraro  
Transmasculinidades, práticas corporais e esportivas /  
Julian Pegoraro Silvestrin ; orientador, Alexandre  
Fernandez Vaz, coorientador, Carmen Silvia de Moraes Rial,  
2024.  
124 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. transmasculinidades. 3.  
esportes. 4. futebol rúgbi lutas. 5. corpo. I. Vaz,  
Alexandre Fernandez. II. Rial, Carmen Silvia de Moraes.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV.  
Título.

Julian Pegoraro Silvestrin

**Transmasculinidades, práticas corporais e esportivas**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 21 de junho de 2024,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Caroline Soares de Almeida, Dr.(a)  
UFPE

Prof.(a) Michelle Carreirão Gonçalves, Dr.(a)  
UFRJ

Prof.(a) Danielle Torri, Dr.(a)  
UFPR

Prof.(a) Gabriela Miranda Marques, Dr.(a)  
UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado  
adequado para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Alexandre Fernandez Vaz, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2024.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) pelo acolhimento da pesquisa e condições para que ela se desenvolvesse. Ao meu orientador, Professor Dr. Alexandre Fernandes Vaz, por ensinar a pensar melhor e por todo suporte, sempre muito presente e companheiro. A minha co-orientadora, Professora Dra. Carmen Rial, que também propiciou um terreno fértil para a pesquisa.

Dentro do programa, agradeço ainda às servidoras Cristina Francisco e Luciana Zica, sempre atentas e disponíveis para auxiliar com as questões burocráticas, e aos professores e colegas pelos ensinamentos, pelas discussões e parcerias. Dos colegas agradeço especialmente a Flavia Ramos, Elaine Schmitt e Geni Nuñez, com quem compartilhei um ano de representação discente no Colegiado do Curso; ao Javier Guevara que me instigou a sustentar a transferência com a psicanálise durante o doutoramento; a Monique Malcher, presença importante no nosso último ano de prorrogações.

Aos e às colegas do Núcleo de Pesquisa Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/UFSC/CNPq), coordenado pelo Professor Dr. Alexandre Fernandes Vaz. Não ousarei nomeá-los porque são muitos e cada um contribuiu com suas leituras, intervenções e questionamentos nas nossas reuniões e eventos. O Núcleo foi essencial para o andamento e rumo da pesquisa.

A todos/todas/todes colegas do Núcleo de Pesquisa em Travestilidades, transexualidades e transgeneridades (NETRANS/UFSC/CNPq), coordenado pela Professora Dra. Olga Regina Zigelli. Núcleo que mostrou as potências e impasses por vezes intransponíveis do agrupamento acadêmico em torno da identidade.

Aos e às colegas do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC/CNPq), coordenado pela Professora Dra. Carmen Rial. Tivemos aproximações pontuais, mas importantes para a feitura do trabalho.

Às e ao membro das bancas, tanto de qualificação como de defesa de tese, pela leitura atenta e contribuições para o andamento da pesquisa e para a entrega do texto final: Dr. Wagner Xavier de Camargo, Dra. Caroline Soares de Almeida, Dra. Michelle Carreirão Gonçalves, Dra. Danielle Torri e Dra. Gabriela Miranda Marques; parcerias em muitos outros momentos de trabalho para além das bancas.

Aos interlocutores da tese, especialmente a Bernardo, Bruno, Rafael, Tiely e Tom, mas também a todos os homens trans e pessoas transmaculinas que de diferentes formas deram seus testemunhos em quadra, em eventos e em conversas informais, Raphael, Pedro, Leonardo... Também às equipes que me acolheram neste período: Meninos Bons de Bola, Transversão, Os T Mosqueteiros, Tamanduás Bandeira e Bharbixas, e as categorias femininas de rúgbi do Desterro e do BH. Colocar o corpo em campo e para jogo foi imprescindível, para muito além da realização da pesquisa e formação do pesquisador.

Ao Eric Seger de Camargo, pelo apoio e pelas trocas.

Aos meus analistas, que acompanharam minhas loucuras e ajudaram a sustentar os trabalhos, cada qual em um momento diferente do doutorado e escrita da tese.

Ao meu amor, Rafaela, à minha família, amigos e amigas, por todo suporte, incentivo e paciência durante esses anos.

Por último, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa que tornou essa pesquisa viável especialmente na realização de campo em São Paulo.

## **Resumo**

A crescente presença de pessoas trans nas quadras, campos, pistas e ringues esportivos desafia a normatividade instituída de esporte, particularmente no que tange à divisão binária entre categorias femininas e masculinas. Esta tese investiga as práticas esportivas de pessoas transmasculinas, discutindo as transmasculinidades nos esportes em sua relação com outras masculinidades. Entendem-se por pessoas transmasculinas aquelas que foram designadas do sexo feminino ao nascer, mas que se identificam e expressam suas corporalidades através das masculinidades. Esta etnografia foi feita com entrevistas e pesquisa de campo em times de futebol transmasculinos e de rúgbi LGBTQIAPN+ inclusivo, além de trazer relatos autobiográficos do pesquisador que é homem trans e jogador de rúgbi. Os times em questão se configuram, na sua maioria, como coletivos que competem em amistosos e festivais de celebração das diversidades, negociando em que categoria atuam (masculina, mista, transmasculina). A tese traz também considerações sobre pessoas trans nas lutas, apontando que os desafios enfrentados pelas mulheres são diferentes dos homens, e que cada modalidade esportiva exige e produz uma masculinidade específica, assim como demanda um corpo específico a ser construído dependendo do nível de competitividade. Sobre os diferentes níveis de competitividade, conclui que é preciso que, no contexto do alto rendimento mais pessoas trans tomem parte das diferentes modalidades para que critérios mais justos de competição sejam formulados, mas também, que é preciso olhar para as práticas de lazer e amadora sob outras perspectivas, incluindo aquela que aparece como uma saída encontrada pelos próprios sujeitos da prática: equipes e categorias transexclusivas. O trabalho aponta, portanto, que a presença das pessoas trans leva o campo esportivo a se repensar.

**Palavras-chaves:** transmasculinidades; esportes; futebol; rúgbi; lutas.

## **Abstract**

The growing presence of trans people on courts, fields, tracks, and sports rings challenges the established normativity of sports, particularly regarding the binary division between female and male categories. This thesis investigates the sports practices of transmasculine people, discussing transmasculinities in sports in their relation to other masculinities. Transmasculine people are understood to be those who were assigned female at birth but who identify and express their bodies through masculinities. This ethnography was conducted with interviews and field research in transmasculine soccer teams and inclusive LGBTQIAPN+ rugby teams, in addition to bringing autobiographical accounts from the researcher who is a trans man and rugby player. The teams in question are mostly configured as collectives that compete in friendly matches and festivals celebrating diversity, negotiating in which category they compete (male, mixed, transmasculine). The thesis also brings considerations about trans people in sports, pointing out that the challenges faced by women are different from those faced by men, and that each sport requires and produces a specific masculinity, as well as demands a specific body to be built depending on the level of competitiveness. Regarding the different levels of competitiveness, it concludes that in the context of high performance, more trans people need to take part in different sports so that fairer competition criteria can be formulated, but also, that it is necessary to look at leisure and amateur practices from other perspectives, including the one that appears as a solution found by the practitioners themselves: trans-exclusive teams and categories. The work thus points out that the presence of trans people leads the sports field to rethink itself.

**Keywords:** transmasculinities; sports; soccer; rugby; combat sports.

## Lista de imagens

<b>Figura 1-</b> Pedro (MBB), Maria Joaquina, Julian .....	28
<b>Figura 2-</b> Imagem de divulgação do futebol na Casa Florescer .....	29
<b>Figura 3-</b> Primeiro dia na Casa Florescer .....	30
<b>Figura 4-</b> Primeiro treino com o MBB .....	35
<b>Figura 5-</b> Festival Ninja com o MBB .....	44
<b>Figura 6 –</b> Chamada para mobilização .....	49
<b>Figura 7-</b> 3º Festival MBB .....	51
<b>Figura 8 -</b> Amistoso <i>Ciervos Pampas</i> x Tamanduás Bandeira .....	68
<b>Figura 9 -</b> Treino arco-íris no Parque Ibirapuera .....	71
<b>Figura 10 -</b> Roda de conversa na escola .....	72
<b>Figura 11-</b> Oficina de rúgbi na escola .....	73
<b>Figura 12 -</b> Encontro de coletivos no SESC .....	75
<b>Figura 13-</b> Partida de rúgbi no treino no Parque Villa-Lobos .....	76
<b>Figura 14 -</b> Gaymada no Largo do Arouche .....	77
<b>Figura 15 -</b> Jogador sentado sob a tenda do Tamanduás no intervalo dos jogos enquanto outras equipes aquecem junto ao campo .....	80
<b>Figura 16 -</b> Tradicionais poses do Tamanduás, no <i>Lions</i> .....	81
<b>Figura 17-</b> Tamanduás recebendo o <i>Men's Wooden Spoon</i> .....	84
<b>Figura 18 -</b> Equipe Tamanduás (branca) e Equipe Bandeira (preta) no Athenas <i>Beach Rugby</i> de 2020 .....	85
<b>Figura 19 -</b> Imagens de jogos do Bandeira no <i>beach</i> .....	89
<b>Figura 20 -</b> Cartaz de divulgação conversa com o Desterro .....	92
<b>Figura 21 -</b> Momento de prática conjunta anterior aos jogos .....	93
<b>Figura 22 -</b> Cartaz live BH <i>Rugby</i> .....	94
<b>Figura 23 -</b> Cartaz de divulgação do evento Manhã Poc Esportiva .....	96
<b>Figura 24 -</b> Treino Bhabixas no Parque da Pampulha .....	97
<b>Figura 25 -</b> Lutas <i>Transfighter</i> .....	112
<b>Figura 26 -</b> Organização e competidores no final do evento .....	113

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>2. Os futebóis praticados por pessoas transmasculinas .....</b>	<b>21</b>
2.1 Entrando em campo: os times de São Paulo .....	22
2.2 Os interlocutores .....	34
2.3 <i>Eu só queria jogar bola!</i> Das trajetórias .....	38
2.4 Competitividade e sociabilidade .....	44
2.5 Pandemia .....	58
<b>3. O rúgbi inclusivo LGBTQIAPN+ .....</b>	<b>62</b>
3.1 O Tamanduás Bandeira .....	66
3.2 Das transições: da equipe feminina para a masculina; de <i>forward</i> à <i>back</i> ; da Série A para o Desenvolvimento .....	69
3.2.1 O <i>Lions</i> .....	79
3.2.2. O <i>Beach</i> .....	85
3.2.3. Outros deslocamentos .....	90
3.2.4. Nova incursão: Bhabixas .....	92
<b>4. Considerações sobre pessoas trans nas lutas esportivas .....</b>	<b>99</b>
4.1 O cenário .....	101
4.2 Treinamento misto e masculinização .....	105
<b>5. Considerações finais .....</b>	<b>114</b>
<b>Referências .....</b>	<b>118</b>

## 1. Introdução

Como um homem trans que atribuía importância significativa à prática esportiva em minha vida, especialmente aos esportes coletivos, que em sua maioria separam homens e mulheres em categorias distintas, em determinado momento me deparei com a incompatibilidade da prática com a transição de gênero. Essa incompatibilidade advinha de um não saber-fazer com o corpo que vinha se transformando e que lugar ele agora poderia ocupar. Instigava-me saber quais as possibilidades de prática de outras pessoas transmasculinas: como estariam elaborando suas experiências nesse âmbito? Estariam se inserindo nas práticas normativas (se sim, de que forma?) ou criando outros espaços?

Ao me deparar com vários canais na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube*, mostrando narrativas de transição de homens trans, percebi que era comum que recorressem à musculação como tecnologia de modificação corporal, atribuindo aos exercícios para o segmento superior (peitoral, costas e braços) o ganho de características masculinas. Isso me colocou a questão: só resta a musculação?

Os primeiros trabalhos que ajudaram a circunscrever nosso objeto são os de Cleiton Rego (2014) e Cleiton Vieira e Rozeli Porto (2019), que não tratam da prática esportiva em si, mas que investigam questões sobre saúde e construção corporal de homens trans, indicando a hipertrofia muscular como tecnologia de gênero além da hormonização com testosterona na construção de uma corporalidade transmasculina. A tese de Simone Ávila (2014) “Transhomens, a emergência das transmasculinidades no Brasil” e seus desdobramentos, como o texto “Transmasculinidades e mídias digitais: questões metodológicas” (Ávila; Grossi; Miskolci, 2017) que apontam que a constituição desses sujeitos na contemporaneidade se dá em rede. Em canais e perfis de usuários de plataformas de compartilhamento de imagens e vídeos na internet circulam narrativas que documentam a transição de gênero ao demonstrar as mudanças corporais possibilitadas pelo uso de fármacos (como os compostos de testosterona e o minoxidil) e cirurgias (como de retirada das mamas e construção peniana), sendo que os exercícios físicos aparecem como complementares ao estimularem melhor aproveitamento das outras técnicas. Essas narrativas acabam por produzir identificação e educam corporalidades trans, podendo contribuir para a normatização desses corpos, e que gostaríamos de verificar se reverberam nas práticas esportivas.

Além de investigar como vem se dando as práticas corporais e esportivas de pessoas transmasculinas, importa-nos pensar essas práticas em sua relação com as masculinidades, quer dizer, sabemos da relação entre masculinidade e esportes, cada modalidade esportiva tem sua especificidade e igualmente exige e produz uma masculinidade específica. Sobre a emergência de masculinidades que partem de sujeitos trans, orientou-nos também o trabalho de Guilherme de Almeida (2012): em “Homens trans: novos matizes das masculinidades?”; e acerca de corporalidades em trânsito, a dissertação de Sereno S. Repolês (2017), “Recalculando rotas: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas”. Ambos os trabalhos fornecem elementos que nos ajudam a pensar termos êmicos como a *passabilidade* e a própria noção de transmasculinidades.

Buscando referencial teórico acerca das pessoas trans no esporte, constatamos que existem estudos consolidados nos países do Norte Global. Caroline Symons (2004), Ann Travers (2006), por exemplo, denunciam o binarismo cis das práticas, que mesmo em competições LGBTQIAPN+<sup>1</sup> resistem em integrar atletas trans. Em países como Estados Unidos, *locus* de algumas investigações dessas autoras, as ligas esportivas de gays e lésbicas e mais tarde as competições que hoje nomeamos LGBTQIAPN+ existem desde os anos 1970.

No Brasil, tanto as produções esportivas como as acadêmicas são mais recentes. São importantes os trabalhos de Wagner Xavier de Camargo que num primeiro momento, em sua tese e publicações que se desdobram dela (2012; 2016; 2017), aborda as competições LGBT internacionais e, tal como Symons, aponta a dificuldade da circulação das mulheres trans nas práticas e em seus ambientes (banheiros, vestiários), mas também traz o potencial disruptivo das práticas que dissonam daquelas institucionalizadas e normativas (como as que compõem as competições LGBTQIAPN+). Há a invisibilidade de homens trans nesse primeiro momento, talvez menos pelo olhar do pesquisador do que em razão da própria dinâmica das transmasculinidades (de diluição na multidão, inclusive como heterossexuais). Posteriormente, o autor volta seu olhar para as configurações futebolísticas e competições nacionais que vêm surgindo, como faz em “Dimensões de gênero e os múltiplos futebóis no Brasil”, e ali passa a abordar também as transmasculinidades (Camargo, 2020).

---

<sup>1</sup> A sigla adotada pelo autor neste trabalho está em consonância com a reivindicação atual dos movimentos sociais e abreviam: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, agênero, pansexuais, não-binários e outras identidades sexuais e de gênero que não estão contempladas nas anteriores. Entretanto, outras variações podem aparecer, a depender de como aparece em cada trabalho citado ou como cada coletivo se nomeia.

A presença mais marcante desses novos sujeitos na esfera pública, inclusive na universidade fazendo pesquisas, também impulsionam as produções. As polêmicas que surgem em torno da jogadora de vôlei brasileira Tiffany Abreu - atleta trans que tem maior notoriedade no esporte profissional e de alto rendimento, competindo na categoria feminina desde 2017 - e dos Projetos de Lei que tramitam no legislativo neste período, em nível municipal, estadual e federal, visando estabelecer o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais, também compõem a complexidade da sociedade brasileira no trato com a questão.

Vejamos alguns PL:

O PL 2200/19<sup>2</sup>, de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA): “Dispõe sobre a proibição da participação de atletas transexuais do sexo masculino (HOMENS TRAVESTIDOS OU FANTASIADOS DE MULHER) em competições do sexo feminino em todo o Território Nacional” (sic). Justifica que:

O indivíduo, mesmo vestido de mulher, com silicone no peito, querendo ter seios, que só mulheres possuem, castrando os seus instrumentos masculinos, querendo ter vagina, que só mulheres possuem, ainda assim possuirá organismo, força e capacidade física masculina.

E utilizando de argumentos religiosos afirma que “É sabido que homem e mulher, sexos criados por Deus, têm compleições físicas diferentes. A capacidade de força é muito maior para o homem do que para a mulher”.

A esse texto grotesco fez-se dois apênses. O primeiro é o PL 2596/19<sup>3</sup> do deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF), que ao melhorar o texto apresentado pelo pastor sargento: “Estabelece o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições organizadas pelas entidades de administração do desporto no Brasil”. Reforça que “a intenção da proposta não é promover preconceito, mas a de igualar as condições entre os competidores”. O que é curioso, porque isso é justamente o que os órgãos reguladores do esporte fazem, inclusive quando equipes médicas e científicas colocam restrições na participação dessas atletas (majoritariamente das mulheres trans), e não proibindo.

É o caso do Comitê Olímpico Internacional (COI), por exemplo. O maior órgão normativo esportivo e que serve de exemplo para as regulações esportivas em outros níveis, prevê que atletas trans estão elegíveis para competições olímpicas desde que cumpram os

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197492> com acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2199734> com acesso em 03 de janeiro de 2021.

critérios estabelecidos pela sua equipe multidisciplinar, formada por médicos e pesquisadores fisiologistas e de outras disciplinas. Para os jogos do Rio 2016, que acabaram não contando com a participação de pessoas trans nas competições, os critérios foram: a manutenção da taxa hormonal de testosterona abaixo dos 10 nmol por L de sangue nos últimos 12 meses que antecedem a competição para as atletas trans competindo na categoria feminina e sem restrições aos atletas trans competindo na categoria masculina. Hoje, a taxa hormonal permitida é ainda mais baixa, abaixo dos 5 nanomoles/L por um ano. E embora regulada, a própria elegibilidade dessas/desses atletas é questionada e sua presença deslegitimada socialmente.

Vale apontar que durante a escrita da tese aconteceram os trigésimos segundos Jogos Olímpicos, em Tóquio. As Olimpíadas, que seriam em 2020, se deram no ano seguinte, em 2021, devido às restrições causadas pela pandemia de covid-19. Foi a primeira edição a contar com a participação de atletas abertamente trans: Lauren Hubbard, mulher trans neozelandesa no levantamento de peso; duas pessoas não-binárias no futebol feminino, Quinn, canadense que sagrou-se campeão e Yakoyama, do Japão; Alana Smith, também uma pessoa não-binária competindo na categoria feminina da nova modalidade *skate park*.

O segundo apense é o PL 3396/20<sup>4</sup>, apresentado pela deputada Bia Kicis (PSL/DF), que amplia consideravelmente a justificativa embasando-a com dados pretensamente científicos e matérias midiáticas.

Outro projeto é o PL 2596/19 – PL 2639/19<sup>5</sup> do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ):

Assim, do ponto de vista fisiológico, esses atletas vêm apresentando injustas vantagens comparativas. Trata-se, portanto, de proposição que visa a promover o equilíbrio no esporte masculino e feminino, sem qualquer tipo de juízo de valor acerca das opções da vida privada de homens e mulheres.

Há pouquíssimas atletas trans no cenário esportivo nacional, sendo que apenas uma delas (Tiffany, atleta do Sesi/Bauru vôlei) compete em nível de alto rendimento e segundo os marcadores da modalidade (nas valências físicas destacadas pelos PL estão força e velocidade; nos fundamentos da modalidade podemos destacar bloqueio, corte e saque) sua performance segundo as próprias estatísticas técnicas se iguala a de suas companheiras, o que desmente a afirmação “esses atletas vêm apresentando injustas vantagens comparativas”.

---

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1905250&filename=Tramitacao-PL+3396/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1905250&filename=Tramitacao-PL+3396/2020) com acesso em 03 de janeiro de 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2200309> com acesso em 03 de janeiro de 2021.

Percebe-se novamente a tentativa de minimizar o valor do conteúdo moral do argumento voltando-se para a roupagem científica da fisiologia, velha conhecida na justificativa das discriminações que se convertem em assimetrias e desigualdades e constantemente reivindicada pelos discursos autoritários.

Durante a escrita da tese, o PL 346/19<sup>6</sup> de autoria do deputado estadual Altair Moraes (PRB) com emenda da deputada Janaina Paschoal, foi o que gerou maior mobilização inclusive entre os sujeitos do campo de pesquisa que compõem esta tese. Ele tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo e “estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado de São Paulo”.

Entendemos que a crítica aos argumentos biologicistas a partir do próprio discurso biologicizante não é suficiente. Se a sociedade reconhece que pessoas trans existem, se o Estado reconhece a identidade de gênero das pessoas trans, o discurso de políticos em prol da “família, da moral e dos bons costumes” não deveria ter peso na coisa pública.

Podemos notar que, a despeito das motivações morais e religiosas, o argumento central no debate em torno da participação de pessoas trans no esporte, seja na produção acadêmica ou no discurso jurídico, está na suposta superioridade daqueles corpos que passaram ou passarão por uma puberdade dita masculina que produz e faz circular maior quantidade de testosterona, hormônio considerado como substância androgênica, importando seu papel no aumento do volume muscular e o ganho de força e, portanto, compreendido como responsável por melhor desempenho atlético. Nesse caso, o peso da desconfiança de que há uma vantagem biológica sobre as oponentes recai sobre as mulheres trans.

A performance esportiva de alto rendimento é considerada como produção de um corpo calcado em uma visão biologicista, de naturalidade, de organismo. Para Zoboli, Manske e Galak (2021), inspirados em Foucault, as ciências médicas e jurídicas fruto da racionalidade ocidental moderna têm uma base racialisista de localizar certa pureza em oposição à degenerescência da raça humana.

Na noção foucaultiana essa racionalidade delimita um normal para que se fabrique o anormal, e o anormal pode ser excluído, banido, ajustado, corrigido. A norma dita o que é normal, ela prescinde de uma lei para funcionar; é estabelecida via discursos, dispositivos, que formam um sistema de saber-poder no qual se inclui o conhecimento científico.

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261787> com acesso em 03 de janeiro de 2021.

É no interior da racionalidade dualista que se cria o que está dentro e o que está fora da norma, quando surge a necessidade de ordenar, classificar, controlar é também onde separamos na lógica binária (de opostos e hierarquias) homens e mulheres, masculino e feminino, eficiente e deficiente, orgânico e artificial, natureza e cultura. Entretanto, a própria noção de natureza pode ser lida como ficção, tem historicidade.

Outro ponto que se coloca como pano de fundo para orientar uma investigação mais apropriada sobre a presença de atletas trans nas competições é o moralismo do mundo esportivo/olímpico sobre a manipulação do corpo. A partir de manipulações o corpo passaria a assumir algo de anti-natural, denotando jogo sujo ou trapaça e, portanto, uma atitude antidesportiva, podendo levar ao banimento do atleta (Gonçalves; Costa, 2021).

Essa questão vem sendo discutida há anos pelo filósofo Claudio Tamburrini (2006), que questiona as justificativas das políticas antidoping a partir do relativismo moral. Ele elenca as três razões que geralmente se apresentam nas regulações esportivas para banir o doping: a ideia de que é prejudicial à saúde, de que é injusto com os outros atletas que não fazem uso e de que vai contra a natureza ou o espírito esportivo. Tamburrini argumenta, no entanto, que o esporte de rendimento em si não tem nada de saudável e que as políticas estão sempre fracassando, pois não levam em conta as particularidades sociais e ético-desportivas de onde o doping vem. Afirma ainda que no fundo o doping não só é compatível com o esporte profissional de elite contemporâneo, mas também expressa sua verdadeira natureza.

Nesse sentido, parece que o ponto de polêmica sobre a atuação de atletas trans (principalmente das mulheres trans) é a de que ao mesmo tempo não podem ser considerados corpos puros, pois são tecnologicamente modificados, e também preservam, guardam uma essência anterior à transição, o que colocaria em xeque o suposto preceito de igualdade formal de chances, como já observou também Wagner Xavier de Camargo (2021).

Mas o corpo atlético é lugar de experimentos: as tecnologias esportivas são antinaturais, afinal, o próprio treinamento é um processo patológico e a suplementação e dieta, em detrimento da alimentação, também causam alterações morfofisiológicas (Gonçalves; Costa, 2021).

Além disso, pesquisadores como Viviane Silveira (2013), Fabio Zoboli, George Manske e Eduardo Galak (2021) e Barbara Pires (2021) já alertaram que, no caso da regulação dos corpos femininos no esporte, os protocolos costumam ser frágeis e contraditórios, já que os acionamentos técnicos e biológicos surgem mais como mitos essencializantes do que como sistemas de conhecimento.

Buscando desmistificar alguns pontos acerca dessa questão, Eric Seger de Camargo (2020) investiga a construção das cisgenderidades no esporte e como a delimitação de quem consegue entrar na categoria cis-esportiva como mulher (há todo um esquadramento dos corpos ditos femininos para que isso seja possível, nem toda mulher cis se enquadra ali) dita as normas para a participação das transexualidades a partir de um referencial que não apresenta evidências científicas que justifiquem as normativas específicas para essa população. Entretanto, o questionamento acerca dos corpos transmasculinos que fazem uso de hormônio ou não nos esportes é ainda menos frequente o que nos leva a pensar sobre a legitimidade de pessoas transmasculinas nesse espaço.

Para Eric de Camargo (2020) e Leonardo Peçanha (2018), por uma visão machista de inferioridade biológica do corpo que não passou pela dita puberdade masculina, os homens trans não são vistos como uma ameaça nem aos resultados nem a segurança dos oponentes homens cis, diferente de como são vistas as mulheres trans em relação às mulheres cis. E quando um homem trans chega a ser páreo ou superior no resultado, o reconhecimento de que se chegou ali é dado aos efeitos hormonais da reposição com testosterona, como se isolada ela pudesse levar o atleta ao lugar mais alto do pódio (Camargo, 2020).

É nesse esforço teórico, junto a estes trabalhos que, cada qual da sua forma, dizem algo da sociedade contemporânea a partir da presença de pessoas trans, que esta tese se propõe pensar sobre o esporte a partir da presença dos sujeitos trans. Mais especificamente, denunciar os limites que as regulações esportivas apresentam às corporalidades transmasculinas, sejam de ordem simbólica ou que figuram no imaginário social sobre corpos dissonantes no confronto esportivo. Além de limites de regulações, pretende-se lançar um olhar que possibilite repensar o esporte a partir dessas corporalidades. Importa ainda discorrer sobre o tensionamento das masculinidades nesse âmbito, performadas por pessoas cis, trans e de diferentes orientações sexuais.

Nosso ponto de partida para falar de masculinidades é que sejam tomadas como plurais e não encarnadas ou fixadas em corpos (Connell; Messerschmidt, 2013; Halberstam, 1998), e neste trabalho ela importa especialmente em sua relação com o esporte. As relações entre esporte e masculinidade foram amplamente discutidas por diversos autores e autoras de múltiplas perspectivas teóricas - como Michael Messner (1988; 1989); Robert (Raewyn) Connell (1995) e Carmen Rial (2011), Esses autores e autoras demonstram como esporte e masculinidade se constituem mutuamente e, tal como apontam também Victor Andrade de Melo e Alexandre Fernandez Vaz (2006), que o esporte hierarquiza simbolicamente a masculinidade dos praticantes envolvidos. Os autores não abordam as transmasculinidades

especificamente, mas ao apontarem como as masculinidades se constroem hierarquicamente, nos dão pistas de como podemos compreendê-las. Nesse sentido, buscamos contribuir com a discussão acerca das masculinidades nesta tese as tensionando a partir do significante das transmasculinidades.

Discutimos, portanto, as transmasculinidades nas práticas corporais e esportivas na tentativa de compreender um fenômeno do tempo presente que tensiona a normatividade instituída de esporte a partir de *corporalidades dissonantes*, termo cunhado por Wagner Xavier de Camargo (2016).

Transmasculinidades são aqui entendidas como corporalidades de sujeitos que foram “biopoliticamente assignados como meninas/mulheres ao nascer e que encontram nas masculinidades, e nos códigos culturais que as constroem, um lugar mais confortável para existir e construir seus corpos e subjetividades” (REPOLÊS, 2017, p. 17). Chamamos de corporalidades dissonantes aquelas que, segundo Camargo (2016), desviam do ideal normativo que vigora nas disputas esportivas. Ou seja, para que apenas alguns corpos sejam eleitos como legítimos para o esporte, outros precisam estar fora desse conjunto, afinal, a norma se constitui por aquilo que ela exclui. Nesse sentido, entendemos que esses corpos, que são vistos como desviantes a partir do ponto de vista cisnormativo, quando adentram às arenas esportivas colocam em questão algo da regulação corporal no esporte e da regulação do próprio esporte.

Ainda na esteira da normatividade esportiva, pensando nas performances dos atletas em competições LGBTs e paradesportivas Camargo (2016, p. 1339) denominou de *práticas esportivas dissonantes* aquelas “manifestações atléticas que não se enquadrariam nos moldes de reprodutibilidade técnica dos gestos corporais do universo esportivo convencional e que, mesmo assim, obtêm resultados”. Quer dizer, tomando como objeto os eventos LGBT, é perceptível uma maior flexibilidade na forma como os atletas fazem uso de seu corpo no confronto esportivo, em oposição à rigidez do fazer convencional. Há espaços em que “correr como viado”, por exemplo, não é rechaçado.

Isso não significa dizer que as competições LGBTs são em si subversivas, porque como bem aponta Camargo desde sua etnografia nessas competições, corporalidades trans não acessam tão livremente os espaços e as práticas, não tendo sempre sua identidade de gênero respeitada. Ann Travers (2006) e Caroline Symons (2004) também denunciam a persistência do binarismo de sexo e gênero nas ligas LGBT, compreendendo que nelas os sujeitos podem expressar mais livremente lesbianidades e homossexualidades masculinas, desde que partam de corpos cisgêneros. Ainda assim, se aposta que há ali um potencial

disruptivo de uma norma que se funda na exigência da manutenção de uma suposta coerência entre anatomia e identidade de gênero.

Levando em conta que o esporte de alto rendimento, aquele institucionalizado e normativo (que possui normas, regras, elementos técnicos específicos e padronizados e que são regulados por instituições) se coloca como modelo para as práticas esportivas, a existência de times trans e das competições em que atuam (que rompem com essa normatividade) possibilita imaginar outras possibilidades para o esporte e para os corpos na arena esportiva. Apresentar elementos que vêm contribuindo para elaborar essas outras possibilidades é o que propomos nesta tese. Compuseram o campo de pesquisa para ela times exclusivamente transmasculinos de futsal e clubes de rúgbi inclusivos LGBTQIAPN+. Para desenvolver a pesquisa elencou-se como fontes:

- a) seleção de reportagens veiculadas *online* sobre quatro equipes de futsal (2016-2020) e acompanhamento nas redes sociais, onde as equipes divulgam suas atividades. São elas: Meninos Bons de Bola (MBB); Transversão F.C.; Os T Mosqueteiros; Transviver F.C.
- b) Trabalho de campo na cidade de São Paulo de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, envolvendo observação participante (registrada em diário de campo, fotografias, vídeos) junto a três times de futsal compostos exclusivamente por pessoas transmasculinas: Meninos Bons de Bola (MBB), Transversão F.C. e Os T Mosqueteiros. As equipes se reuniam em quadras na região central da cidade, sendo que o MBB tem patrocínio para custeio da locação do espaço e as outras equipes realizam oficinas conjuntamente na quadra da Casa Florescer (uma casa de acolhida para mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade). Acompanharam-se os times em treinos, oficinas, jogos e eventos, sempre aos domingos.
- c) Observação participante no futsal, aconteceu a participação observante quando me inseri em um clube de rúgbi que se autodenomina “inclusivo LGBTQIA+”, o Tamanduás Bandeira. Participei das sessões de treinamentos três vezes por semana (terças e quintas-feiras das 20h às 22h e sábados das 10h às 13h). Os treinos aconteciam no Parque Ibirapuera e algumas vezes no Parque Villa-Lobos, parques públicos localizados em regiões nobres da capital paulista. Também acompanhei a equipe em duas competições, tendo atuado em uma delas como jogador, além de outras atividades e eventos extracampo. Ao final da tese tive contato com outro clube inclusivo, o Bharbixas, de Belo Horizonte (MG). Insiro também relatos de participações nas atividades da equipe de rúgbi desse clube.

d) Fiz entrevistas abertas com quatro praticantes de futsal sendo que um deles também pratica rúgbi; um duatleta que também teve passagem pelo rúgbi e relatos autobiográficos de minha trajetória no rúgbi. Todos os entrevistados se identificam como homens trans ou pessoas transmasculinas. As entrevistas se deram individualmente, cada qual em horário e local escolhido pelo interlocutor, sendo que duas delas se deram de forma online e posteriormente ao período em campo, devido à pandemia de coronavírus (Covid-19).

Levando em consideração que as mídias digitais têm papel crucial na emergência e organização do campo em que adentramos tendo uma função particular nessa época de pandemia e distanciamento dos corpos elas também fizeram parte do campo etnográfico, lembrando que o fator essencial para a entrada nele se deu via corpo. Foi o corpo que me deu acesso ao campo e isso está registrado no primeiro capítulo. Embora estivéssemos nos orientando também pelas redes desde o início da pesquisa, vale ressaltar que com ela pudemos dar continuidade ao trabalho sem maiores dificuldades durante a pandemia, ao contrário de muitas pesquisas que precisaram ser reorientadas ou suspensas nesse momento.

Abertos às surpresas do campo, orientamo-nos pela etnografia de Mariza Peirano (2002) que sugere ver os acontecimentos como rituais com estrutura própria de linguagem, como atos performativos. A mesma noção de atos performativos fundamenta a perspectiva de gênero que se assume nesta tese. Judith Butler (1993; 2013) propõe uma teoria performativa do gênero ao dizer que ele é sempre um fazer, sem que se possa afirmar que há um sujeito pré-existente ao feito;

uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e através do constrangimento, sob e através da proibição e do tabu, com a ameaça do ostracismo e mesmo da morte controlando e constrangendo a forma da produção, mas não, insisto, determinando-a antecipadamente” (Butler, 1993, p. 95 – tradução livre).

A partir da incursão no campo e com o material das entrevistas, estruturou-se a tese em três capítulos. No primeiro capítulo (**2. Os futebolis praticados por pessoas transmasculinas**) discute-se a emergência dos times de futebolis compostos exclusivamente por pessoas transmasculinas, espaços de socialização e sociabilidade (Simmel, 2006) de transmissão de normas e regras do esporte e de masculinidades que ainda que significadas na singularidade dos sujeitos, são problematizadas em nome de um coletivo. Esse coletivo futebolístico de pessoas trans é chamado a público para participação política, dando testemunho da precarização e vulnerabilidade desses corpos (Butler, 2018) que no agir conjunto encontra ali sua potência de resistência e criação de outras corporalidades e

futebóis. Por outro lado, surge aí também um impasse frente ao desejo e à demanda da competitividade esportiva, conforme abordaremos neste capítulo.

As equipes são compostas por uma diversidade de corpos que estão em diferentes momentos de transição, tanto por causa das diferentes experiências esportivas e habilidades (desde ex-jogadores de categorias de base do futebol profissional ou de outras modalidades esportivas, quanto porque há pessoas que nunca participaram de sessões de treinamento) e com diferentes objetivos (lazer, o encontro com outras pessoas trans, participar de competições). São equipes que ainda disputam partidas amistosas em torneios e festivais geralmente voltados às diversidades sexuais e de gênero e sem distinção de categoria (que inclui também equipes mistas), e têm como objetivo se inserir no circuito amador. A existência desses times, além de questionar as categorias binárias do esporte, tensiona, como poderemos ver também o recente movimento de construção do chamado *futebol gay* no Brasil.

No segundo capítulo (**3. O rúgbi inclusivo LGBTQIA+**) serão abordadas as experiências em um time de rúgbi “inclusivo LGBTQIA+”. O Tamanduás Bandeira, ao colocar em campo corporalidades dissidentes, desestabiliza preceitos da masculinidade no rúgbi construída por um ideal de virilidade que, no imaginário, tem como representante a figura do macho e ao mesmo tempo a figura distinta do *gentleman*, tão arraigada a esse esporte que também é reduto de homosociabilidade (Rial, 2011). Os jogos extracampo tem papel fundamental para os *rugbiers* e são marcados por brincadeiras que, ao mesmo tempo, flertam com o homoerotismo e o rechaço à homossexualidade (Rial, 2011). Além da orientação sexual, há outras questões pertinentes sobre masculinidades a serem apontadas também nas relações que se estabelecem entre homens cis e trans no interior do mesmo time.

Em 2021, em meio à pandemia e durante a escrita desta tese, a *World Rugby*, órgão responsável pela regulação da modalidade, divulgou as diretrizes<sup>7</sup> para a participação de pessoas trans em competições internacionais, vetando mulheres trans de competirem na categoria feminina e exigindo dos homens trans documentos médicos atestando sua capacidade, além de um termo de consentimento demandando que o atleta se responsabilize pela entrada na categoria masculina. Essas questões também serão abordadas no capítulo.

O terceiro capítulo (**4. Considerações sobre pessoas trans nas lutas esportivas**) consiste em um ensaio sobre pessoas trans nas lutas, discutindo como a criação da categoria feminina em algumas delas é concomitante a entrada de pessoas trans. Aponta-se como a

---

<sup>7</sup> Os documentos estão disponíveis no site: <https://www.world.rugby/the-game/player-welfare/guidelines/transgender>, acesso em 27/06/23.

construção do corpo-atleta, especialmente do corpo-lutador, se dá conjuntamente em treinamentos mistos. O foco segue sendo as transmasculinidades, mas devido à própria constituição do campo, mulheres cis e trans aparecem mais que nos outros capítulos.

Assim como cada modalidade tem um habitus/etos específico e por sua vez uma masculinidade específica, cada capítulo traz reflexões próprias tecidas na articulação entre teoria, narrativa das experiências e o que se constatou em campo; sendo campo o campo de pesquisa, e por vezes também o campo de jogo.

## **2. Os futebóis praticados por pessoas transmasculinas**

Este capítulo trata dos times de futsal e futebol compostos exclusivamente por pessoas transmasculinas, que se configuram como um espaço por onde circulam e se constroem transmasculinidades que igualmente constroem esses futebóis. Circunscrevem-se dois eixos que ficaram evidentes no campo de pesquisa: a) o futebol como espaço de socialização e sociabilidade, onde se transmite normas, regras, códigos de masculinidades que ainda que significadas na singularidade dos sujeitos, são problematizadas em nome de um coletivo trans; b) a compreensão externa de que a agremiação é um coletivo e esse é chamado a público (pela mídia, pelos movimentos sociais) para participação política, dando testemunho da sua vulnerabilidade transformada em resistência e visibilidade desses corpos e futebóis dissonantes. Chamamos de futebóis dissonantes aqueles que tensionam “o futebol que quase sempre se apresentou hegemônico e portador de identidades monolíticas relacionadas geralmente à noção de Estado-Nação” (Toledo; Camargo, 2018, p. 95).

Qualquer tentativa de fazer um levantamento de quantas e quais são as equipes de futebol e futsal de pessoas transmasculinas existentes no Brasil é imprecisa, porque seu meio de divulgação e de convocação de jogadores para se integrarem às equipes é a criação de perfis nas redes sociais e, em sua maioria, os perfis não fornecem informações atualizadas e precisas. Não foi possível saber se são equipes de fato e se estão em atividade, principalmente no momento de reabertura pós-pandemia de coronavírus (Covid-19), momento em que essa tese foi escrita. Entretanto, através de conversas no campo de pesquisa e pela busca nas redes sociais, sabemos da existência de dez equipes distribuídas por todas as regiões brasileiras.

As quatro equipes que elegemos trabalhar são: Meninos Bons de Bola - MBB (SP), Transviver F.C. (PE), Transversão F.C. (SP) e Os T Mosqueteiros (SP). A escolha se deu pela facilidade de acesso às equipes de São Paulo, onde foi possível fazer incursão em campo. Embora situada geograficamente mais distante, a equipe de Pernambuco também teve facilidade de acesso, pois integra um instituto voltado à população LGBTQIAPN+ que mantém um site atualizado sobre suas atividades. Todas as equipes têm as mídias digitais como ferramenta de divulgação das atividades e conseqüentemente de convocação de jogadores. Essas equipes não disputam campeonatos amadores, mas participam de amistosos, festivais, copas e taças de circuitos de celebração das diversidades sexuais e de gênero e outras motivações políticas, que acontecem às vezes no naipe masculino e por vezes sem distinção de categorias por sexo.

Entretanto, os times não são o único ou o mais importante elemento de investigação. Para além da experiência coletiva nos times trans, podemos abordar também as trajetórias individuais de praticantes. Ao realizar a pesquisa identificamos que aparecem duas categorias como fatores de restrição ou impedimento da prática do futebol na história de vida destas pessoas transmasculinas. A primeira diz respeito ao controle da sexualidade via prevenção (necessidade de resguardar os corpos ditos femininos ao ambiente privado, o perigo da sexualização e de uma possível homossexualidade), restringindo a prática esportiva aos ambientes institucionais da escola ou clube durante a infância e adolescência, onde os interlocutores relatam experiências exitosas. A outra categoria se refere à modalidade esportiva como possibilidade de trabalho ou campo de *possibilidades*, (Almeida; Jahnecka, 2020) e que é abandonada em boa medida pela desvalorização do futebol de mulheres e o não reconhecimento deste como profissão (Almeida; Pisani, 2015), o que faz com que ele tenha menor espaço mesmo como lazer.

Todavia os interlocutores relatam um novo sentido para a prática esportiva quando do reencontro com o futebol praticado por pessoas trans, que diz principalmente da retomada de uma atividade prazerosa e dessa como espaço de sociabilidade. Aqui, compreendemos o futebol como um elemento importante no processo de subjetivação de algumas pessoas transmasculinas. Para que pudéssemos investigar melhor a relação entre transmasculinidades e esportes, e mais especificamente no futebol, entrei em quadra junto aos jogadores das equipes de São Paulo. A seguir, apresentam-se os primeiros momentos em trabalho de campo e é desta inserção em campo que se estabelece contato com os interlocutores apresentados na sequência, relatando suas trajetórias.

### 2.1. Entrando em campo: os times de São Paulo

*“Num domingo sem futebol, qualquer um morre de aborrecimento”.* (E. Galeano)

No ano de 2017, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que acontece bianualmente na Universidade Federal de Santa Catarina, tive notícias de um time de futebol praticado exclusivamente por homens trans. Foi uma colega paulistana quem me falou da existência do time e que alguns integrantes estavam ali no evento. Procurei então os Simpósios Temáticos que abordavam as práticas esportivas e me deparei com eles, eram Raphael e Pedro, dos Meninos Bons de Bola.

Meninos Bons de Bola (MBB) é um time de futsal da cidade de São Paulo (SP) formado em 2016 pela iniciativa de Raphael, homem trans que na época trabalhava no Centro de Referência da Diversidade (espaço de acolhimento e assistência a pessoas LGBT+). Ele narra que percebeu que a população transmasculina não frequentava o centro de referência nem as atividades lá proporcionadas, sendo que também não havia atividades específicas voltadas a esse público. Em conversa com a psicóloga do local decidiram proporcionar uma roda de conversa sobre transmasculinidades seguida de um jogo de futebol. Divulgaram o evento através das redes sociais, nas plataformas *Facebook* e *Whatsapp* e aproximadamente trinta homens trans compareceram. Com o desejo de continuar se reunindo, formou-se a agremiação. Desde então treinam aos domingos, inicialmente em parques e praças públicas, em quadras abertas, e posteriormente mediante locação de quadras privadas.

A transferência das atividades das quadras públicas para uma quadra privada, inicialmente pode ser vista como um ganho da equipe e até certo ponto é, pois nesse caso demarca a mudança para uma melhor estrutura que possibilita melhores condições de prática e treinamento. Entretanto, essa mudança se deu sob as injúrias transfóbicas e ameaças feitas por outros usuários do equipamento público, majoritariamente homens cis, que não queriam compartilhar do mesmo espaço, impedindo-os de ocupar. Lemos esse episódio como expulsão dos corpos trans do espaço público, marcando a negação da condição de cidadãos desses corpos, o que nos levou a afirmar que a cidadania e, portanto, o acesso à cidade, pressupõe um corpo cis (Silvestrin; Vaz, 2020).

A equipe, na época, carregava o lema “Nossos corpos em quadra é arte e ativismo”, que nos remete ao estatuto do corpo na reivindicação política. Para Butler (2018, p. 121) “o aparecimento limitado e vivo do corpo é a condição de estar exposto ao outro”, e essa exposição aponta para sua precariedade, marcando nossa vulnerabilidade às agressões e à destruição.

A precariedade, apesar de partir do corpo, não se encerra nele porque não se dissocia das condições políticas, econômicas, históricas em que aparece. Da mesma forma “a vulnerabilidade não se reduz a uma particularidade ou uma disposição episódica de um corpo distinto, mas é, na verdade, um modo de relação que repetidas vezes coloca algum aspecto dessa distinção em questão.” (Butler, 2018, p. 144).

Após as ameaças, o Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região cedeu suas instalações de lazer (quadra e vestiário) para treinos e jogos. Contudo, os jogadores relatam que como o espaço era emprestado, muitas vezes não conseguiam treinar,

porque a quadra com frequência era utilizada pelos associados do sindicato em seus eventos. Posteriormente, conseguiram patrocínio de uma hamburgueria e locaram outro espaço.

No meu primeiro domingo morando em São Paulo a fim de adentrar no campo de investigação, compareci a um evento para arrecadação de fundos que custearia a viagem dos Meninos Bons de Bola a Rosario, na Argentina, onde participariam como convidados do 4º *Festival Latinoamericano de Fútbol Plurinacional Transfeminista*<sup>8</sup>. O evento para arrecadação de fundos aconteceu na hamburgueria localizada na Vila Mariana (área nobre da cidade), uma das patrocinadoras da equipe, e contou com a presença de *youtubers* famosos da comunidade transmasculina, de um psiquiatra integrante do Processo Transexualizador<sup>9</sup> e de integrantes da ONG Mães pela Diversidade<sup>10</sup>. O evento foi organizado pelo Projeto Todes, um projeto coordenado por dois homens trans – que trabalham no local, sendo um deles jogador do MBB – que se propõe a discutir sobre transexualidades e transgeneridades em diferentes espaços. Nesse dia, a hamburgueria destinou uma parte da renda do consumo para a equipe de futsal, que ainda assim não conseguiu levantar toda a quantia necessária e acabou não viajando.

Ao final das falas dos convidados – que iam desde teorias de gênero e saúde, a dicas para o sucesso e como gastar bem seu *pink money*<sup>11</sup> - conversei com Raphael, o fundador da equipe e quem eu havia conhecido dois anos antes na décima primeira edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis. Apresentei-me novamente, pois não sabia se ele lembraria de mim, que espantado falou: “*Caraca, mano! Como você tá diferente, nem te reconheci!*”. Comentário que recebi com imensa felicidade, afinal, o investimento na transformação da imagem de si não é pequeno nem sem algum grau de sofrimento; estar diferente, nesse caso, é celebrado como uma conquista. Contei que estava morando na cidade e que desenvolvia uma pesquisa acadêmica sobre transmasculinidades e práticas esportivas e ele me convidou a treinar e conversar com os jogadores. Afirmou que “*hoje os meninos estão mais abertos*”, porque muitos acadêmicos e profissionais das chamadas áreas *psi* (especialmente a psiquiatria e a psicologia) os abordavam com interesse de pesquisa e os jogadores, com desconfiança, não se colocavam disponíveis.

---

<sup>8</sup> A página do evento está disponível em <https://www.facebook.com/4fpt.rosario/>. Acesso em 19/04/2021.

<sup>9</sup> Inserido no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2008, regulamenta a assistência médica para a transição de gênero. A Portaria do Ministério da Saúde n. 2.803, de 19 de novembro de 2013 o redefine e amplia, incluindo demandas ambulatoriais e cirúrgicas.

<sup>10</sup> O coletivo de mães de pessoas LGBTQIAPN+ divulga suas ações na página <https://maespeladiversidade.org.br/>. Acesso em 19/04/2021.

<sup>11</sup> Termo que se refere ao poder de compra da comunidade LGBTQIAPN+.

Eu estava ansioso, uma sensação desconfortável de estar na posição de pesquisador e objeto de pesquisa que me demandava todo cuidado para que a posição que eu assumisse frente àquelas pessoas não fechasse as portas para a investigação. De alguma forma eu queria estar entre eles, queria treinar com eles, como mais um homem trans procurando recuperar um tempo ou elo perdido – das famigeradas socialização e sociabilidade masculina; mas, ao mesmo tempo, eu era o pesquisador entrando em um campo desconhecido e, como alertou Donna Haraway (1995, p. 27) “identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade”, estar identificado a algo ou alguém não é suficiente para produzir um saber localizado, nem eticamente orientado. Advertido, combinei que iria ao treino do próximo domingo.

A respeito da fala de Raphael e o meu desconforto, defendemos que o pesquisador que tem alguma identificação com o grupo em que se insere tem outras possibilidades de entrada para a pesquisa, bem como outro olhar de quem vive o que se observa. Isso não significa que estamos aqui aderindo a uma discussão identitarista que se apropria equivocadamente da noção de lugar de fala; afinal, esse diz de um lugar de enunciação e do posicionamento assumido frente o enunciado, o que é diferente de pretender que só aquele que se reconhece pertencente aquela identidade pode falar sobre assuntos concernentes àqueles sujeitos. Entretanto, vale apontar que aqui a identificação joga a nosso favor, já que só pude acessar alguns sujeitos porque esses afirmaram que iriam “*contribuir com a pesquisa porque você não é ‘mais um’ cara cis*”. É inegável o receio e a recusa dessas pessoas, porque sabemos que muitas vezes o uso, inclusive acadêmico, que se faz de nossos discursos reafirmam um discurso dominante que deslegitima nossas vivências e instrumentalizam violências.

Os encontros do *Projeto Todes* na hamburgueria se seguiram, trazendo também as falas de atletas trans, como Bernardo do MBB e Maria Joaquina, patinadora.

**Figura 1-** Pedro (MBB), Maria Joaquina, Julian



Fonte: acervo pessoal.

No sábado seguinte ao evento na hamburgueria, fui ao Parque Ibirapuera onde acontecia o treino de rúgbi dos Tamanduás Bandeira. Nele havia um homem trans, Tiely. Saímos todos juntos do treino e fomos almoçar num restaurante/lanchonete ali perto. Sentei ao lado de Tiely, trocamos algumas palavras e saímos juntos em direção ao metrô. Assim como havia conversado com Raphael, contei-lhe que estava realizando uma pesquisa de doutorado envolvendo nossas experiências nos esportes e ele me disse que já havia treinado no MBB, mas que agora estava jogando com outros times trans na Casa Florescer, em eventos que aconteciam aos domingos pela manhã e me convidou a conhecer. Fiquei fascinado com a existência de outros times e outro espaço e como o treino do MBB acontecia aos domingos à tarde, seria possível acompanhar também o futebol da Casa Florescer aos domingos pela manhã.

A Casa Florescer é uma casa de acolhida especial para mulheres trans e travestis, administrada pela Coordenação Regional das obras de Promoção Humana - CROPH em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, de São Paulo. Trinta moradoras dividem dois andares de casa, que conta com uma quadra poliesportiva e horta. A partir daquele ano de 2019 aos domingos pela manhã homens trans e transmasculinos adentram a casa e a quadra para jogar

futebol. As atividades são abertas e mais que sessões de treinamento, são oficinas realizadas entre duas equipes: o Transversão F.C. e Os T Mosqueteiros. Ao longo das observações foi possível perceber que, além de jogadores fixos desses times, há grande variação de público, que transita com aparente facilidade entre todas as equipes trans da cidade.

**Figura 2-** Imagem de divulgação do futebol na Casa Florescer



Fonte: Instagram Os T Mosqueteiros

Ao chegarmos nos distribuimos em dois times. Distintos entre coletes azuis e rosas e disputamos uma primeira partida. Ao final, o coordenador do Transversão comunicou que haviam sido convidados pelo MBB para um treino conjunto. As equipes discutiram o convite e ali ficou evidente uma disputa por narrativas, a que pese o incômodo pelo pioneirismo e o apontamento de alguns rapazes para certo exclusivismo do MBB. Percebendo que não chegariam a um consenso, o coordenador apenas deixou claro que a ele importava fortalecer a cena do futsal de homens trans, priorizando as equipes a despeito de qualquer rixa pessoal entre jogadores.

**Figura 3-** Primeiro dia na Casa Florescer



Fonte: arquivo pessoal.

À tarde me dirigi ao treino do MBB e tal qual no futebol da Casa Florescer fui muito bem recebido, com apertos de mão e incentivos para entrar em quadra. O treino se dava em uma quadra fechada, que ficava no piso superior de um pequeno prédio próximo à esquina mais famosa da capital (Av. Ipiranga cruzando com a Av. São João). Ao chegar os jogadores iam se arrumando, calçando meiões, caneleiras e chuteiras, e entrando em quadra trocando passes, chutando bolas ao gol. A iluminação artificial da quadra, que a princípio me parecia ruim para aquele ambiente escuro me impossibilitava de tirar os óculos; míope, optei por não entrar em quadra. Essa era apenas uma meia verdade, pois no fundo me senti intimidado diante daquela melhor estrutura e da fama, ou história, que já tinha o time. No decorrer das observações, fui percebendo nas dinâmicas de aproximação dos homens trans com os times

que de fato muitos se sentem intimidados ao tentar se inserir, como novato, naquilo que já existe há mais tempo.

A relação novato-veterano no esporte pressupõe que o veterano seja uma espécie de modelo, alguém que incorporou não só os gestos e habilidades da modalidade, mas também valores esportivos. Para além do êxito na performance, é alguém que demonstra e transmite algo do saber-fazer e da ética no esporte. O novato é compreendido aqui como aquele que chega recentemente no time, mas que além disso chega como iniciante na prática da modalidade, quem ainda não “pegou o jeito do corpo”, não aprendeu a arte de superar “os limites que separam a bola do corpo” (Faria, 2018). Nos treinos do MBB poucos praticantes mais experientes faziam intervenções pontuais, auxiliando o novato no posicionamento em quadra e corrigindo um ou outro movimento visando um resultado mais eficiente. Outros jogadores mais experientes demonstravam suas habilidades exibindo principalmente velocidade de reação e força nos chutes, mas não havia uma preocupação com o jogo coletivo nem transferência ou transmissão de algo ligado àquela prática.

A construção da imagem de respeito e legitimidade dos veteranos perante os novatos leva tempo e trabalho, e durante as observações e experimentações em campo ficou explícito que a forma como muitos jogadores mais experientes se colocavam em quadra acabava soando mais como intimidação. É inegável que daquele espaço amizades íntimas surgiram, percebe-se isso em falas e no companheirismo de alguns jogadores. Mas o único encontro semanal acaba cumprindo a função de ser o espaço onde se dissolvem as tensões do cotidiano e não parece possibilitar o estreitamento de relações entre os jogadores e nem deles com a prática, o que reflete em quadra enquanto equipe.

As aprendizagens futebolísticas se dão em muitos momentos e em diferentes espaços na vida do sujeito. Joga-se no quintal de casa, na rua, nos diversos tempos da escola (em aulas de educação física, mas também no recreio e intervalos); brinca-se em parceria ou individualmente, driblando obstáculos ou repetindo chutes de bola na parede e quando acontecem as partidas, são feitos ajustes desses movimentos (Faria, 2018). Porém, embora momentos de manejo de bola, de aprendizagem de gestos e constituição de habilidades específicas do futebol sejam comuns nas infâncias e adolescências de meninos cisgêneros brasileiros, esta não foi a realidade de muitos homens que chegam aos times trans. O que pode explicar a não existência de uma relação aos moldes veteranos-novatos no MBB. Talvez estes sejam pontos importantes para pensar o futebol praticado por homens trans, porque há uma expectativa sobre o coletivo que o próprio time não tem. Nem como coletivo e nem, quiçá, de uma política de construção de outro futebol. Este fato parece gerar neles

também angústia por não conseguir atender a uma demanda da sociedade em termos políticos, da qual eles podem nem ter conhecimento; afinal, para eles o que prevalece é o jogar bola.

Por outro lado, ao perceber o MBB como um time mais estruturado e experiente dentre os outros, alguns jogadores se dirigiam a essa agremiação justamente pela possibilidade de treinar e competir. Naquele primeiro dia em que não entrei em quadra, segui observando e conversando com os jogadores, principalmente com outros cinco rapazes que estavam ali pela primeira vez, como eu. Percebi, com espanto, que esses rapazes recém chegados (coincidentalmente todos *pré T*<sup>12</sup>) me viram como o homem trans bem sucedido na transição, um lugar em que eu ainda não tinha sido percebido e onde eu mesmo não me via apesar da *passabilidade*<sup>13</sup>. Perguntavam-me sobre meus processos de aceitação e “saída do armário”, sobre a minha relação com minha família, sobre testosterona e mastectomia. Para além de algum traço de identificação e do entusiasmo de poder conversar sobre essas questões que são tão íntimas e tão espinhosas com alguém que supostamente compartilha delas, parece existir também aqui uma relação nos moldes “novatos e veterano”, similar inclusive a das narrativas de transição encontradas em diversos depoimentos compartilhados nas redes sociais.

É aqui que, num primeiro momento, nos pareceu mais forte o estabelecimento de uma relação nos termos novato-veterano, de legitimidade e transmissão de algo do vivido. No tocante ao uso de testosterona e seus efeitos na transição de gênero, podemos dialogar com as percepções de César Sabino (2011) em sua etnografia nas academias de musculação na cidade do Rio de Janeiro. Embora Sabino não tenha se ocupado de transmasculinidades, identificou um sistema hierárquico de praticantes de musculação conferido pelo capital corporal: fisiculturistas, veteranos e novatos. Os veteranos ocupam, na sua classificação, um lugar intermediário e performam a masculinidade hegemônica (em termos de volume muscular não são homens comuns, mas também nem tão grandes como os fisiculturistas) e são os fisiculturistas que possuem maior capital visto como tradução de competência, pois sabem construir um corpo musculoso, onde conseguir e como utilizar os anabolizantes (os compostos de testosterona que tem papel central nessa estética).

---

<sup>12</sup> Termo usado pelas pessoas transmasculinas para dizer que ainda não faz uso de compostos de testosterona como reposição hormonal (ou hormonioterapia), mas que há o desejo de fazê-lo. Muitas vezes o termo aparece no campo como justificativa por aquela pessoa não apresentar as características físicas que aparecem com o uso do medicamento (voz grave, pelos/barba, dentre outras) e assim não ter sua identidade questionada.

<sup>13</sup> Passabilidade é outro termo êmico que se refere ao momento em que a pessoa passa despercebida na multidão, ou seja, quando as características corporais não permitem que se questione a suposta coerência do sistema sexo-gênero.

Não é nosso objetivo nos atermos às especificidades dos praticantes de musculação, mas levemos em consideração que, ainda, para Sabino, o consumo de testosterona pode representar o rito de passagem que faz transitar de um *status* a outro. Podemos então pensar que o trânsito de gênero possibilitado pelo consumo de testosterona (em associação com o exercício físico ou não) modifica também a posição do sujeito trans na estrutura social. A testosterona sintética, ao possibilitar crescimento dos pelos faciais e em todo corpo, redistribuição da gordura e aumento da massa muscular, junto às diferentes técnicas cirúrgicas de retirada das mamas cumprem uma função no tornar-se um sujeito masculino. E nos parece que esse é um dos ensinamentos que se busca com os veteranos na transição de gênero. Entretanto, não queremos com isso afirmar que todas as pessoas transmasculinas querem fazer uso de hormônios, realizar cirurgias ou produzir sua masculinidade a partir de um referencial hegemônico. Ao contrário, as narrativas trans comportam uma diversidade de experiências que podem servir a cada sujeito de maneira singular. Privilegiamos pensar a transição corporal com o uso de testosterona a partir do que ela proporciona na mudança de posição social mais que de uma posição subjetiva, diferente, portanto de autores como Preciado (2008).

Retornando ao treino, este foi dividido em duas partes: no primeiro momento treino de habilidades apenas para os jogadores e, na segunda parte, jogos abertos aos visitantes, que se misturavam aos jogadores mais antigos nos times. Sobre a divisão dos momentos de prática entendi que havia um desejo de manter a consistência de trabalho com os integrantes que estavam ali a mais tempo, ao passo que também se mantinha aberta a possibilidade de experimentação para os recém chegados.

Ainda neste primeiro dia, o irmão de um dos jogadores estava presente, ele era o único homem cis. Sua forma de se colocar em quadra era de alguém que, além de ter maior estatura que os outros homens que estavam ali, demonstrava intimidade com o jogo e inclusive no jogo de corpo. Levando em consideração que, por questões culturais, o saber-fazer esportivo não é acessível da mesma forma para todos os sujeitos, sua forma de se apresentar no campo de jogo é algo que podemos remeter a um capital corporal típico das masculinidades cisgêneras do “país do futebol”. Os ensaios futebolísticos, a exercitação com a bola, iniciados na infância dos meninos cisgêneros, constituem práticas masculinas que se desdobram em toda sua participação social (Faria, 2018). Notei a reação de um dos jogadores que parecia incomodado com a roubada de cena: “K. faz caras e bocas debochadamente e com chistes provoca risos que amenizam a situação” (diário de campo, 08/09/2019). Outra saída para o desconforto com sua presença - que colocava em evidência uma corporalidade

masculina cisgênera mais impositiva - foi o convite feito por um dos jogadores mais antigos para que ele auxiliasse nos treinos, já que ele visivelmente tinha experiência no futebol. O convite foi feito após o treino prático, durante a roda de conversa que o MBB faz ao final de todo encontro. Nesse momento os visitantes se apresentaram e só após ouvir aqueles sujeitos trans é que ele percebeu que sua presença e participação naquele espaço não se davam da mesma forma. Entretanto, seu desconforto não pareceu surgir da percepção de ocupar um lugar privilegiado na hierarquia de gênero, mas de ter sua autoridade deslegitimada quando outros de nós nos apresentamos. Coloquei-me como um homem trans que foi professor de educação física e estava circulando entre os times, que meu objetivo não era treinar para competir, mas colocar meu corpo em quadra novamente após alguns anos sem praticar esportes, e que ao mesmo tempo, era um doutorando pesquisando transmasculinidades e esportes. Sua reação foi: “Poxa, agora eu fiquei me sentindo um lixo, vocês têm muita história e fazem muitas coisas, tem até um doutorando em Educação Física” (diário de campo, 08/09/2019). Alguns de nós nos mobilizamos para contornar também seu desconforto, mas depois desse dia ele não retornou enquanto eu estive no campo.

Na roda de conversa há a participação da psicóloga que acompanha a equipe. Novamente a presença de um profissional *psi* nos chama a atenção, pois ela é recorrente quando pessoas trans se organizam coletivamente em alguma ação, seja como suporte para trabalhar questões internas a essa população, seja como uma autoridade que legitime sua existência frente ao outro social, resquícios da patologização dessa população que ainda figura os manuais diagnósticos da psiquiatria (DSM e CID). Vale ressaltar também que não é comum que psicólogos/as acompanhem equipes amadoras, nem sempre há acompanhamento das equipes e atletas profissionais também, mas a figura da psicóloga está presente no MBB desde seu projeto, já que a equipe surge com o apoio dessa profissional que atendia em um espaço de acolhimento e assistência a pessoas LGBTI+, como relatamos anteriormente.

Do primeiro dia em ambos os espaços surgiu meu primeiro impasse. Assim que saí do treino do MBB recebi uma imagem via *whatsapp* enviada por um dos jogadores dos times com quem estive de manhã na Casa Florescer. Era o *print* de uma foto que registrava minha participação no treino do MBB, acompanhado da legenda: “vc foi flagrado! Kkkk”, que num tom de brincadeira me obrigou a ser mais claro em campo. Já tendo presenciado um conflito pela manhã, respondi apenas que havia combinado com o MBB antes e que soube da existência de outros times pelo recém companheiro de rúgbi. Na segunda semana retomei a fala em ambos os espaços para esclarecer e disse que se em algum momento minha presença

não fosse mais desejada que ficassem à vontade para solicitar que eu não retornasse. Isso nunca aconteceu.

**Figura 4-** Primeiro treino com o MBB



Fonte: arquivo pessoal

## 2.2. Os interlocutores

Como parte do trabalho de campo foram realizadas conversas e entrevistas com alguns membros dos times que se mostraram interessados em contribuir com a pesquisa. Para que possamos posteriormente problematizar as questões levantadas pelos interlocutores passamos antes a uma apresentação dos mesmos.

Tiely se identifica como um homem trans preto e tinha 44 anos no momento da entrevista que se deu em dezembro de 2019 em seu apartamento, no centro de São Paulo. Eu o conheci no treino do Tamanduás Bandeira Rugby, em setembro daquele ano. Lembro-me do seu olhar desconfiado quando me aproximei do time, como quem detecta algo no radar<sup>14</sup>. Depois de perceber que eu era novo ali ele me recepcionou e me direcionou a treinadora. Foi ele também quem me apresentou às oficinas de futsal de pessoas transmasculinas que acontecem aos domingos na Casa Florescer. Tiely é formado em História e atua como educador social e multi-artista, compondo o recém-formado Coletivo de Artistas

---

<sup>14</sup> Radar, ou *gaydar*, é um termo nativo da comunidade LGBT que aponta um lugar de um reconhecimento do outro como pertencente àquela população.

Transmasculines (CATS). Tiely tem uma rotina agitada e no dia da entrevista, antes de subir ao seu apartamento o acompanhei até um centro de distribuição dos Correios perseguindo informações sobre uma encomenda que nunca havia chegado. Enquanto caminhávamos encontramos casualmente com pessoas conhecidas suas, dentre as quais um rapper trans a quem me apresentou e cujo trabalho eu já conhecia anteriormente a sua transição. Tiely faz parte da cultura *hip hop*, integrando diversos projetos culturais, dentre os quais o Hip Hop Mulher, na ativa desde 2008 e que viabiliza o Fut&Art, evento em São Miguel Paulista (na Zona Leste de São Paulo) congregando times de futebol de várzea e times inclusivos às diversidades sexuais e de gênero. Também coordena o Camaleões Esporte e Cultura, um núcleo esportivo e cultural LGBTQ+ que integra o projeto Hip Hop Mulher. Cheio de histórias e de gargalhada fácil, ia me mostrando fotos no computador de cada lembrança que narrava. Sua trajetória de vida é permeada pelas práticas corporais, desde as artísticas até os esportes, dos quais só se afastou momentaneamente por motivos de saúde. Conta que por volta dos 13 anos foi diagnosticado com epilepsia, o que só o obrigou a fazer uma pausa depois de uma década de diagnóstico. Enquanto criança e adolescente jogava os jogos escolares em diversas modalidades (futebol, vôlei e atletismo) e com a sugestão de uma professora, começou a fazer teatro que por sua vez o levou para a dança. Com o futebol teve as mais diversas e marcantes experiências: no naipe feminino jogou em times de várzea e na categoria de base do futebol profissional do Clube Atlético Mineiro; enquanto homem trans jogou futsal nos Meninos Bons de Bola e atualmente na Casa Florescer (com o Transversão e os T Mosqueteiros), futebol de várzea com o Santa Pelada (equipe majoritariamente de homens cis-hetero da cultura *rap* e *hip hop*) e rúgbi com o Tamanduás-Bandeira.

Rafael se identifica como homem trans pardo e tinha 28 anos na época da entrevista, que aconteceu na área externa da Biblioteca Mario de Andrade, no centro de São Paulo, edifício próximo ao seu local de trabalho. Durante as observações participantes na Casa Florescer foi com ele que estabeleci um contato mais próximo, mostrando-se sempre acessível e muita seriedade. Rafael vem da Zona Leste, onde cresceu frequentando as quadras de um dos únicos SESC Campestre de São Paulo. Conta que inclusive os jogos escolares se davam dentro do SESC. Sua modalidade favorita era o handebol, na qual competiu dos 11 aos 17 anos, ganhando alguns prêmios individuais de melhor jogador e artilheiro, mas nunca vencendo coletivamente, como equipe. Ao terminar a educação básica e deixar a escola, Rafael começou a participar das práticas gratuitas oferecidas à comunidade pelo CEU (Centro Educacional Unificado), equipamento estadual que articulava educação básica, esporte e cultura. Chegou a trocar de cordão na capoeira, e embora não jogasse futsal,

acompanhava a equipe em campeonatos intermunicipais auxiliando os professores/técnicos. Posteriormente passou a frequentar o Centro Olímpico e fez peneira para jogador de handebol, mas não passou. Relatou que quando começou a trabalhar parou de praticar esportes e ao transicionar de gênero buscou retornar as práticas criando espaço para que outras pessoas também pudessem acessá-la, assim surgiu o Transversão F.C. Ele explica que o Transversão inicia com o futsal porque é uma prática mais acessível, “o esporte do brasileiro”, mas que sua proposta é oferecer oficinas de diversas modalidades esportivas e que não se restrinja a população trans, mas que pessoas trans e cis, homens e mulheres, possam jogar conjuntamente. Além de coordenar o projeto, que acontece na Casa Florescer, o esporte também atravessa sua vida cursando a faculdade de Educação Física. Após a entrevista, que ocorreu ao final do dia depois do seu horário de trabalho, sua namorada veio ao nosso encontro e seguimos os três para a estação de metrô onde pegaríamos a mesma linha.

Bernardo tem 31 anos, se identifica como transmasculino e é uma pessoa branca que cresceu na periferia de São Paulo, na Zona Leste. A entrevista com ele se deu via chamada de vídeo em outubro de 2020. Bernardo conta que o futebol era uma prática de dentro da escola e uma brincadeira de quintal de casa. Não frequentava clube nem jogava na rua e atribui essa restrição de local para a prática por ter tido uma infância de menina. Durante a adolescência começou a se destacar na prática escolar e pensou em participar de peneiras de clubes, mas aos 15 anos sofreu um atropelamento que comprometeu um joelho. Nessa época ainda jogou futsal amador pela Associação Cristã de Moços - ACM. Bernardo é professor, formado em Ciências Biológicas e diz que também jogou algumas partidas durante a faculdade. Integrou o quadro de jogadores do MBB e também da diretoria, e recentemente ao se desligar dessa agremiação passou a treinar com as Madalenas F.C., um time de lésbicas que acolhe alguns homens trans.

Bruno é homem trans, pardo, heterossexual e tem 25 anos. No mês de outubro de 2020 participou da conversa “Vamos falar sobre Futebol LGBT?” realizada *online* pelo Museu do Futebol, com mediação de Bernardo, interlocutor apresentado anteriormente. Sua participação ali se deu representando o Transviver F.C., time de futsal transmasculino de Recife. O Transviver já fazia parte desse trabalho, pois havia selecionado reportagens midiáticas sobre a equipe na montagem do campo e acompanhava suas redes sociais, então após o evento procurei Bruno e ele aceitou conceder uma entrevista via chamada de vídeo. Ele diz que sua história no esporte começa desde a infância, em práticas diversas: futebol, capoeira, basquete; sendo o futebol a predominante. Conta que durante a infância jogava na

escola entre os meninos e no ensino médio passou a convencer as meninas a jogarem, como brincadeira, até o ponto em que se conseguiu formar uma equipe de futebol feminino da escola que jogou alguns campeonatos interescolares. Jogou também em alguns times femininos de várzea, com os quais disputou o campeonato pernambucano de futebol de campo, cada ano em uma agremiação diferente. Participou de peneira de clube profissional.

### 2.3. *Eu só queria jogar bola!* Das trajetórias

Havíamos comentado no início do capítulo que duas categorias relacionadas a gênero e com incidência na sexualidade apareciam como impedimento e restrição da prática futebolística para as crianças assignadas como meninas: proteção contra assédio sexual e prevenção da homossexualidade. Apesar de a escola e o clube aparecerem como espaços de experiências exitosas na prática, elas não se dão sem esse conflito com a sexualidade também. Bernardo nos conta que:

Futebol era uma coisa de dentro da escola, porque a escola é que nos oferecia isso. [...] Ou com os professores de educação física ou então nos meus momentos de lazer [...], tinha espaço no quintal então a gente ficava brincando ali. Eu nunca fui de jogar na rua também porque por ser menina, e década de 90 também, e periferia, minha mãe tinha uma ideia de que a gente ia sofrer assédio e violência sexual na rua. Então a gente nunca ficou na rua também.

Toda vez que eu ia jogar futebol - porque eu me destacava de certa forma jogando futebol, a primeira - o destaque era dado porque não era comum que meninas jogassem bem futebol, então me colocavam num lugar de supervalorização e em algum jogo, não que os meninos quisessem jogar comigo porque eles eram muito melhores do que eu né, mas entre as meninas eu tinha um lugar de visibilidade que eu poderia jogar em todos os times porque todo mundo queria que eu jogasse em todos os times femininos, isso garantia vitória pra esses times femininos.

[por outro lado] se entende dentro do futebol, e acho que isso é muito comum dentro das arquibancadas, que quando a gente ofende o oponente do time que a gente não está torcendo é uma forma de desestabiliza-lo pra que ele se saia mal no jogo. Então do mesmo jeito que um cara torcedor do São Paulo vai chamar o juiz de bicha ou o goleiro que não está pegando bem, de bicha, pra desestruturá-lo e tudo mais, vai acontecer dentro da escola: “ah sua sapatão!”, ou aquelas musiquinhas que eram bem comum “Maria sapatão, sapatão, sapatão”. Então era muito comum que eu tivesse jogando bola e eu ouvisse esses comentários do lado de fora, né. Numa tentativa clara de me desestabilizar, de me provocar, obviamente, e de praticarem esse preconceito. É muito clássico né. Eu vivi então esses dois momentos. (entrevista com Bernardo, 14/10/2020).

Na categoria feminina, nesse sentido, ter um bom desempenho, ser bem sucedida, é ter sua heterossexualidade questionada e usada como xingamento para desestabilizar a

jogadora durante a partida. A associação da boa performance esportiva de mulheres com a suspeita da homossexualidade já é bem discutida na literatura, como pode ser visto em Goellner (2016) e Silveira e Vaz (2014).

Para os jogadores de futebol e futsal entrevistados, na adolescência a modalidade esportiva aparecia como possibilidade de trabalho, de carreira, ou ainda como projeto de vida dentro de um *campo de possibilidades*<sup>15</sup>, e que é abandonado devido primeiramente a necessidade do trabalho remunerado e depois a transição de gênero, passando a ter menor espaço mesmo como lazer. A maioria dos interlocutores trouxe questão de classe e a necessidade de trabalhar muitas horas por dia como elementos decisivos do seu afastamento das práticas esportivas. Localizam que isso surge no fim da adolescência e início da vida adulta, marcada pela saída da escola (finalização da etapa de educação básica). Nas palavras de Rafael, “*a vida adulta chama, né? E com ela vêm outras responsabilidades*”. Para Bruno:

E como a gente sabe o futebol feminino, não só aqui, em todo canto, é desvalorizado. Você vê, a gente participava do campeonato estadual, não ganhava absolutamente nada, a passagem que eu ganhava eram meninas que me davam, outras pessoas que também jogavam às vezes me davam pra eu ir treinar. Não era só eu né, ninguém recebia nada. E vim nessa trajetória né, de tentar... sempre tive esse sonho como muita gente tem de ganhar a vida jogando bola, que é o que a gente mais gosta de fazer. Mas infelizmente o trabalho bateu na porta, a falta de dinheiro também, como toda a gente que não tem o privilégio de conseguir seguir a gente tem que trabalhar, né? Bateu 18 anos então vamos trabalhar pra ganhar dinheiro, aí parei. Aí vim trabalhando, trabalhando, trabalhando, e nesse meio tempo me descobri como um homem trans, me entendi como homem trans e parei total, ainda mais porque eu não sabia onde jogar né? Porque enquanto mulher eu chegava numa pelada feminina e tal e jogava tranquilo, as vezes até masculino mesmo, entrava na doida assim. Mas com a transição veio a insegurança né, de você não saber como que chega no local, como que você vai se apresentar, como em todos os lugares né? Às vezes quando a gente tá nesse lugar da transição a gente não sabe muito bem como que as pessoas... na verdade a gente sabe, mas a gente fica com medo do que os outros vão falar, vão pensar, vão fazer, sei lá (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

A fala de Bruno expõe a urgência do trabalho remunerado como a que consome o tempo que poderia ser o da construção do atleta profissional. Mas está colocada também uma vulnerabilidade que diz dos corpos trans. Não saber como pode ser percebido pelo outro, ou temer a resposta do outro à sua presença, tem a ver com o que Butler (2018) aponta quando

---

<sup>15</sup> Categoria utilizada por Caroline de Almeida e Luciano Jahneka (2020), a partir de Gilberto Velho. Para Velho (2003, p. 28 *apud* Almeida; Jahneka, 2020, p.182-183) o “Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”. E para Almeida e Jahneka (2020, p.183): “a viabilidade de realização dos *projetos* depende da capacidade de negociação do indivíduo com outros *projetos* individuais (ou coletivos), além da natureza e da dinâmica presentes no *campo de possibilidades*”.

afirma que embora todos os corpos sejam precários, precariedade e vulnerabilidade são distribuídas de formas distintas historicamente. Se antes da transição era possível chegar nos espaços tanto femininos como masculinos, porque era possível antecipar alguma resposta frente ao olhar do outro, não saber como o novo corpo será recebido o faz se afastar da prática que só será retomada quando diante da possibilidade de jogar entre outros que compartilham desse lugar. Ainda para Bruno:

Então voltei a jogar futebol no Transviver e foi uma experiência muito boa, porque além de voltar a jogar eu estava em contato também, foi no início da transição, e eu estava em contato com outros caras trans, né? E esse contato me ajudou bastante pra me sentir mais acolhido no meio do esporte. Me senti em um lugar onde eu posso chegar e ninguém vai me perguntar nada e ninguém vai me questionar nada. Eu vou chegar lá, meu nome é esse, ninguém vai me questionar mais nada. Eu só vou puramente jogar futebol! No caso futsal né? (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

A retomada da prática vem acompanhada com certa retomada do corpo e novas experiências:

B: - A gente estar entre a gente e poder... foi a primeira vez que eu pude jogar bola, sabe quantas vezes que eu joguei bola na vida? Milhares de vezes. Sei lá quantas vezes joguei bola na vida, mas a primeira vez que eu joguei bola na vida sem camisa. [risos] foi uma experiência muito louca, mano! Muito bom! E depois que o primeiro tirou, assim, todo mundo começou a tirar e sair jogando, igual uns loucos. Mas foi muito massa. A gente levou reclamação depois, porque no lugar não pode ficar sem camisa.  
J: - Ninguém pode ficar sem camisa?

B: - Aí é que tá. Aí é que tá, né? A gente não sabe ainda dizer se realmente reclamaram somente porque era a gente, sei lá tinha gente que estava com *binder*, tinha gente que estava com fita e aí chama mais atenção né. Não sei se foi por isso ou se foi porque ninguém pode mesmo. (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

Bruno relata o regozijo da experiência de tirar a camisa em público e em quadra durante a prática futebolística em uma situação bem específica, pois foram advertidos de que naquele espaço não era permitido ficar sem camisa. Mas sabemos que é comum a divisão entre os times, seja em uma partida no estilo da *pelada* ou mesmo em exercício dentro de uma sessão de treinamento: camisa x sem camisa, e poder circular sem camisa aparece como desejo de muitas pessoas transmasculinas.

Em outros espaços de encontro, com outras equipes, tivemos contato com outras experiências. Um jogador - que naquele momento integrava o MBB - havia feito mamoplastia, apresentava as musculaturas do abdômen e peitoral bem definidas e relatou não sentir mais tanta liberdade em quadra para tirar a camisa, pois “*ofende os caras. Falam para mim, mostrando a barriga: ‘respeita que essa barriga aqui tem história!’*” E [apontando para

a sua] *essa aqui não?!'*” (diário de campo, 10/11/2019). Havia ali uma preocupação por parte de outro jogador: “[o time] *está ficando cada vez mais padrão, branco, elitizado, de corpos magros, hormonizados, mastectomizados*” (diário de campo, 04/11/19). Desconforto reafirmado por um jogador de outra equipe, que disse não ter se sentido incluído no treino do MBB quando ainda era pré-T. Nesse embate pela legitimidade dos corpos e identidades, o incômodo também recai sobre corpos que são apontados como padronizados (Silvestrin; Vaz, 2021).

Mais próxima da experiência de cumplicidade relatada por Bruno, está a de Bernardo, que conta da parceria dos colegas do MBB no uso do banheiro:

Olha cara, eu acho que essa foi uma coisa muito bonita que o MBB me proporcionou, eu acho que esse coletivo de homens trans me proporcionou [...], eu antes da transição nunca frequentei banheiro masculino, diferente da realidade de muitos meninos que estão lá no time. Muitos deles performam uma masculinidade de forma tão gigantesca que eles necessariamente precisam ir nos masculinos e precisam aprender como estar nesses banheiros. Então quando eu cheguei no time eu não tinha transicionado ainda e eu escancarava pros meninos que eu não tenho coragem de ir no banheiro masculino e aí acontecia uma coisa muito bonita que eu acho, uma das coisas mais bonitas que eu vou sempre ser grato, os meninos todos iam comigo no banheiro e tinha um jeito... o banheiro é um lugar que era o único momento em que a gente era tudo igual, porque a gente partilhava do mesmo objetivo: nos proteger. Nos proteger uns aos outros. E no momento de ir pro banheiro pra se trocar, em relação aos outros times, todos nós íamos juntos, esperávamos uns aos outros, fazia cabaninha uns pros outros. **Acho que era o único momento em que existia de fato ali um objetivo comum e uma dor comum. Em todas as outras dores éramos diferentes, mas nesse momento a gente se posicionava muito unanimemente como coletivo de verdade**, e as minhas primeiras vezes no banheiro foi porque eu fui encorajado por todos os meninos do time pra ir no banheiro. “*Vamos no banheiro com o Bernardo*”, era assim que se falava, inclusive todos eles, não tinha um que não falava “ *você precisa ir no banheiro masculino*”, “*é seu direito ir no banheiro masculino*”, “*vamos no banheiro com você pra que você aprenda a estar no banheiro masculino, como a gente aprendeu*”. Então por isso que eu sou muito grato aos meninos, por todos eles. Porque isso é uma unanimidade, acho que a dor é unânime em relação a isso né, todo mundo já passou por alguma situação no banheiro e é um lugar que dói. É um lugar de dor comum, assim, e é muito foda que isso aconteça, imagino que isso aconteça com os outros times também. (Entrevista com Bernardo, 14/10/2020, negrito pelo autor).

Bernardo deixa claro que se aprende a usar o banheiro de acordo com o gênero e que isso não se dá sem medo, denunciando a vulnerabilidade dos corpos transmasculinos ao adentrar o banheiro masculino. Isso porque, como desconfia Preciado (2019), é como se tivéssemos que “*entrar no banheiro para refazer o gênero*”, “*fazer nossas necessidades de gênero*”, “*reafirmar os códigos de masculinidade e feminilidade no espaço público*”.

Preciado (2019) aponta que os banheiros públicos são, desde o século XIX, “cabines de vigilância de gênero”, e que no século XX passam a ser “células públicas de inspeção nas quais se avalia a adequação de cada corpo com os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade”. Sendo que a feminilidade se produz pela subtração da função fisiológica do olhar público, conformando a domesticidade; e a masculinidade (heterossexual e cisgênera), tem sua produção dependente “da separação imperativa da genitália e do ânus”. Ou seja, masculino equivale a fazer xixi de pé no mictório e evacuar sentado no vaso (dois aparelhos com regime de visibilidade distinto), enquanto que o feminino equivale a fazer tudo sentado (um só aparelho), sendo que o objeto que se ocupa desse olhar de vigilância é o espelho, um convite a refazer a feminilidade sob o olhar de outras mulheres. As leis de visibilidade e a posição ereta compõem a performance dos rituais de masculinidade do qual o banheiro é reduto (Preciado, 2019).

“Mijar-de-pé é uma atividade cultural que gera vínculos de sociabilidade compartilhados por todos aqueles que, ao fazê-lo publicamente, são reconhecidos como homens” (Preciado, 2019, p.3). Essa atividade de sociabilidade, portanto, difere-se entre homens cis e homens trans. Como vimos no relato de Bernardo, há dor, medo e necessidade de proteção, porque há vulnerabilidade. O corpo trans ali é um corpo para o qual os regimes de visibilidade e controle da arquitetura do banheiro não funcionam, porque não impedem o seu uso. O corpo trans transgride os códigos, e por isso pode vir a ser penalizado.

Nos espaços de práticas esportivas, como as quadras de futsal, os banheiros geralmente funcionam também como vestiários. Se o banheiro masculino tem maior visibilidade para os frequentadores, se mijar-de-pé sob o olhar dos outros homens faz parte dos rituais de masculinidade que fazem um homem, no vestiário há ainda o se despir, mais um entrave encontrado pelas pessoas trans.

Camargo (2014) escreveu sobre os vestiários como locais de investimento erótico. Em que pese que os times de pessoas transmasculinas circulam mais entre as competições de *futebol gay*, como se dá essa negociação entre identidade de gênero (trans) e sexualidade (gay, hetero, bi)? Essa discussão será abordada no capítulo que se ocupa do rúgbi. Aqui importa apontar que também há uma tensão.

E é no sentido de um *em comum*, relacionada à dor comum mencionada por Bernardo, que a noção de coletivo é fortalecida. Nesse sentido, reforçamos a importância de que a identidade não seja o ponto de chegada, mas que pode ser o ponto de partida para a ação política, como, apoiado na noção de política de Chantal Mouffe, apontou Vieira (2022):

“Política é o que se faz e institui coletivamente (*em comum*) para lidar com acontecimentos sociais contingentes”.

Em novembro, o MBB foi convidado a participar politicamente do Festival Ninja, organizado pelo coletivo de jornalismo independente Mídia Ninja, no seu espaço cultural Nave Ninja. O evento ainda contou com a presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) fornecendo alimentação a todos, e shows de artistas dentre os quais Criolo e Majur. A participação do MBB foi em formato de coletivo de imprensa, respondendo a algumas perguntas sobre o cenário esportivo, população trans e muito atravessado por questões raciais e de classe. Naquele momento percebi a expectativa dos jornalistas de um discurso engajado e quiçá militante por parte dos jogadores, havendo entre os meninos quem topasse responder desse lugar.

**Figura 5-** Festival Ninja com o MBB



Fonte: acervo pessoal.

#### 2.4. Competitividade e sociabilidade

O Transviver F.C. de Recife, equipe de Bruno, foi formado em 2018 e está associado ao Instituto Transviver, organização que oferece apoio psicossocial a comunidade LGBTQ+.

Nas palavras do nosso interlocutor a equipe de futsal transmasculina é a “*primeira obra do instituto*”. Os treinos acontecem aos domingos, em um centro comunitário que é um equipamento público municipal de Recife, o Compaz. Por vezes, quando há eventos no local, ficam sem poder usar o espaço e então treinam em quadra aberta, sempre públicas e gratuitas.

A equipe, até então, ainda não havia chegado a competir, fato que Bruno não conseguia descrever o porquê, mas afirmou que não sabe ainda a quem convidar para disputas, se seriam os times masculinos de homens cis e qual seria a reação destes. Conta ainda que:

a gente foi convidado pra um amistoso que era um amistoso de abertura de um campeonato só para mulheres lésbicas. E aí era uma abertura né. Era somente uma abertura, apresentar o time... a gente ia ser apresentado como um time de homens trans e tal, algumas pessoas concordaram pela visibilidade, pela importância, e outras não porque ainda tinha aquele medo de chegar lá e sofrer preconceito e tal. Mas eu acredito que teria sido uma experiência interessante também (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

Para além do medo de sofrer preconceito a que se referiu Bruno, a recusa em jogar em um evento de mulheres nos diz da negação de voltar a ocupar um lugar do qual já saíram, afinal lutam constantemente pelo reconhecimento de seu pertencimento à categoria esportiva masculina, bem como a de homem. A possibilidade de ser lido como mulher, ou lésbica, assombra algumas pessoas transmasculinas; o que certamente é legítimo, afinal tornar-se homem (independentemente se trans ou cis), mulher, ou qualquer outra nomeação é algo sempre singular e implica em processos de diferenciação.

Alertou também para a preocupação com a inscrição dos jogadores nos campeonatos masculinos:

[...] até a questão do nome de registro. Se você vai inscrever num campeonato por exemplo de homem cis, tem gente que ainda não trocou, às vezes nem quer trocar nem nada, mas como é que você vai se inscrever num campeonato cismasculino, não tem isso de nome social. Eu acho que não chega nem na cabeça deles. Então como é que se inscreve num campeonato desse? (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

Acompanhando a equipe nas redes sociais, tivemos notícias de que no ano seguinte estrearam nos Jogos da Diversidade de Recife (em outubro de 2021). Disputaram na modalidade futsal contra outros quatro times masculinos de homens gays cisgêneros e terminaram na segunda posição.

Importa ressaltar que em termos geopolíticos o Transviver está sediado em uma capital da região nordeste brasileira e as demais equipes trans no que denominamos eixo Sul-

Sudeste, que por motivos históricos detém a hegemonia econômica e cultural do país. A localização possibilita o encontro entre as agremiações e criação de ligas e campeonatos com maior facilidade. Esta não é a realidade do Transviver F.C.

Há elementos que atravessam todas essas equipes futebolísticas que se organizam com o intuito de reunir os homens trans em um espaço de socialização: para além da troca esportiva, há a troca de experiências de transição; em comum também se dá o recrutamento via redes sociais; e a ligação com ONGs que prestam atendimento à população LGBTQIAPN+. Bruno relata que como o time faz parte do Instituto Transviver, os jogadores se envolvem em outras atividades também:

E lá eu não faço somente jogar futebol, a gente sempre tá participando de outras coisas. Como o time de futsal foi a primeira obra, vamos dizer assim, do Transviver, as pessoas do time são muito próximas a Regina, que é a presidente, então a gente tá sempre fazendo outras coisas, fazendo ações, fazendo correria mesmo do Instituto, que não tem nada a ver com esporte, mas aí a gente tá sempre ajudando, fazendo outras coisas, dando esse suporte. (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

Acrescenta-se aí, como circula no discurso no campo, o futebol como atividade física que auxilia a lidar com a ansiedade, canalizar certa agressividade e também, como relatou Bruno, energia: *“a gente chegava numa sede de jogar assim, numa sede de descarregar aquela energia. E é uma coisa que é produtiva pra gente né, porque a testosterona dá muita energia e às vezes a gente não tem onde descarregar isso”*. A prática esportiva conforma-se, assim, como espaço para manutenção da saúde mental e do corpo organismo, modificado pela reposição hormonal com compostos de testosterona. Embora o uso de medicamentos tenha efeitos no organismo, percebemos que às vezes, no campo de pesquisa, aparece a relação direta entre hormônios e a naturalização de afetos e comportamentos, e ainda a generificação destes (Oudshoorn, 1994; Rohden, 2008; Tramontano, 2017).

As transmasculinidades no esporte alcançam um novo patamar quando são organizadas competições. Em junho de 2017 acontece a primeira edição dos Jogos da Diversidade de São Paulo. Os Jogos são organizados pela parceria entre o Comitê Desportivo LGBT (CDG-Brasil) e a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) e acontecem durante a Semana da Diversidade, fazendo parte da programação oficial da Parada do Orgulho LGBT. Os Jogos naquele ano contaram com quatro agremiações, sendo três compostas por homens gays cisgêneros e uma por homens trans (MBB) e a modalidade jogada foi o futsal. O MBB ganhou um jogo na disputa de pênaltis contra uma equipe de futebol society que havia recém sido formada. Na disputa do terceiro

lugar, apesar de ter sido derrotado por dezenas de gols, o MBB acabou com a medalha de bronze. Isso se deu porque ao longo do campeonato sofreram transfobia por parte de uma equipe aparentemente inadvertida acerca das transmasculinidades. Há a acusação de que essa equipe os violentou chamando-os de mulheres e apontou-se para a organização a postura da equipe que deslegitimava a identidade de gênero desses jogadores, cobrando um posicionamento da mesma que decidiu desclassificar tal equipe.

Tiely, que circulava entre os times de futsal trans e também jogava rúgbi, no terceiro tempo após um treino do Tamanduás, contou que estava sendo pensado um quadrangular de times de homens trans na semana da diversidade em junho. a organização do evento pediu para ele quatro times, mas temos apenas três. ele então sugeriu que a organização entrasse em contato com o Big T Boys, equipe de futebol society do Rio de Janeiro. A organização falou que não teria como arcar com as despesas da viagem e ele disse que chamando com antecedência o time poderia conseguir levantar a grana da viagem. me contou também que na semana da diversidade de anos anteriores houve encrenca porque os times gays cis trataram os MBB no feminino, chamando-lhes de mulher. falou que ele sabe que essa é a forma que os gays se referem a si mesmos, mas que foi pesado, porque foi a primeira vez que um time de homens trans se fazia presente ali e houve enfrentamento, resposta, conversa com a organização.

Após o referido evento, jogadores dos dois times se reuniram e conversaram sobre o ocorrido. Os homens cis reconheceram a situação de violência, desculparam-se e, segundo nossos interlocutores, hoje há respeito entre eles. Bernardo alerta ainda que quando se fala de futebol LGBT, supõe-se que há uma unidade identitária e que orienta a construção de uma cena esportiva mais diversa e inclusiva, mas que ela não está dada e as ações conjuntas devem caminhar para isso. Para tanto, reforça a necessidade desse espaço ser também educativo. Nesse sentido, os times trans têm papel importante na constituição dessa cena, pois apontam a necessidade de repensar campeonatos e regulamentos a fim de reconhecer, repudiar e punir ações preconceituosas.

É em 2017 também que se funda a LiGay Nacional de Futebol e a Champions LiGay - uma liga amadora inspirada no formato da britânica Gay Football Supporters Network - GFSN National League e do futebol society. Outras competições também aconteceram nesse ano, como a Taça Hornet de Futebol da Diversidade, em São Paulo (que leva o nome e a marca de um aplicativo de relacionamento voltado ao público gay) e a Champions Alliance, em Curitiba, uma capital da região sul do país. Esse último evento tem a participação do

MBB, sob as regras do futebol society. Segundo nosso interlocutor, foram lastimáveis tanto a atuação do time em campo, como da torcida LGBT que proferia comentários jocosos.

Na ocasião, não tendo um desempenho aceitável, Bernardo conta que os jogadores do MBB ouviram da torcida “*nossa, que coisa horrorosa ver esses caras jogando, jogam igual menina*”, comentário que os desestabilizou. Bernardo alerta que jogar como menina, em si, não é um demérito, mas há algo ali que toca em certas feridas, que dispara gatilhos para homens trans. Outros preconceitos foram disparados pela torcida em direção a outros sujeitos naquele campeonato e não teve um posicionamento da organização. Há trabalhos interessantíssimos sobre as torcidas LGBT e *queer* de grandes times do futebol brasileiro (Anjos, 2018; Pinto, 2014; Bandeira; Seffner, 2013), torcidas que se posicionam contra as discriminações e injúrias homofóbicas e machistas e pela desnaturalização da violência decorrente da dominação masculina nos estádios e no futebol. Mas compreendendo que a cis-heteronormatividade é estruturante das relações, percebemos que ela opera também entre pessoas não heterossexuais.

Para Bernardo, o futebol do MBB e, portanto o futebol de pessoas trans, nessa taça acabou sendo apresentado pela sua disparidade. Em suas palavras:

a gente não tem uma performance maravilhosa porque a gente vem de um lugar, não é que a gente não jogue bem, mas a gente vem de um lugar de ser excluído do banheiro, de ser expulso de times femininos, de situações psíquicas muito instáveis (entrevista com Bernardo, 14/10/2020).

A fala demonstra as dificuldades enfrentadas por pessoas transmasculinas que extrapolam o espaço de jogo, demarcando mais uma vez a necessidade de pensar o esporte não só em questões relativas à técnica, mas o compreendendo dentro de uma estrutura social onde os sujeitos estão localizados.

No mesmo ano a agremiação comemorou seu primeiro aniversário durante o Festival Ocupa Pacaembu: evento organizado pelo Museu do Futebol em parceria com coletivos de artistas, ativistas e times de futebol das periferias. Aconteceu na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo e na ocasião Bernardo afirmou: “*Fico feliz aqui hoje porque meu corpo pode existir nesse espaço*”<sup>16</sup>. Retomando as experiências de deslegitimidade desses sujeitos nos campeonatos gays e outras situações que viemos apresentando ao longo do texto (como a expulsão da quadra pública), essa afirmação nos alerta que se ali um corpo pode existir, em outros locais ele não pode. Isso é grave, pois o direito à vida e à existência digna é formalmente assegurado aos cidadãos brasileiros. Uma

---

<sup>16</sup> Frase que foi apresentada por Camargo em sua coluna no portal Ludopédio. Disponível em <https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/ocupa-pacaembu/>, acesso em 19/04/2021.

vida digna advém de relações no espaço público e pressupõe o reconhecimento das diferenças e o coexistir.

Nesse sentido, Bernardo e as equipes trans nos apontam uma possível resposta para a pergunta de Butler (2018) sobre em que condições os corpos em assembleia, em reunião nas ruas são motivo de comemoração. Conjugando o ativismo com e a partir do corpo, ocupando o espaço público e o futebol, pode ser uma manifestação de celebração da vida.

Mas essa celebração também não está garantida. No início de 2020 um Projeto de Lei (PL 346) foi à votação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O documento previa a determinação do sexo biológico como único critério para a definição das equipes esportivas, proibindo pessoas trans de competirem na categoria de gênero com a qual se identificam (e que estão aptas). Na tentativa de barrar a proposta, fez-se um chamado de mobilização também nas redes sociais.

**Figura 6** – Chamada para mobilização



Fonte: Instagram NCRResistência

Retomando a participação dos times em campeonato, em 2018 houve outra tensão envolvendo o MBB. Foi um fim de semana que o MBB em seis jogos sofreu 40 gols e marcou apenas 1. O campeonato foi a 2ª Taça Hornet de Futebol da Diversidade, que em um

ano passou de oito equipes participantes para quinze. Isto demonstra o crescimento do futebol voltado ao público LGBTQIAPN+ no Brasil. Bernardo conta de jogos duros, nos quais a equipe não estava no mesmo nível técnico de seus adversários. Os oponentes já a partir do segundo jogo perceberam que o MBB era uma equipe para ser derrotada com grande quantidade de gols, o que contribuiria para uma melhor colocação no campeonato caso a disputa partisse para o saldo de gols. Durante esse jogo o árbitro afirmou aos jogadores trans que o mais habilidoso entre eles era justamente o homem cis que fora como convidado devido a um desfalque no dia, em que jogadores da equipe estavam trabalhando.

Nos dois últimos jogos do campeonato foram autorizados pelos oponentes a jogarem com um jogador a mais. O árbitro central, contrariado, demorou a autorizar, dirigindo-se a eles no gênero feminino. Tanto os jogadores como a arbitragem, segundo relato de um interlocutor, não estavam minimamente preparados para lidar com a diversidade destacada no nome da competição. Ouviram deboches como: “*Se não ganharem dessas meninas, esse time já pode parar, né, gente?*” e “*querem jogar com homens, mas são só mulheres jogando*”. Essas situações desvelam a misoginia e a transfobia presente em certas práticas esportivas, ainda que praticadas por sujeitos não heterossexuais. Messner (1988, p. 200) aponta que o esporte naturaliza as diferenças entre os sexos fornecendo “prova simbólica da ‘superioridade natural’ dos homens sobre as mulheres”. Symons (2004, p. 4110), da mesma forma diz que “o esporte tem um lugar especial na sociedade por reforçar essas versões padronizadas de sexo, gênero e sexualidade”.

Nesse sentido, a cisnormatividade da prática reside na suposta linearidade entre sexo e gênero como norma: homens trans são vistos como mulheres e por isso jogam mal. Questiona-se ainda a pertinência do adjetivo diversidade atrelado a esses campeonatos, afinal, a predominância é de agremiações e corpos masculinos, brancos, cisgêneros, gays e bem treinados (Camargo, 2020). Fato que também suscitou tensão para o time trans a ponto de questionar a legitimidade e desejo de estar ali, afinal, além de não estar no mesmo nível de desempenho, a maioria dos homens trans que compõem esses times se identifica como heterossexual.

O primeiro jogo entre as equipes trans se dá em 2019 entre Meninos Bons de Bola e BigTBoys, na modalidade (futebol *society*) e na casa da segunda equipe (Rio de Janeiro). Os meninos do futsal relatam que num primeiro momento ficaram receosos por jogar *society*, uma modalidade diferente que inclusive exige outros equipamentos (como calçados com garras aderentes, diferente das suas de futsal que por ser jogado em quadra são mais lisas) e

começam perdendo. Viram a partida e o placar final é de 3x7, ou seja, vitória para os visitantes.

É em 2019 também que, pela primeira vez, as três equipes de São Paulo (MBB, Transversão, Os T Mosqueteiros) se enfrentam em uma competição, durante o 3º Festival de Aniversário do MBB. O evento se deu na quadra em que a equipe aniversariante treina, que na ocasião foi decorada com balões azul, branco e rosa, as cores da bandeira trans. Estendida na parede do lado de dentro da quadra, de frente para a arquibancada, estava a grande bandeira do MBB. Contou-se com a presença de agremiações convidadas compostas por equipes masculinas, gays, femininas, lésbicas, mistas (que colocam em quadra conjuntamente jogadores e jogadoras) e inclusivas (compostas por pessoas que se identificam das mais diversas formas, muitas vezes extrapolando os binarismos de sexo, gênero e também as orientações sexuais). As equipes e torcedores/as chegaram em clima de descontração e amistosidade, cumprimentando-se com beijos e abraços; observei vários oponentes conversando em pequenos grupos, como se tivessem reencontrado velhos conhecidos.

**Figura 7-** 3º Festival MBB



Fonte: arquivo pessoal

Na foto acima, temos o cartaz de divulgação do evento à esquerda. À direita, em cima, o MBB joga contra as Madalenas, enquanto os T Mosqueteiros assistem. Embaixo, o Transversão também assiste ao jogo escutando os comentários do seu coordenador. As partidas foram disputadas sem distinção de categoria. Era perceptível a diversidade de corpos

que compunham a maioria das equipes, com exceção de duas formadas apenas por homens cis: Diversus e Bárbaros. Diversus sagrou-se campeão, realizando a partida final contra Madalenas, equipe composta apenas por mulheres, que nessa ocasião perdeu de 3 gols a 1; resultado que demonstra equiparação entre as equipes. Bárbaros, por outro lado, perde para o Diversus na fase inicial e não segue na competição.

Outra equipe que não passou da fase inicial é o MBB. O jogo entre os anfitriões e Madalenas rendeu a elas o placar de 2x1. Com a derrota, o MBB foi desclassificado e a partir daí seguiu coordenando o evento. No enfrentamento dos times trans, Os T Mosqueteiros venceram o Transversão, também eliminado. Na sequência, Os T Mosqueteiros perdem os confrontos para Madalenas e Real Gothics. As derrotas dos times trans causam uma série de tensões internas aos próprios times e antes do final do evento - que após a premiação contou com show musical de uma cantora *drag queen* acompanhada por um músico ao violão - a maioria dos jogadores dos três times trans já havia ido embora. Nessa hora percebo um jogador do MBB se aproximar do coordenador do Transversão e comentam sobre a falta de comprometimento dos homens trans com seus times e com a coletividade nesse pequeno movimento que vem surgindo.

Mais que a falta de um espírito esportivo, ou *fair-play*, dos ideais amadores do esporte que preconiza o saber vencer (que não humilhe o adversário) e saber perder (aceitando a derrota), parece circular por esse espaço o fantasma de uma suposta inferioridade dos corpos transmasculinos.

No fim de semana que seguiu o festival, apenas o Transversão esteve na Casa Florescer para seu treino/oficina. Foi um treino mais intenso que o habitual, possivelmente um efeito do festival. A equipe experimentou a possibilidade de jogar, mas percebeu que para ter melhor desempenho há que se preparar melhor. Já o treino do MBB foi mais tenso. Na roda de conversa final expuseram seu descontentamento com a atuação do time e apontaram o que precisava mudar. Na época estavam sem treinador/a e quem assumia os treinos era um dos goleiros que também era um dos jogadores mais experientes, ele expos sua frustração já que ao treinar o time não podia ele mesmo participar do treino. Mas a maior discussão foi sobre a rotatividade de jogadores entrando em quadra desordenadamente, os dezoito jogadores que compareceram no dia, jogaram em qualquer posição, independente também de seu comparecimento nos treinamentos. Um jogador com experiência em time profissional contestou que era necessário cada um saber sua posição e estudá-la, para que quando fossem feitas as substituições, entrassem na posição correta. Além de alertar que era impossível todo mundo jogar em todos os jogos. Chegou-se ao consenso, pelo menos ali

momentaneamente, que se há dezoito jogadores, há que ter dois times: um titular competitivo e outro reserva, mais recreativo e inscrever os dois nos festivais. Embora pareça uma questão básica, fundamental à formação de qualquer equipe minimamente competitiva, pensar em restringir a participação dos jogadores sob qualquer critério é uma questão delicada e complexa para essas equipes.

O formato de competição e de composição dos times mostram que é possível que corporalidades diversas disputem partidas, mas para tentar equilibrar as desigualdades em quadra, ao invés de continuarmos buscando a igualdade de chances (há muito já questionada não só pelas questões de gênero) há que se imaginar outras formas de esporte e as práticas esportivas dissonantes tem contribuído para isso. Se há diferentes formas de jogo, que consideram outros atributos que não simplesmente o código vitória-derrota, valorizando, por exemplo, por que não poderiam ser elas também implementadas no esporte? Ou, mesmo que se mantenha tal dinâmica, ela pode ter outras configurações, como um número maior de jogadores em um time que tenha, no somatório de seus atletas, menos força, velocidade ou resistência.

A maioria das equipes trans têm jogadores que passaram pelas categorias de base do futebol profissional feminino, Raphael e Cristiano, ambos do MBB, atuaram no Juventus; Tiely, um dos nossos interlocutores, é ex-MBB e hoje frequenta as oficinas na Casa Florescer - além de integrar um time de futebol de várzea - jogou no Atlético Mineiro. Bruno, outro interlocutor, é jogador do Transviver, havia sido convidado a integrar a categoria feminina dos clubes Náutico e Sport, ambos de Recife, mas não chegou a aceitar por estar em conflito com sua identidade de gênero, só retomando o futebol no time transmasculino. Além deles, com importante experiência esportiva, alguns têm mais familiaridade com o esporte e com a bola, outros iniciam ali sem jamais terem antes praticado futebol.

As experiências anteriores, sejam em equipes de futebol ou qualquer outra modalidade, demarcam uma leitura de representação de masculinidade importante no campo. O ‘saber fazer’ que passa pela ‘transferência de habilidades motoras’ e pelo *ethos* esportivo (de incorporação de certa agressividade e competitividade próprias do esporte ocidental) pode ser um problema no contexto do futebol de homens trans. O excerto a seguir mostra a tensão causada por certo jeito de jogar que demanda do corpo força:

E aí a gente fica “porra, o cara é bruto”, toda hora o cara vem com tudo e me machuca. Eu falo “porra, então para!”. Senta lá na arquibancada e fica assistindo. Porque é contato. Futebol, rugby, basquete, até vôlei é contato. Handebol é contato. Já teve roda de conversa que “pô, vocês nunca jogaram

handebol na escola?”. Já. Então! Vocês estão reclamando que eu dei uma trombada no outro que caiu. Gente, levanta e continua! Ah, mas você tem um chute muito forte. Não, tem gente que tem o chute mais forte que eu. Meu chute forte já era. 20 anos atrás era forte, agora não é forte. (entrevista com Tiely, 10/12/2019).

A fala demonstra a expectativa de que a partida continue, mesmo que haja algum contato físico ou gesto mais forte, porque certo nível de agressividade faz parte do esporte. Tiely observa que o fato de alguns jogadores terem habilidade e ‘jogo de corpo’, apresentando uma forma de jogar mais agressiva, faz com que sejam vistos como perpetuadores de uma ideologia machista, mais próxima de uma masculinidade hegemônica, perante outros jogadores que têm uma vivência esportiva menos sistematizada. Nesse sentido, se o esporte ocidental é masculino, alcançar essa masculinidade pode significar ser bem-sucedido nele. Entendendo que as masculinidades não são necessariamente coniventes com o machismo questionado por algumas transmasculinidades, é possível o esporte ser masculino sem ser masculinista (ideologia que prega a superioridade masculina).

Por outro lado, há múltiplas dimensões de gênero nesses futebóis praticados por pessoas LGBTQIAPN+, mostrando que:

ele não é tão homogêneo ou uniforme na potência de valores como agressividade, masculinidade, virilidade ou macheza, todas palavras com aspas para deixar claro o caráter efêmero que possuem e que devem ser despossessadas da força que adquirem ao se associar ao esporte e à prática futebolística (Camargo, 2020, p. 589).

Toledo e Camargo (2018, p. 93) nos convidam a pensar o futebol a partir do próprio futebol, de dentro, “pela relativização de seus modos simbólicos de impor suas regras e sociabilidade esportivas, tomadas tacitamente como universais” quando propõem que há múltiplos futebóis que alcançam expressões politizadas, especialmente estes praticados por novos sujeitos na esfera pública (com feições identitaristas).

Além da diversidade de experiências e habilidades esportivas, um mesmo time é composto por corpos em diferentes experiências de transição: jogadores que fazem reposição hormonal, outros não; corpos mastectomizados (que realizaram cirurgia de retirada das mamas), outros que fazem uso de *binder* (faixa que comprime os seios, e conseqüentemente os pulmões, limitando a capacidade respiratória). Essa diversidade tem conseqüência na forma de jogo e de se colocar em quadra/campo. Para Camargo (2020, p. 592) “são corpos plurais que mostram a ineficácia da uniformização e da aplicabilidade da categorização por sexo para o campo esportivo”.

Além disso, há diferentes objetivos entre os jogadores: aqueles que se juntam a equipe para retomar uma prática importante de suas vidas, outros para extravasar, outros ainda vão para aprender seja porque não consideram que tiveram oportunidade antes, seja por impedimentos: “M. me contou um pouco da sua trajetória enquanto caminhávamos em direção a estação de metrô após o treino. Disse que até os 8 anos jogava muito futebol, mas passou a apanhar do pai quando chegava em casa após jogar com os meninos e então parou” (diário de campo, 09/09/2019) – ou por não terem desejado jogar quando mais novos, sendo que a possibilidade e o desejo aparecem agora com as equipes trans: “D. gosta de jogar basquete e fazia natação, esporte que não se sente mais confortável em praticar, pois coloca o corpo ainda em maior evidência. Ele mora na região do ABC e viu no futsal em São Paulo uma oportunidade para jogar bola com outros homens trans” (diário de campo, 09/09/2019). A disparidade de experiências e objetivos acentuam os conflitos. Para Tiely:

A reunião das pessoas é importante. Aí o objetivo foi alcançado com sucesso. Mas a prática em si, ela tem que ter os seus níveis, né? Isso tem que ser jogado nas rodas de conversa: o que você quer? O que você quer aqui? Veio conhecer pessoas, brincar um pouco? Para não ter problema depois de “ah, não me chamou pra jogar por que?”. “Porque você falou que queria brincar!”. Quem quer brincar só desce pro play pra brincar! Quem quer jogar, desce pra competir! Que é outra... né. E tem gente que quer competir, o que eu acho que é muito legal, porque a gente precisa de times né? Surgem várias competições. Quando tem time, surge competição, surgem eventos e é legal (entrevista com Tiely, 10/12/2019).

Na maior parte do tempo, quem organiza os treinos, propõem os exercícios, são os próprios jogadores, mais experientes, experiências progressas no esporte, como é o caso do Transversão, coordenado por Rafael, ex-atleta e estudante de Educação Física. Sobre o Transviver, Bruno conta:

Nós temos uma treinadora, chama Ing. Ela entrou a pouco tempo, mas antes de ela entrar quem treinava a gente ou era eu ou era Vinicius, que é o coordenador, eu sou o vice-coordenador. Era eu ou ele que fazia algum treino. Ele é estudante de educação física, eu também sou estudante de fisioterapia e eu tenho algumas ideias assim pra ser colocadas ali, também já treinei muito futebol então eu sei mais ou menos o que passar pra facilitar. (entrevista com Bruno, 16/10/2020).

Os treinos do MBB, no período que estive em campo, foram conduzidos num determinado momento por PH, o goleiro, que em uma roda de conversa após a performance ruim no festival de aniversário da equipe, desabafa que não pode treinar e dar treino ao mesmo tempo, isso o desmotivava. Mais ao final daquele ano, o MBB passa a contar com uma treinadora, ela também jogadora e com grande experiência no futsal.

Camargo (2020) questionou sobre a presença das mulheres em postos de comando frente às equipes e ligas LGBTQ+, em contraposição ao futebol hegemônico em que quase nunca têm voz: seria um reconhecimento da figura feminina ou as equipes não têm recursos para a contratação de técnicos/treinadores/preparadores físicos homens? Parece que os futebolistas praticados por pessoas trans, que ainda não chegam a ser nem amadores, acolhem o trabalho feito ali, seja por quem for de forma voluntária.

Ainda a respeito da diversidade de experiências, corpos e corporalidades que permeiam as equipes transmasculinas, há questões marcadamente sociais que atravessam a possibilidade de se dedicar mais comprometidamente com o jogar bola, para além de um momento de lazer. Num domingo de treino, encontrei um dos jogadores do MBB na saída do metrô e em direção à quadra fomos conversando. Consciente de meu trabalho ali fez questão de me alertar para a complexidade do campo:

B. relatou que ao chegar cedo ao local de treino se deparou com um colega do time na porta, esperando, e contou que estava sem moradia depois e ter sido expulso de casa. Ele me contou também que se preocupa em perguntar se os meninos estão bem, se estão alimentados, porque muitos chegam ali sem terem feito uma refeição no dia. E me perguntou como podemos pensar o esporte, o futebol na vida dessas pessoas tão distintas, de lugares de classe, cor, território, idade, histórias de transição tão diferentes e desiguais? Como pensar em focar no futebol pra competir? E como manter só na ideia de socialização se a gente é chamado pra competir e isso também importa pra muitos? (diário de campo, 04/11/2019).

Além de corroborar com a discussão que vinha sendo feita sobre as diferenças de colocar os corpos trans em disputa com os corpos cis e a diversidade dos corpos trans dentro do próprio time, esse trecho nos permite pensar outro ponto importante que se desdobrará a seguir, a de precarização e vulnerabilidade que como bem lembra Judith Butler a precariedade parte do corpo, mas não se encerra nele porque não se dissocia das condições políticas, econômicas, históricas em que aparece. Da mesma forma “a vulnerabilidade não se reduz a uma particularidade ou uma disposição episódica de um corpo distinto, mas é, na verdade, um modo de relação que repetidas vezes coloca algum aspecto dessa distinção em questão.” (Butler, 2018, p. 144).

Imerso no campo, soube também que alguns rapazes não falavam sobre sua transição com familiares, inclusive um deles morava com a mãe e vivia uma identidade feminina em casa, tendo sempre o rosto bem barbeado para não levantar suspeitas. Sua companheira, com quem era casado há dez anos, se fazia presente nos campeonatos e churrascos - momentos de sociabilidade do time -, mas ela também o tratava no feminino e com o argumento de protege-las, mãe e namorada, de uma verdade que lhe parecia insuportável, comentou que

não queria conversar sobre isso com elas. Essa não é uma narrativa incomum, circulam nas conversas entre nós os receios e anseios em relação a reação de familiares e novas formas de ocupar um lugar dentro das famílias. Sobre questões familiares e transição há ainda o relato de um jogador do Transviver que foi expulso de casa. Mas o contrário também aparece: como a participação do irmão de um jogador do MBB em um treino, como nos referimos anteriormente, e a presença de uma mãe que acompanhava o filho adolescente.

Vemos os futebóis praticados por pessoas trans como um espaço privilegiado de socialização transmasculina. Há ali aprendizagem e transmissão de regras, códigos, valores, disciplinamento e questionamento das masculinidades e do próprio esporte.

Para além da esfera de socialização, inserção e educação das masculinidades, há a dimensão do esporte como espaço de sociabilidade. Georg Simmel (2006) define a sociabilidade como *forma lúdica da sociação* e a caracteriza pelo seu caráter democrático, artificial e superficial. Enfatizando a forma de relação em detrimento de um conteúdo objetivo, aqui a transmasculinidade aparece apenas como um meio da própria sociabilidade.

Contudo, o espaço exclusivo não é o único. Alguns homens trans transitam também nos times de homens cis e por diversos motivos. Tiely, engajado em diferentes movimentos da periferia, joga futebol de várzea e em um time com companheiros de hip-hop, todos cis e heteros, acha importante estar ali demonstrando e falando da existência de homens trans na própria comunidade (da periferia, do futebol, do *hip hop*). Raphael, ao falar dos episódios de transfobia nos campeonatos que disputaram com as equipes gays, relata que alguns episódios foram resolvidos conversando com as pessoas envolvidas, mas que “*desanima, cada um defende a sua letrinha e esquece da letrinha do lado*” e afirma que tem preferido buscar o futebol amador nas comunidades, aos amistosos ao invés dos campeonatos e, tal como Tiely, falar sobre transexualidade para além do meio LGBTQIAPN+.

Já para outros homens trans, jogar em times compostos por homens cis é uma forma de afirmar sua existência enquanto homem, onde o significante trans não precisa aparecer ou determinar o espaço que vai frequentar, além de ser um espaço onde se pode “*parar de perder*”, visto que os times trans raramente tem uma boa performance frente aos outros times. Podemos pensar certo abandono da autodeterminação trans para alguns sujeitos a partir de Almeida (2012), que localizou a transexualidade como categoria temporária a ser abandonada depois que seja reconhecida sua posição de homem perante a sociedade e que pode ser verificada quando as modificações corporais garantem passabilidade. Como comentamos anteriormente, a passabilidade diz do momento em que não mais se questiona, a partir das características corporais, o sexo ou gênero da pessoa e é inclusive uma estratégia

de defesa contra ataques transfóbicos. Mais uma complexidade desse campo no qual os sujeitos reivindicam visibilidade e ao mesmo tempo, e legitimamente, poder ser apenas mais um na multidão.

## 2.5 Pandemia

No início de 2020 fomos surpreendidos pelo anúncio de uma pandemia mundial que acabou levando ao confinamento dos corpos. Nesse momento eu estava em Florianópolis/SC e com o anúncio do isolamento, não retornei a São Paulo. As práticas esportivas foram suspensas em todos os âmbitos. Sem a possibilidade de frequentar as quadras fechadas, nem praças e parques públicos de forma a evitar aglomerações, os times passaram a desenvolver outras formas de se manter na atividade. Conforme íamos todos nos acostumando minimamente com o que chamamos de “o novo normal”, a comunicação pelas redes sociais, as *lives*<sup>17</sup> e as plataformas de conferência remota (especialmente as videoconferências e as salas de reuniões online) passaram a ser ainda mais exploradas também pelo mundo esportivo.

Por volta do quarto mês em isolamento, em agosto, Raphael (MBB) foi o convidado em uma *live* do Bulls, uma das equipes de futebol gay com quem disputa partidas. Dentre os temas abordados, Raphael conta da experiência de ser um homem negro no estádio quando foi abordado pelo profissional de segurança que desconfiou de sua presença ali: “*tá vendendo droga? Tinha que ser preto!*”. A dinâmica muda quando está em quadra, percebe que jogando pelo MBB o preconceito mais explícito é dirigido à transexualidade, e que quando jogava na categoria feminina era dirigido à cor: “*Marca a neguinha!*”.

Daniel Machado da Conceição (2023, p. 230) ao problematizar o racismo no futebol brasileiro a partir das categorias vira-latas e heróis, afirma que “perceber as relações raciais, como se apresentam no futebol brasileiro, permite identificar o estágio do nosso processo civilizatório”. Ele parte de acontecimentos atuais em que nossos jogadores são alvo de xingamento racista das torcidas contrárias aos clubes em que jogam no exterior. Um dos movimentos de retomada de certo orgulho nacional, foi a entoação de cantos em que a figura do jogador preto e pardo passa a ser enaltecida. No entanto, o autor remete esse enaltecimento mais uma vez ao racismo ordinário, “obsceno, mau-caráter e indecente”, por desvelar que o enaltecimento é pelo que essas pessoas pretas fizeram no que deram certo, e não pelo que são. Ainda, segundo Conceição (2023, p. 243), demoramos a destacar as

---

<sup>17</sup> *Live streaming* é a transmissão de dados de vídeo ou áudio em tempo real via internet, similar as transmissões “ao vivo” na televisão ou rádio.

ofensas racistas no futebol “de dentro”, o que foi possibilitado, em partes, pelo “movimento de estranhar o que acontece fora das nossas fronteiras”, contra nós.

Nesse sentido, o racismo ordinário “sempre destina um lugar esperado para que o cidadão ou atleta preto possa ocupar. Essa ocupação exige uma autorização dada por um outro a seu bel prazer de acordo com vantagens ou desvantagens que entenda receber” (Conceição, 2023, p. 242). Raphael denuncia que hoje, homem preto, ele não pode ocupar o lugar reservado aos torcedores no estádio sem a suspeita de que não esteja fazendo algo ilícito.

Há uma virada na leitura racista quando falamos de corpos em transição. Pela leitura do trabalhador da segurança, Raphael passa a ser uma ameaça no estádio. Encontramos nas narrativas de outros homens trans pretos, a constatação de que com a transição passaram de objeto (fetiche) à ameaça (de violência, criminalidade) (Peçanha, 2021), denunciando que essa transição não diz necessariamente deixar de ser mulher para se tornar homem, porque para a ideologia racista, pessoas negras não têm estatuto de humanidade.

A temática da transfobia no meio LGBT retorna na *live* “Vamos falar sobre futebol LGBTQIA+?”, no canal do Museu do Futebol na plataforma *Youtube*, mediada por nosso interlocutor Bernardo e que contou com a presença de outro interlocutor, Bruno. Junto a eles estava uma *drag queen* (é comum cada equipe de futebol gay ter sua *drag* que atua como uma porta-bandeira) e o presidente da LiGay (também atleta) que anunciou que a proposta para 2021 era incluir todas as letras da sigla nos campeonatos regionais. Em suas palavras: “*Já que não estamos podendo jogar, tivemos tempo para pensar e discutir a relação.*”, referindo-se ao amadurecimento das equipes e gestores do futebol gay frente às denúncias de transfobia reportadas por jogadores trans, inclusive daquelas que partiam das torcidas nos campeonatos.

Bernardo endossa uma mudança de postura dos oponentes afirmando nessa mesma conversa que após um episódio “*a gente teve uma discussão muito produtiva com o time, gay, que reconheceram a situação, pediram desculpa, foi super bonito. Hoje é todo mundo muito respeitoso um com o outro*”.

Os futebóis praticados por homens que se relacionam com outros homens (o chamado *futebol gay*) e por pessoas transmasculinas são fenômenos recentes no Brasil, o campo está sendo construído conjuntamente. Contudo, Camargo (2020) que acompanha o desenvolvimento dos esportes praticados por pessoas LGBTQIAPN+ há mais de uma década, observou nos últimos jogos antes da pandemia que o perfil de jogo e as habilidades dos futebolistas cis estava mais homogêneo e que havia uma preocupação também com a

homogeneização da compleição física dos jogadores, uma vez que há o acirramento das competições.

Acompanhando as equipes de maneira remota, online, observamos que ao fim de 2020 apenas o MBB retornou aos encontros presenciais, mas com frequência intermitente dos participantes que entravam e saíam do isolamento conforme as orientações sanitárias. Nesse contexto, alguns jogadores do Transversão acabaram se integrando ao MBB, o que nos levou a questionar como as equipes passariam a se organizar no pós-pandemia, se continuariam existindo, se estariam fortalecidos como coletivos esportivos, se voltariam a se resumir a apenas uma equipe e caso sim, se estaria mais consolidada (Silvestrin; Vaz, 2021).

Passados os anos, em 2021 MBB volta como Instituto Meninos Bom de Bola (IMBB), contando com o apoio da “Nix Diversidade e Economia Social” (organização que faz levantamentos e estudos sobre população LGBTIA+ no esporte) em parceria com a Nike. A parceria busca viabilizar ações relacionadas à inclusão das pessoas LGBTQIA+ no esporte, e apoia três coletivos esportivos pioneiros nessa área: Angels Volley (primeira equipe de vôlei de mulheres trans), Real Centro F.C. (primeira equipe de futebol gay) e agora o IMBB (primeira equipe de futsal de homens trans, passando a contar em 2023 também com equipe feminina).

Apesar das novas parcerias e novos jogadores, o MBB volta, inicialmente, a treinar em quadra pública. A quadra privada em que treinavam passa a ser o local dos encontros do renascido Sport Clube T Mosqueteiros, composto também por ex-jogadores do Transversão (do qual enquanto time não tivemos mais notícias) e do MBB, inclusive Bernardo, que é convidado a ajudar a construir essa nova coletividade, e a ex-treinadora do MBB.

Agora no S.C. T Mosqueteiros, Bernardo conta que:

nesse futebol eu tenho muita dúvida porque a gente tem feito um processo de nos separar dos outros futebóis, não disputamos mais com meninos, com outros homens cisgênero porque ali a gente não vê espaço para existir. E eu tive uma experiência disputando com homens cisgênero que foi precisar ficar brigando o tempo inteiro, sabe? Ficar disputando espaço porque o juiz tratou a gente como feminino. [...] Quando a gente foi disputar campeonatos com outros homens cisgênero, mesmo gays, a gente sofreu muita violência porque o que eles estão buscando é muito diferente do que a gente está buscando. A gente viu essa necessidade de separar, embora eu não saiba se é a melhor resposta, porque nos coloca em um lugar também de exclusão. Mas a gente sentiu essa necessidade para nos empoderar, para que o futebol trans pudesse nascer e ter espírito de competitividade. A gente está falando de times que os jogos não passam de 3 a 0. Quando a gente jogava com os homens cisgênero era de 20, 25 a 0. Na Ligay, por exemplo, éramos o time para fazer saldo de gols e se garantir nas fases eliminatórias. É muito triste que a gente não consiga ainda estar entre os homens cisgênero e que, para mim, não é uma questão de diferenciação do corpo ou

de quem é mais fraco ou quem não é. É uma ausência de socialização! (Goellner; Silva; Jaeger, 2023, p. 16-17).

Nesse testemunho recente, Bernardo nos dá pistas de como questões que eram conflituosas no início, como a grande disparidade entre os times de homens trans e de homens cis puderam ser manejadas, ainda que temporariamente e sem saber se a separação é mesmo uma decisão acertada. Fato é que com as novas conformações e disputando apenas entre os times transmasculinos, os T Mosqueteiros se sagram campeões do 1º Jogos LGBTQIA+ em 2021 e vice-campeões no ano seguinte. Ainda em 2022 vencem a Taça da Diversidade em e conquistam o segundo lugar na LiGay (ficando logo atrás da nova equipe carioca Trans United F.C.).

Bernardo aponta ainda o que está no horizonte da equipe:

Para 2024 a gente quer se formalizar com uma CNPJ porque a gente está perdendo muito dinheiro por causa disso e a gente está falando de pessoas que às vezes vão para quadra sem comer, meninos que estão vivendo uma depressão profunda ou estão vivendo uma situação de vulnerabilidade nutricional. E para manter essa recorrência dos treinos, precisa de passagem e você sempre gasta algo. Então, o nosso futuro hoje está muito concentrado em saber como a gente consegue recurso financeiro para distribuir para essa coletividade conseguir ter um pouco de sossego e não abandonar a prática esportiva. Muitos meninos chegam, mas muitos não conseguem ficar nessa coletividade. Não porque não queiram ficar, mas porque eles não têm condição mesmo de ficar ali. Então é isso, a gente precisa começar a se juntar enquanto coletivos no Brasil para formalizar uma CNPJ e conseguir recurso, seja via emenda parlamentar ou edital. A gente tem percebido cada vez mais a necessidade de falar sobre os nossos conflitos. A gente quer isso para as futuras gerações, para que as crianças trans tenham mais acesso a esses esportes trans, para que elas percebam que as pessoas trans podem estar onde elas quiserem, seja numa modalidade de gênero, seja numa modalidade exclusiva para pessoas trans no recreativo. (Goellner; Silva; Jaeger, 2023, p. 16-17).

Parece-nos que a aposta na reorganização das equipes paulistanas, agora de fato como coletivos; com outras formas de se enfrentarem, talvez como uma categoria específica para ir aos poucos galgando melhores condições de prática e experiência; e o surgimento de novas equipes nos estados de São Paulo (Pogonas F.T.C. de Campinas, que conta também com equipe de vôlei) e Rio de Janeiro (Trans United F.C.) movimentam e são movimentadas pela cena que ressurgiu no pós-pandemia, lembrando que o Transviver também estreou nesse período.

### 3. O rúgbi inclusivo LGBTQIAPN+

Antes de propor qualquer descrição e análise sobre transmasculinidades no rúgbi, talvez seja interessante apresentar o esporte, que tem origem próxima ao futebol, mas que, diferentemente deste, não caiu no gosto popular brasileiro.

O rúgbi surge nos *colleges* britânicos e é introduzido no Brasil junto a outras modalidades, especialmente o futebol e o *cricket*, com o intuito de manter e difundir certa tradição nas colônias britânicas. De acordo com Melo e Gonçalves (2019), o rúgbi representava valores britânicos fundamentais, funcionando como um modelo de conduta que transmitia disciplina, liderança, força, caráter e respeito, destacando o cavalheirismo e a camaradagem apesar da sua natureza aparentemente violenta. Os jovens britânicos deveriam equilibrar a competição intensa no campo com a manutenção de relações amigáveis fora dele, dramatizando o cotidiano dos negócios e da política.

Em distinção ao *football association*, o ideal do amadorismo se manteve no *rugby*, que acabou tendo seu próprio desmembramento para o surgimento de outra modalidade que pudesse abandonar esse ideal. Assim, o rúgbi se apresenta no tradicional *rugby union*, nas modalidades XV (cada equipe joga com 15 jogadores uma partida dividida em dois tempos de 40 minutos) e *sevens* (cada equipe conta com sete jogadores em campo, disputando dois tempos de sete minutos), em oposição ao profissionalismo do *rugby league* (13 jogadores em cada equipe, confrontando-se em dois tempos de 40 minutos). O campo de pesquisa em que se desenvolveu esta tese se deu nas modalidades de *rugby union*.

Diferente do futsal, onde me inseri como homem trans a fim de partilhar desse espaço de sociabilidade transmasculina e com interesse de pesquisa, meu envolvimento com o rúgbi é mais antigo, arraigado a uma constituição identitária: a do *rugbier*. *Rugbier* é como se reconhecem os praticantes de rúgbi que zelam pela tradição do esporte, seus valores e sua transmissão, vendo-se como mais que apenas jogadores.

Não planejava tomar a modalidade como objeto ou campo de pesquisa, mas ela acabou assim se apresentando a mim ao longo do doutorado. Fui jogador da categoria feminina do Desterro Rugby Clube, de Florianópolis (SC) de 2006 a 2012, participando de amistosos e torneios nacionais e internacionais. O ano de 2012 foi conturbado, uma grande companheira de rúgbi e de vida faleceu, ingressei no mestrado, e o esporte passou a ser modalidade olímpica: fatores que o tornaram uma prática extremamente penosa para mim a intensidade, o volume e a cobrança dos treinos aumentaram e fui levado a “pendurar as chuteiras”.

Michelle Gonçalves e Alexandre Vaz (2015) em etnografia no clube em que eu atuava apontaram que o processo de profissionalização do rúgbi brasileiro, especialmente na categoria feminina, não era ponto pacífico entre as praticantes, que viam como problemático o desenvolvimento da seleção acontecendo em detrimento dos clubes, reproduzindo localmente a divisão entre amadores e profissionais, o que acabou afetando a relação das jogadoras entre si, com o clube e com a prática.

Após parar de treinar, retornei com algumas atuações principalmente em 2015, na modalidade de praia (mais descontraída) e, após a temporada de verão, na modalidade *sevens*<sup>18</sup>, quando o clube conseguiu inscrever duas equipes para uma etapa do campeonato nacional (*Super 7's*). Também atuei como professor/treinador em breves períodos em que tentávamos divulgar a modalidade em escolas e construir equipes infantis (mistas) e juvenis (feminina), hoje ambas já consolidadas.

Na primeira década dos anos 2000 a modalidade ainda não era praticada de forma expressiva na categoria feminina na região sul do país, embora houvesse clubes renomados nos três estados (Desterro em Santa Catarina, Charrua no Rio Grande do Sul e Curitiba no Paraná). Era comum treinarmos por um longo período do ano e disputarmos apenas dois ou três campeonatos que se davam em um final de semana cada: em julho acontecia a Liga Sul (campeonato entre os clubes do sul do país) e em dezembro o *SPAC Lions 7's* (tradicional campeonato do São Paulo *Athletic Club*<sup>19</sup>, um dos mais antigos clubes do país, localizado em São Paulo). Disputávamos também a Taça da Amizade, quando jogávamos um amistoso contra o Curitiba Rugby Clube, clube apadrinhado<sup>20</sup> pelo Desterro. E em alguns anos jogamos o torneio *Valentín Martínez Nin*, organizado pelo *Carrasco Polo Club*, sediado em Montevidéu, no Uruguai. Neste torneio disputam equipes femininas na categoria adulto e masculinas na categoria juvenil.

Também fazia parte da cultura do rúgbi a realização de *giras*, quando o clube viajava ao Uruguai ou Argentina numa espécie de intercâmbio, em que treinávamos junto aos clubes locais a fim de aprimorar nossa técnica, tática e estreitar laços que dessem continuidade à tradição de fraternidade e amistosidade que constitui o etos da modalidade.

---

<sup>18</sup> No *sevens*, sete jogadores de cada equipe disputam uma partida de dois tempos de sete minutos; é a modalidade que recoloca o rúgbi nos Jogos Olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> O SPAC foi fundado em 1888 por anglófonos, colônia, e foi um dos clubes responsáveis pela difusão do rúgbi no estado de São Paulo (Melo; Gonçalves, 2019).

<sup>20</sup> No contexto esportivo, apadrinhar geralmente implica uma relação de apoio entre dois clubes. No caso dos clubes citados esse apoio se dava mais na forma de transmissão dos valores, tradições e cultura do esporte, com o intuito de ajudar o clube apadrinhado a se estabelecer e crescer dentro da comunidade esportiva.

Não era incomum que tivéssemos poucas mulheres nos treinos em alguns períodos, pois diferente do que acontecia na categoria masculina, as condições materiais para a prática eram mais precárias. Fato percebido por Gonçalves e Vaz (2015) que apontaram como embora tivéssemos capacidade financeira para manter a prática concomitante à formação universitária a inserção e permanência das mulheres nessa modalidade enfrentava maiores obstáculos pautados por gênero e classe, fazendo com que em inúmeros treinos houvesse poucas atletas. Isso nos levava a fazer treinos conjuntos com as equipes masculinas adulta e juvenil e inclusive com outros times que surgiam na cidade e que muitas vezes não conseguiam manter suas atividades por falta de recursos materiais.

Na época me identificava como lésbica e surgiu meu primeiro impasse. Minha sexualidade não parecia ser um problema para mim, pelo contrário, era motivo para levantar algumas bandeiras de luta em todos os espaços, até começar a treinar rúgbi. Estava subentendido que isso não era tão tranquilo ali e me deparei com grande insegurança de me colocar em campo. Em um treino, por exemplo, após um novo corte de cabelo, cada vez mais curto, fui o último a ser escolhido na divisão dos times para o jogo de *touch*<sup>21</sup> que acontecia como atividade de aquecimento corporal, seguido da justificativa: “Aqui é um time feminino”. Em outro treino, após não ter entrado em contato de forma contundente e efetiva, ouvi de uma colega: “Pô, de que adianta ser sapatão se não tem agressividade?!”.

Nesse caso, fazer parte de um time feminino exigiria apresentar no corpo atributos de feminilidade ao mesmo tempo em que a agressividade do esporte deveria estar presente. Além disso, ali minha identidade vacilou, já que não cumpria com a expectativa que advém do imaginário que associa diretamente lesbianidade-masculinidade-agressividade, que historicamente é um importante elemento que afasta algumas mulheres das práticas esportivas.

Neste capítulo, junto à minha trajetória na modalidade após a transição de gênero, apresento as experiências de outras duas pessoas transmasculinas inseridas em um clube auto intitulado “inclusivo LGBTQI+”, que disputa as duas modalidades principais do rúgbi *union*<sup>22</sup>: *sevens* e *XV*<sup>23</sup> em torneios amadores, na categoria masculina. Os interlocutores são Tom e Tiely.

---

<sup>21</sup> *Touch* é o jogo que simula uma partida de rúgbi, mas que substitui o fundamento do *tackle*, que é o movimento de levar o oponente portador da bola ao chão na disputa pelo território e pela bola, por um toque no jogador. Este, por sua vez, para de avançar no campo.

<sup>22</sup> *Rugby union* diz respeito à modalidade mais tradicional do rúgbi, vinculada aos ideais amadores da prática esportiva e em distinção do *rugby league*.

<sup>23</sup> No *XV*, quinze jogadores em cada time disputam dois tempos de quarenta minutos.

Tom, 25 anos, identifica-se como transmasculino não-binário, bissexual, pardo. A entrevista com ele se deu na lanchonete de um *shopping*, entre o fim de seu expediente de trabalho e outro compromisso. Durante toda a infância foi judoca por incentivo da família, com quem também costumava pedalar pela cidade em que viva, Curitiba, capital do estado do Paraná. Tom conta que a escolha pelo judô foi muito óbvia para ele que, caçula, pôde escolher entre fazer balé com a irmã ou judô com o irmão. Cursando faculdade de Letras Inglês e trabalhando em São Paulo, começou a participar de corridas de rua, que considera uma modalidade acessível. Procurando se inserir em grupos esportivos compostos por pessoas trans, Tom se aproximou das equipes de futebol de São Paulo, com as quais trabalhamos no capítulo anterior, mas foi no rúgbi dos Tamanduás que encontrou um espaço de lazer e sociabilidade LGBTQIAPN+. Sua atuação no rúgbi foi breve, pois se identifica mais com outra modalidade que já vinha praticando: o duátlon, esporte que combina corrida pedestre e ciclismo.

Tiely, homem trans preto de 44 anos, foi apresentado anteriormente no capítulo sobre os futebóis. Tiely é formado em História e atua como multiartista e educador social. Sua chegada ao rúgbi se deu com o convite de Tom, que também havia passado pelo futsal. Em suas palavras:

T: - Foi através dele [Tom], recebi um convite dele pelo face [Facebook]: “*Ah, vai ter uma vivência de rúgbi!*”. E foi bem no momento que eu tinha saído do time, do time de futebol, por “n” motivos pessoais, do MBB, tinha acabado de sair, tava malzão assim, muito chateado. Depressão estava querendo bater na minha porta de novo assim...

J: - Mas você saiu por aquilo que você falou anteriormente, de ser cobrado pela forma como jogava, pela força que imprimia? Por...

T: - Não, isso era indireta já, já era um acúmulo. Isso já era “*ah, tá chutando muito forte!*”; “*ah, você não pode...*”. Ah gente, então pára de jogar bola! Aí a gente já estoura né, e olha que eu não tava nem me hormonizando na época. Tem isso daí, eu não tava nem hormonizado! E o pessoal já reclamando que eu dava umas trombada, imagina daqui um ano! Ó o tamanho dos braços já! Então a gente tem que ir devagar, né, porque nem todo mundo tá pra jogar realmente assim. E o rugby veio pra complementar. Não complementar, não sei se essa é a palavra, mas para ocupar um espaço mega vazio que eu preciso praticar esporte, gente, eu preciso ver pessoas, praticar esporte, competir. Tentar pelo menos. Vou, fico no banco, mas assim... eu entro um minuto, mas me coloca, sai, pronto, feliz. É isso, sabe? E foi nesse momento, e foi um puta diferencial na minha vida. E foi uma coisa que o Tom falou: “*Ti, a gente precisa trazer homens trans pra esse time porque esse time tá muito gay*”. E eu falei: “*Verdade!*”. E eles são uns fofos. O pessoal do time, eles falam: “*Ti, pelo amor de deus, traga mais homens trans pro time*”, porque é uma demanda do time, né, o time não é gay, o time é LGBT.

Diferente da minha postura em campo, que muitas vezes era lida como pouco agressiva para o esporte, Tiely encontrou no rúgbi um lugar para sua forma de se colocar em confronto, algo que não estava sendo bem visto no futsal praticado com outros homens trans. Tal como no capítulo anterior sobre os futebóis, importa neste perceber as dinâmicas de

masculinidades (atravessadas por diferentes identidades de gênero e orientações sexuais) no interior do mesmo time e em relação aos outros times contra quem compete.

### 3.1 Os Tamanduás Bandeira

O Tamanduás Bandeira Rugby Clube foi formado em 2017, seu nome faz referência a um animal brasileiro e é um trocadilho com a expressão “levantar bandeira” (lutar por uma causa). Como as equipes de futsal e futebol com as quais trabalhamos no capítulo anterior, os praticantes foram convidados a partir de um anúncio nas redes sociais. O clube se diz inclusivo porque aberto a todas as diversidades sexuais e de gênero. Com o lema “Se não é pra todos, não é pra ninguém”, faz parte da proposta do grupo que a prática seja acessível também no que tange a outros marcadores sociais da diferença, como classe e raça/cor/etnia. É uma prática gratuita, mas que conta com colaborações espontâneas dos jogadores e dependendo do calendário fazem-se ações para levantar fundos. Enquanto estive em campo, as sessões eram orientadas por treinadoras, sendo que até agosto de 2020 era uma ex-jogadora de agremiação universitária e a partir de 2020 uma jogadora de um dos maiores clubes brasileiros, sendo ela mesma campeã brasileira e tendo também passagem pela seleção nacional. Os treinos aconteciam nas terças e quintas-feiras à noite e sábados pela manhã, no Parque do Ibirapuera, um espaço público localizado em área nobre na região centro-sul de São Paulo, e eram abertos a quem desejasse deles tomar parte.

Organizando-se para disputar os campeonatos estaduais, durante a pandemia de covid-19, o clube formalizou sua situação junto a Federação Paulista e a Confederação Brasileira (CBRu) com o registro de todos os atletas que, ainda no período de isolamento, participaram de cursos de arbitragem online. A formalização do clube é um passo obrigatório para poder competir oficialmente no país, o que por sua vez é um critério para poder participar de eventos LGBTQIA+ internacionais, como a *Bingham Cup* administrada pela *International Gay Rugby* (IGR) que acontece bianualmente em diferentes cidades-sedes. Desde a minha entrada no campo de pesquisa, havia a perspectiva de participar dessas competições.

No momento de pandemia, quando o clube passava pela sua formalização, os treinos estavam acontecendo ora virtualmente, pelas salas de reunião online, ora presencialmente, de acordo com os protocolos sanitários que vinham sendo apresentados pelo governo municipal, como número reduzido de jogadores, uso de máscaras e evitando o contato físico.

O time era composto por uma maioria dos jogadores que chegam ali sem nunca ter praticado rúgbi antes, mas alguns atuavam também em times universitários ou pequenos clubes. A incorporação à equipe se dava pelo boca-a-boca, mas principalmente por encontrá-

la nas redes sociais, e aqui está uma importante diferença em relação aos times transmasculinos de futebol: os aplicativos de relacionamento têm certo peso. Foi ali que dois dos fundadores do time começaram a conversar e resolveram marcar um encontro para praticar a modalidade, chamando outros interessados. Foi também um desses aplicativos (voltado aos homens gays e bissexuais) que apoiou o primeiro amistoso internacional entre equipes LGBTQIA+ no Brasil, que aconteceu em São Paulo em junho de 2019.

Em comemoração ao *mês da diversidade*, o evento foi uma partida entre os brasileiros do Tamanduás Bandeira e os argentinos do *Ciervos Pampas*, primeiro time de rúgbi inclusivo à diversidade sexual da América do Sul, criado em 2012. *Ciervos*, em espanhol, é equivalente a veado no português e faz referência ao animal que, estereotipicamente, foi associado aos homossexuais; pampas referencia a territorialidade da equipe. Presidida pelo brasileiro Caio, a equipe veio ao Brasil para participar da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Paulo, considerada uma das maiores do mundo, tendo entrado para o *Guinness Book* em 2007 quando levou milhões a Avenida Paulista. Ele entrou em contato com integrantes do Tamanduás Bandeira informando sobre a visita com outros colegas de equipe e surgiu então a ideia de realizar o amistoso. O time veio da Argentina com recursos próprios e ficou alojado em uma hospedaria. Além de contar com o apoio de algumas empresas (como o aplicativo de encontros), houve também os da Confederação Brasileira de Rugby (CBRu) e da Prefeitura de São Paulo, que auxiliou com o traslado (entre o local de hospedagem e o da partida) dos atletas argentinos.

A partida aconteceu no campo do São Paulo *Athletic Club* (SPAC), e a equipe argentina entrou em campo composta por homens e mulheres. A arbitragem foi feita pelo quadro da CBRu e entre os árbitros estava Izzy, jogadora da Seleção Brasileira que ficou ainda mais conhecida do público ao ser pedida em casamento por sua namorada durante transmissão ao vivo nos Jogos Olímpicos de 2016, logo após a última partida da seleção. Seu nome estava estampado na camisa de número dois dos *Ciervos*, que além da identificação do próprio do jogador que a portava, também homenageava algum esportista LGBTQIA+ latinoamericano. Com o placar de 59 x 07, os Tamanduás saíram vitoriosos de um jogo sem *tackle*, a pedido dos visitantes argentinos que preferiram evitar o contato para diminuir os riscos de machucados e lesões e assim poderem participar da Parada do Orgulho.

**Figura 8** - Amistoso Ciervos Pampas x Tamanduás Bandeira



Foto: Leandro Lopes. Fonte: Mídia Ninja<sup>24</sup>

O amistoso ainda rendeu um documentário. “Agachem, Segurem, Formem, Arrasem”, do diretor e jogador dos Tamanduás, Caio Baú, que traz cenas do encontro. O nome do curta-metragem premiado faz referência aos tempos de formação do *scrum*, ditados pelo árbitro central da partida, acrescido da gíria “arrasar”, comum na fala de dissidentes de gênero.

Chama-nos a atenção que novas formas de agenciamento do esporte, como espaço de resistência, podem gerar possibilidades por vezes mais profícuas em um curto intervalo de tempo, a exemplo do destaque na mídia e das viagens internacionais protagonizadas por essas equipes. Isso não significa que o esporte nesse registro traria uma vantagem aos seus praticantes em relação às formas convencionais de sua prática, mas é algo que pode apontar para outras tensões entre o normativo e o disruptivo (Silvestrin; Gonçalves; Vaz, 2021).

<sup>24</sup> Disponível em [https://midianinja.org/news/rugby-lgbt-amistoso-internacional-fez-historia-em-partida-no-brasil/#:~:text=Por%20Leandro%20\(T%20C3%BBk\)%20Sousa%20Lopes.%20No%20C3%BAltimo,soado%20como%20uma%20simples%20partida%20de%20rugby](https://midianinja.org/news/rugby-lgbt-amistoso-internacional-fez-historia-em-partida-no-brasil/#:~:text=Por%20Leandro%20(T%20C3%BBk)%20Sousa%20Lopes.%20No%20C3%BAltimo,soado%20como%20uma%20simples%20partida%20de%20rugby), acesso em 19/04/2024.

### 3.2 Das transições: da equipe feminina para a masculina; de *forward* à *back*; da Série A para o Desenvolvimento

Foi no feriado nacional de sete de setembro de 2019, num sábado, que cheguei às proximidades do Parque Ibirapuera e me deparei com um pequeno grupo de homens praticando exercícios com uma bola de rúgbi. Observei, aproximei-me e perguntei se eles eram os Tamanduás, responderam que não. Adentrei o parque e, agora, um pequeno grupo misto. Ainda não era o grupo que procurava, mas indicaram o caminho mais adentro, na direção da Praça da Paz. Fui tomado por euforia, não estava acostumado a ver tantos grupos jogando com a ovalada<sup>25</sup> sem estar em ocasião de campeonato. Ao chegar ao destino, deparei-me com um grupo grande de homens correndo em direção a pequenos cones distribuídos no gramado. Aproximei-me e eles, dispostos em colunas, atentos ao exercício e ao mesmo tempo à minha presença, perguntaram se já conhecia a modalidade e se queria me inserir na atividade. Um deles, Tiely, apontou para a treinadora<sup>26</sup> dizendo: “Fala com a Bel, ela é a treinadora”.

A treinadora orientou que eu me integrasse a outro pequeno grupo, em que um jogador ensinava aos novatos o passe com a bola oval. Permaneci um tempo ali com eles e nos inserimos no grande grupo. Começaram os jogos de *touch* e uma felicidade tomou conta de todo meu corpo. Era aquilo que buscava: uma partida de *touch*; e ao mesmo tempo, meu primeiro treino retornando ao rúgbi agora na categoria masculina. Joguei durante todo o restante do treino, por mais de uma hora. Ao final, reunidos em círculo, a treinadora perguntou: “Você já treina, né?”. Respondi que já havia jogado no passado. Os novatos e eu nos apresentamos respondendo às perguntas, feitas uma a uma, acerca do signo astrológico, idade e, para apenas um novato, se ele era gay. Afirmei que ser trans, mas a pergunta sobre a orientação sexual só veio mais tarde, no terceiro tempo<sup>27</sup>.

Há dois pontos que essa curiosidade sobre quem chega suscita: o primeiro se remete à observação de Camargo (2012), sobre o espaço esportivo LGBT como um de circulação de desejo e busca de parceiros eróticos. Nesse sentido, entendendo que trans se refere à identidade de gênero e não a orientação sexual pode haver ali a dessexualização do corpo transmasculino. O segundo ponto diz respeito a certo controle do espaço, afinal, homens cis

---

<sup>25</sup> Como a bola de rúgbi, de formato oval, é carinhosamente chamada pelos praticantes.

<sup>26</sup> Apesar de contribuir semanalmente com a organização e condução dos treinos, Bel não se nomeava treinadora, mas o título será preservado por ser a forma como nos referíamos a ela enquanto jogadores.

<sup>27</sup> É tradição nesse esporte a confraternização com o time adversário após a partida ou ao fim do campeonato. Nesse caso, após o treino de sábado, o terceiro tempo se refere à confraternização com os próprios colegas de equipe: como o treino ia até o meio-dia, após almoçávamos todos juntos.

heteros são bem vindos, mas não podem vir a se tornar maioria em mais esse lugar. Meses depois, em uma conversa informal, a treinadora revela um desconforto: “Temos que parar de perguntar a orientação sexual das pessoas, de tirar as pessoas do armário”. Presume-se que se a pessoa está ali é porque se sente de alguma forma identificada com a equipe e que o tempo de cada um na enunciação de sua sexualidade, bem como a escolha de para quem enunciar, ou mesmo a privacidade sobre tal informação, deveriam ser respeitados. Além disso, se considerarmos que a sexualidade é fluida, as pessoas podem vir a se identificar de diversas formas ao longo da vida e inclusive dentro do time, o que também foi observado durante a imersão nesse campo de pesquisa. Havia ali homens gays que se depararam com a atração por mulheres e passaram a se identificar como bissexuais, homens heteros que também passaram a se identificar como bi; mesmo Tiely em entrevista afirmou: “estou hetero”, apontando para certa mutabilidade do desejo e das identificações.

Na equipe os homens cis flexionam o gênero feminino no tratamento entre si, referindo-se ao outro sempre no feminino (chamando de “amiga”, por exemplo) o que diz de um lugar de feminilidade não necessariamente atribuído ao ser mulher, mas mais próximo da figura afeminada da “bicha”, mesmo quando se dirigem aos companheiros héteros. Entretanto, isso não emerge com tanta naturalidade quando se dirige aos homens trans, o que nos permite supor que isso se dá como uma forma de cuidado ao pretender não deslegitimar a identidade de gênero desses homens ou como uma impossibilidade, no imaginário cis, da existência de homens trans homossexuais, sendo este um efeito mesmo da regulação cisnormativa das práticas sexuais e afetivas nas quais a centralidade aparece na genitália (Silvestrin; Vaz, 2021).

**Figura 9 - Treino arco-íris no Parque Ibirapuera**



Fonte: acervo pessoal.

No final do mês de outubro de 2019, fui com outros quatro colegas de time à escola municipal Professora Alice Meirelles, em Pirituba/SP. Um deles - que ajudara a fundar o

time – se propôs a fazer uma aula/oficina de rúgbi nessa escola a partir da demanda de uma professora que contou haver ali “problemas com a diversidade”. Tomando a atividade como uma ação do time, fomos em um sábado pela manhã, dia de treino dos Tamanduás e de reposição de dia de greve na escola. Partimos de carro e ao chegarmos lá, deparamos-nos com uma escola sem alunos. Havia na verdade apenas uma, que não precisava repor aula, e mais 30 funcionários, entre professores e administradores. Fizemos uma roda de conversa e ali expusemos nossas vivências como pessoas LGBT na escola e no esporte e respondemos a algumas questões do corpo docente, preocupado em como agir em determinadas situações de violência ou impasse na convivência. Depois, realizamos uma demonstração com explicação da modalidade.

**Figura 10** - Roda de conversa na escola



Fonte: acervo pessoal

**Figura 11-** Oficina de rúgbi na escola



Fonte: acervo pessoal

É comum clubes de rúgbi e de outras modalidades irem a escolas fazer demonstrações do esporte, divulgando-o e tentando conquistar novos entusiastas para a prática. Assim como também é comum pessoas de grupos minorizados serem convidadas para falar de suas experiências seja na escola ou no esporte, geralmente numa perspectiva pedagógica e de conscientização para suas existências e desafios. Mas cabe aqui novamente a reflexão sobre as equipes esportivas que têm uma coletividade pautada na identidade como motor para a ação política.

Tiely nos contou que, anteriormente, também com motivação educativa nos sentidos do convívio com as diversidades de possibilitar a vivência de uma nova prática esportiva, os Tamanduás jogaram, na comunidade de São Miguel Paulista (distrito da zona leste de São Paulo), um amistoso com a equipe universitária *Rugby USP* durante a terceira edição do Fut-Art, um projeto do Hip-hop Mulher, organização da qual faz parte. Em suas palavras:

É um evento que o hip-hop mulher faz, que a gente leva times de futebol inclusivo. Aí a gente convida os times da várzea, os *vida loka* da várzea e aí a gente marca os amistosos no dia. Já chamei o Natus pra jogar e foi o supprassumo. Porque não tem, na hora do jogo, mano, você vai jogar! E foi muito foda! (Entrevista com Tiely, 10/12/2019).

Natus, a que se refere, é um time de futebol inclusivo. Tiely afirma ainda: “eu acho que é meio complexo assim ter times só com gays ou só com travestis ou só com lésbicas ou só com... tem que ter tudo junto, gente!”. E ainda sobre a participação do Tamanduás no evento, falou:

Teve uma vivência de rúgbi lá. No terceiro Fut-Art que teve, o Tamanduás foi lá com o time da USP e antes de começar o jogo as crianças do futebol foram lá pra fazer uma vivência. O André do Tamanduás parou pra ensinar a garotada, foi da hora! (Entrevista com Tiely, 10/12/2019).

Em outra ocasião, em fevereiro de 2020, participamos de uma roda de conversa no SESC Consolação. Bel, treinadora e lésbica, representou o Tamanduás, enquanto Thaís, falou em nome da torcida organizada Palmeiras Livre, ficando a mediação de Leonardo Peçanha, homem trans que atua no movimento social de homens trans no Brasil desde o seu início e é professor/pesquisador nas áreas da educação física e gênero. Ao final da conversa, a Deputada Estadual Érika Hilton, mulher trans, chegou da Assembleia dando notícias da votação do PL 346, que havia entrado na ordem do dia. O PL não chegou a ser votado naquela ocasião, mas voltaria à casa na mesma semana. Naquele momento a população LGBT+ começou a se organizar para estar presente na Assembleia nos dias de votação do PL, pressionando para que não fosse aprovado. Como mencionamos anteriormente, o PL 346 “estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado de São Paulo”.

**Figura 12** - Encontro de coletivos no SESC



Fonte: acervo pessoal.

Voltando à descrição das práticas de treinamento, em novembro treinamos o fundamento do *tackle* (derrubar o portador da bola impedindo-o de avançar no campo). No exercício em duplas os meus *tackles* encaixaram bem e foram efetivos, frente ao que o capitão da equipe, homem cis de estatura mais próxima a minha e que, por isso, compunha minha dupla, elogiou, dizendo que foram os melhores *tackles* do treino. Disse que ficou surpreso quando sentiu seus dois pés fora chão e conversamos sobre a técnica do fundamento. No exercício coletivo, em movimento de corrida, não consegui encaixar qualquer *tackle*. Nesses momentos, atenta e com delicadeza, a treinadora me encorajava a entrar em contato no meu tempo. Sabia que havia ali a incorporação da técnica, mas percebi que ela não funcionaria em situação de jogo contra oponentes com estatura e composição corporal superiores à minha, o que anunciava uma dificuldade porque ali todos já eram mais pesados e maiores que eu.

Nesse dia, os integrantes do time se dividiram em duas equipes e disputaram uma partida. Fiquei do lado de fora das linhas de jogo, auxiliando na condução como bandeirinha (árbitro assistente), ao mesmo tempo em que transmitia algum saber sobre essa condução aos colegas mais novos na modalidade e que tampouco estavam jogando.

*Figura 13- Partida de rúgbi no treino no Parque Villa-Lobos*



Fonte: acervo pessoal.

O terceiro tempo foi muito interessante, dessa vez nos dirigimos do campo para o Largo do Arouche, onde estava acontecendo a última edição da *Gaymada*, um festival de jogo de queimada jogado por pessoas LGBTQIAPN+ e organizado por um dos jogadores-fundadores dos Tamanduás. Os jogos de queimada se deram na rua que, naquele momento, estava interditada, em um curto trajeto, para a circulação de veículos. A composição das equipes se deu espontaneamente. Em clima festivo, havia música e consumo de bebidas alcólicas. A proposta era mesmo ser um espaço de socialização, de brincadeira e de ocupação do espaço público por corporalidades que nem sempre conseguem circular pela cidade tranquilamente.

**Figura 14** - Gaymada no Largo do Arouche



Fonte: acervo pessoal.

O treino do fim de semana seguinte foi dirigido pelo capitão da equipe, a pedido da treinadora que precisou se ausentar por questões de trabalho. Cheguei ao nosso espaço de treino, a Praça da Paz, e me encontrei com o capitão vestindo calças jeans (tecido que impossibilita a prática esportiva), boné e com o nariz muito machucado. Ele contou que fora espancado na noite anterior em algum terminal de ônibus, quando se dirigia para casa de volta do trabalho, mencionando que não havia sido um assalto, pois não levaram nada que ele carregava consigo. Tirou o boné e mostrou várias falhas de cabelo na cabeça. Um clima tenso se instalou e ninguém mencionou o que todos desconfiaram: que ele havia sido vítima de um ataque de ódio homofóbico.

Nesse treino fui ao meu limite diversas vezes, achei que não aguentaria continuar a cada parada que fazíamos para beber água. O calor e o sol forte estavam insuportáveis, e a intensidade do treino, majoritariamente físico, estava também. Contudo, meu corpo continuava, a cada exercício, imprimindo velocidade e resistência que eu não imaginava ter. Atribuí isso à nova composição corporal adquirida com a reposição hormonal com testosterona, pois não haveria outra explicação para um corpo já não condicionado de atleta de fim de semana.

Embora cansado, em alguns momentos ainda reduzi o meu ritmo para que meus colegas, cisgêneros, pudessem me acompanhar, pois estávamos executando circuitos em

duplas (com abdominais, flexão de braço, *burpee*, tiros de corrida, dentre outros exercícios). Após os exercícios de condicionamento, jogamos partidas de *touch*. Nesse momento, um dos colegas, que estava auxiliando o capitão na condução da sessão de treino, chamou minha atenção: “Julian, organiza teu time! Você é o mais experiente aí!”. Assumi então a responsabilidade, ainda extasiado com o que estava sendo possível fazer com um corpo em transição.

Novamente a dualidade veterano-novato (Sabino, 2011) é convocada no campo de pesquisa, mas embora tenha assumido que a nova composição corporal tenha efeitos inegáveis, diferentemente do futsal, em que o capital corporal era mais significativo pela construção de um corpo transmasculino a partir das tecnologias farmacológicas e cirúrgicas, ali foi o fazer esportivo possibilitado pelas tecnologias de treinamento que se destacou.

Tom relata algo parecido em sua inserção no rúgbi. Embora ele não tivesse experiência anterior nessa modalidade, vinha de um amplo repertório de práticas esportivas.

[...] mas eu cresci praticando esporte e a maioria deles não. Eram claramente o típico cara gay que não conseguia fazer educação física por ser afeminado, enquanto no meu caso eu era a típica sapatão que fazia todos os esportes que a escola precisava. (entrevista com Tom, 14/02/2020).

Tom evidencia que diferenças de gênero não dizem somente do que se espera de corpos assignados como masculinos ou femininos, mas também que entre esses há diferenças de gênero. Gay e sapatão dizem mais do que uma orientação sexual (homossexual), mas de uma performatividade de gênero, que implica aí também a performance esportiva, afinal, como mencionou, há diferenças na performance de gays afeminados e de sapatões.

Minha presença estava se dando mais aos sábados, mas a treinadora comentou que seria bom eu estar presente nos treinos durante a semana, pois eu ajudava a organizar o time em campo. Isso se deu efetivamente no mês de novembro, quando estávamos a pouco menos de um mês do SPAC Lions, um dos campeonatos mais tradicionais do Brasil, popularmente conhecido entre os *rugbiers* como “o *sevens* do SPAC”, ocorrendo sempre em dezembro. A modalidade jogada no torneio é o *sevens*, e foi nela que comecei treinando com a equipe.

Mesmo que eu não fosse disputar o campeonato, naquelas sessões a treinadora me escalou na posição de abertura (*back*, linha), o que me trouxe imensa felicidade, já que nessa posição o jogador além de ter agilidade, habilidades de passe, esquiva e velocidade, deve ter boa visão de jogo e inteligência para solicitar que os colegas da linha executem as jogadas que julgar mais interessantes no momento. Jamais havia jogado nessa posição na equipe feminina do Desterro, onde me estava reservado a *hooker* (*forward* que na disputa do *scrum*,

formação fixa de cobrança de falta, pinça a bola com os pés), embora nunca tivesse sido uma jogadora forte ou de estatura robusta e jogado uma vez ou outra como centro (*back*) ou *half-scrum* (jogador que retira a bola do *scrum* e a lança para a linha; é quem faz a transição entre *forwards* e *backs*). Ter sido alojado na linha, na equipe masculina, alimentava uma imagem narcísica de masculinidade deste que, não sem medo, resolvera incursionar em um mundo de homens cis colocando seu corpo em jogo.

### 3.2.1 O Lions

O *sevens* do SPAC foi efetivamente meu primeiro campeonato de rúgbi. Em 2006 viajei pela primeira vez para São Paulo com o Desterro Rugby Clube, que levou em um único ônibus fretado todas as suas categorias para o torneio, na época: adulto, feminino e juvenil. A distinção das categorias era essa mesma, o masculino que se diferenciava entre adulto e juvenil, e o feminino. Ao chegar à sede do SPAC fiquei maravilhado, lembro que a primeira coisa que chamou minha atenção foi um *halfpipe*, estrutura côncava de madeira, em formato U, para a prática de esportes radicais como skate, minha paixão até me deparar com o rúgbi. Caminhando mais poucos metros, já estávamos de frente para o campo de rúgbi com seus altos H's (dois postes que ficam nas extremidades de cada lado do campo; é em direção deles que a bola deverá ser chutada durante a partida) e gramado bem demarcado. Durante muito tempo o campo do SPAC foi o único oficial de rúgbi do Brasil. Como as dimensões são iguais às de um campo de futebol, comumente se aproveita da estrutura destes, fazendo as hastes do H subirem acima do gol.

Minha primeira interação com aquele outro clube se deu num momento com a capitã do clube anfitrião. Fui apresentado como “novata” e ela, em gesto simbólico de reconhecimento e aceitação ao grupo de *rugbiers*, trançou meus cabelos. Essa é uma prática da tradição do rúgbi feminino que ainda perdura, e da qual não conhecemos a origem.

Outra prática comum nos clubes de rúgbi é, na noite anterior ao campeonato, preparar alimentos para serem consumidos durante o dia de jogo e, em alguns casos, especialmente com os times femininos e juvenis (geralmente menos abastados financeiramente), prepará-los também para também venda durante os campeonatos e assim arrecadar alguma verba para custear atividades da equipe. Naquele dia, alguns de nós dormimos na casa de um dos jogadores e juntos preparamos salada de macarrão, que poderia ser consumida fria a qualquer horário, e sanduíches, tudo para consumo próprio. Ao chegarmos à sede do SPAC,

montamos nossa tenda. As equipes se acomodam lado a lado ao redor do campo e ali se preparam para as partidas, alimentam-se e descansam.

**Figura 15** - Jogador sentado sob a tenda dos Tamanduás no intervalo dos jogos enquanto outras equipes aquecem junto ao campo



Fonte: acervo pessoal.

**Figura 16** - Tradicionais poses dos Tamanduás, no Lions



Fotos: Bruno Ruas (Ruas Mídia). Fonte: acervo pessoal.

Durante o dia de disputas, quando não estamos em concentração antes de alguma partida, circulamos pelo espaço. Assim acontecem encontros, reencontros. Andando amistosamente de mãos dadas com um colega de equipe, homem cis, ouvimos dos jogadores de outros clubes comentários jocosos como: “Imagina quando chegar no ‘somente um na cadeira!’”. “Somente um na cadeira” é uma brincadeira tradicional no terceiro tempo e consiste em os jogadores sentarem no colo uns dos outros até quebrar a cadeira e o primeiro sentado ir ao chão.

A brincadeira já chamou a atenção de Rial (2011), pelo flerte da masculinidade hegemônica com o homoerotismo. A antropóloga afirma que é principalmente por meio do esporte que alguns homens (das camadas médias superiores e altas, e aqui acrescentamos heterossexuais) interagem exclusivamente com outros homens e que, apesar de os jogos extracampo entre eles expressarem homoerotismo, os homossexuais são geralmente vítimas de sarcasmo ali.

Para Daniel Welzer-Lang (2001), o ponto nodal da constituição do gênero masculino é o modelo de sexualidade predatória masculina. Metaforizando os lugares de socialização masculina nas sociedades complexas, o sociólogo escreveu sobre a “casa-dos-homens”. O conceito descreve como em cada espaço (como se fosse um cômodo da casa), os meninos são educados.

Descrevi como a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres (Welzer-Lang, 2001).

Para o autor, o *savoir-faire* no esporte traduz o saber ser homem, que inclui dissociar-se da mulher e da criança. Dissociar-se das mulheres se faz também rechaçando o feminino ao qual os homossexuais são associados.

No mesmo campeonato, durante o terceiro tempo do primeiro dia de competição, dirigi-me ao banheiro (que continha várias cabines individuais, além do mictório) acompanhado de outro colega de time, novamente um homem cis, e enquanto estamos em seu interior um jogador adversário entrou, gritou, apagou a luz e fechou a porta. Ao mesmo tempo em que saí de uma das cabines, meu colega puxou a maçaneta e no abrir a porta de supetão percebemos que o rapaz estava segurando a maçaneta do lado de fora, tentando impedir que a porta fosse aberta, rindo com outras pessoas que assistiam à cena.

Como vimos no capítulo anterior, o banheiro aparece como espaço de vulnerabilidade de corpos dissonantes, pois é um local privilegiado de rituais de afirmação da masculinidade, e no caso dos espaços de prática esportiva, também é o vestiário que geralmente está conjugado a ele. Tom nos contou que não se sente confortável em vestiários masculinos, principalmente quando compartilhados com outros times. Essa situação foi mais fácil de contornar nas provas da outra modalidade que pratica, o duátlon, por exemplo, em que normalmente tem-se banheiros químicos individuais.

Eu tenho um problema que eu não consigo ir no vestiário masculino via de regra nesses espaços. Nem quando eu treinava com o Tamanduás, era difícil. Principalmente quando era compartilhado assim, nosso time e o outro time entrando no banheiro masculino. Eu usava a cabine pra me trocar. (entrevista com Tom, 14/02/2014).

Para Camargo (2012, p. 179):

Apesar de banheiros e vestiários serem espaços edificados com caráter e finalidades distintas, são locais com traços comuns, isto é, são discriminatórios de gênero, envolvem uma atmosfera de segredo (por também se relacionarem com a sexualidade humana) e evocam sentimentos contraditórios de necessidade/repulsa.

Embora Camargo tenha se ocupado em pensar sobre as instalações dos banheiros e vestiários como locais de prazer homoerótico nos eventos esportivos LGBTQIAPN+, a atmosfera de segredo e a evocação de sentimentos contraditórios de necessidade e repulsa a que se refere, no contexto em que situamos essas experiências trans, nos ajudam a elaborar algo das transmasculinidades. A possibilidade de que o corpo dissonante seja percebido, ou de que se note que ele faz uso do banheiro de maneira não usual, de que não cumpra com os ‘códigos sexuais’ corretamente, ou de que seu corpo pode ser escrutinado pelo olhar do outro no vestiário, evidenciam a vulnerabilidade dos corpos transmasculinos naquele espaço.

Retomando ao campeonato, assistíamos da arquibancada a disputa de primeiro lugar, quando a bola foi chutada em nossa direção, o gritinho escandaloso uníssono veio acompanhado de nossa própria gargalhada e do riso contido do árbitro da partida que acompanhava a cena de dentro do campo. Os Tamanduás acabaram levando o troféu *Wooden Spoon* (colher de pau), dado ao último colocado. Talvez esses homens não saibam de toda sua importância nesse espaço, afinal, perder a cada partida jogada e ganhar o troféu do último lugar não é nada atrativo. Mas, para nós veteranos (incluo aqui os homens heteros que integram a equipe e que jogam há mais tempo), ver um time majoritariamente gay, com integrantes com pouca experiência esportiva, colocando-se num campo de exaltação da

virilidade como o rúgbi e ser enfrentado, pelo menos dentro das quatro linhas, com dignidade, é potencialmente subversivo.

**Figura 17-** Tamanduás recebendo o Men's Wooden Spoon



Foto: Bruno Ruas. Fonte: acervo pessoal.

Ao final do campeonato, os jogadores participaram do terceiro tempo, sendo os primeiros da fila para pegar o chope que estava sendo distribuído. Ao anoitecer uma balada com som eletrônico foi montada ali mesmo na beira de campo, os participantes alternavam momentos de dançar com “dar uma voltinha” procurando parcerias eróticas. Os encontros se davam entre as árvores atrás do campo, no escuro, afastados dos olhares de quem continuava na pista de dança.

Os encontros homoeróticos aconteciam de forma semelhante também em dias de treino, especialmente nos treinos noturnos, quando os colegas chegavam ao espaço reservado ao treinamento depois de passarem pelo bambuzal do parque, local reconhecido entre eles para essas trocas. Embora soubesse disso nem minha curiosidade pessoal nem como pesquisador foi suficiente para adentrar nessa seara, além do que, a territorialidade das trocas sexuais entre homens já foi bem trabalhada por outros autores e autoras, como indica o mapeamento de Regina Facchini, Isadora França e Camilo Braz (2014).

### 3.2.2. O *Beach*

Passado o campeonato do SPAC, jogamos um torneio de praia, em 20 de janeiro de 2020. Era o *Athenas Beach Rugby*, de Itanhaém, no litoral Sul de São Paulo. Como os campeonatos de praia são mais descontraídos, no clima de férias de verão, em que o campo de jogo tem formato reduzido e as partidas acontecem com poucas regras e ilimitadas substituições, o Tamanduás, que inscreveu duas equipes, resolveu brincar e separar os times pela posição de jogo: Tamanduás composto pelos *forwards* e Bandeira pelos *backs*. Posteriormente, avaliou-se que foi uma péssima escolha, afinal, o time dos *backs* ficou sem ninguém grande o suficiente para barrar os *forwards* das outras equipes. Tiely e eu jogamos com os *backs*, e fui arremessado ao chão diversas vezes de forma amedrontadora, o que me fez decidir que embora fosse seguir treinando, não voltaria a competir.

**Figura 18** - Equipe Tamanduás (branca) e Equipe Bandeira (preta) no Athenas Beach Rugby de 2020



Fonte: acervo pessoal.

O *Athenas Rugby* havia passado por um momento recente difícil, pois o ônibus que levava as categorias juvenis para outro torneio de *beach* capotara e uma adolescente falecera. Foi feita uma fala de abertura em homenagem aos jovens e todos ficamos comovidos. Contudo, o evento ficou marcado por uma questão política. Ele foi organizado com o apoio de um deputado de extrema direita, capitão do Exército, que na abertura do evento manifestou sua apreciação pelo rúgbi como um esporte militar, praticado por “pessoas de

bem” e finalizou sua fala sob a vaia dos Tamanduás, proferindo o lema bolsonarista “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos!”.

Ao final do evento, o deputado entregou a premiação em troféu para os três primeiros colocados. Medalhas foram entregues, no entanto, a todos os jogadores e jogadoras. A foto do deputado estampava o verso das medalhas e optamos por não as colocar no pescoço ao recebê-las. Finalizamos na 7ª e 6ª colocações, os últimos lugares.

Após recebermos as medalhas e posarmos para a foto, descobrimos que era possível descolar a imagem do deputado das medalhas e assim fizemos. Outra equipe mais próxima dos Tamanduás se juntou ao ato e, individualmente, integrantes de outras equipes e clubes também, especialmente integrantes da categoria feminina que além do ato, entregou-as a organização do evento dizendo que a maioria das suas jogadoras era, em suas palavras, sapatão e aquilo não as representa.

No final do dia, fizemos uma roda de conversa e decidimos não mais participar do *beach* de Itanhaém como time, bem como escrever uma carta aberta de repúdio, inclusive avisamos à coordenação que isso aconteceria. Um dos jogadores do clube, de posição política distinta da maioria, não concordou e demonstrou seu descontentamento. Os organizadores ficaram desconcertados, pois afirmaram não saber que o político se colocaria tanto em evidência, mas que ele havia contribuído com uma quantia em dinheiro e com a premiação que assim viera estilizada.

A relação intrínseca entre esporte e militarismo se dá e se deu em diversos contextos históricos. Nesta tese, a partir do relato acima, importa pensar que o contexto político de ascensão da extrema direita tem incidências sobre a população LGBTQIAPN+ e também no que se refere à sua participação esportiva.

A experiência no campo de jogo neste torneio foi um tanto traumática. Meu objetivo inicialmente era jogar, pensei: eu vim, vou jogar. Mas desde que voltara a treinar, o objetivo era fugir do contato. Passei umas bolas bonitas durante o campeonato e, os passes, em geral, funcionaram, mas toda vez que choquei, entrei em contato, senti que não conseguia mais seguir jogando. E ao final, cansado, o contato era cada vez menos evitável, corpo e pensamento já não respondiam mais com tanta rapidez.

Joguei quatro jogos, sendo um deles contra os *forwards* dos Tamanduás, no qual senti maior segurança e cuidado, comparados aos oponentes de outros clubes. Já no primeiro jogo levei um *handoff* no rosto que fez sangrar meu nariz e travar a musculatura do pescoço. *Handoff* é o gesto que o portador da bola faz para afastar o oponente e manter a posse de

bola. Consiste em estender o braço com a mão aberta quando o oponente vem em sua direção para tentar impedir que avance terreno e afastar-se dele.

No terceiro jogo levei um *tackle* fortíssimo que me fez perder o ar. Por um instante, no chão, achei que não levantaria mais. Ouvi a treinadora no meu ouvido me acalmando. Saí do campo de jogo sob aplausos que, para mim, ali representavam a derrota. Ao fim do jogo, na cadeira do socorrista, os jogadores adversários vieram me cumprimentar, um deles me chamou de herói. Nunca me senti tão humilhado no rúgbi, porque embora meu esforço e desejo pela modalidade fossem reconhecidos pelos pares, meu corpo me lembrava que isso não era suficiente para estar ali.

Tom relata que percebeu uma diferença entre jogar em equipes masculinas e femininas:

Mas eu não curto muito jogar no masculino porque eu acho que tem muito menos técnica que no jogo em si no feminino. Os caras saem muito mais pra força bruta e da corrida que o feminino. Eu preferia muito mais jogar qualquer coisa que eu jogava no feminino que no masculino. E aí isso foi uma das questões, assim, sempre me colocava de titular pra jogar e eu reclamava: “*que desnecessário, não precisa fazer isso*”. [...] eles deram um pilão<sup>28</sup> comigo, mais de uma vez. Porque eu sou leve, pra fazer um pilão comigo é dois segundos. E os meninos do nosso time não são assim. Aí era meio chocante chegar e jogar. [...] Teve uma hora que eu falei para a Bel: eu quero treinar, mas um dos motivos que eu saí foi que eles começaram a levar muito a sério, quiseram começar a entrar em campeonato e eu não, para mim é um lazer [...], eu não quero passar por essa situação [risos]. (entrevista com Tom, 14/02/2020).

Foi por ter incorporado a técnica enquanto jogava no feminino que pude colocar meu corpo em campo com os homens. Mas a incorporação técnica associada à melhoria da velocidade, força e resistência adquiridas pela reposição hormonal que me dava esse acesso no treinamento com meu time, não foi suficiente ali. Entendo que ao falar que “os meninos do nosso time não são assim”, Tom está falando de uma forma bruta de jogar que expressa uma virilidade exacerbada, mas também reconheço que muitos destes companheiros ainda estavam aprendendo os fundamentos e malícias da modalidade.

Entrei em campo no jogo contra os Tamanduás (equipe de *forwards*) porque estava difícil apenas assistir, ficar de fora. Percebi os novatos perdidos e como a substituição de jogadores era ilimitada, pedi para alguém sair e entrei. Dois jogadores deixaram o campo e C. entrou em campo comigo. No final do jogo ele disse: “Mulher, os meninos estavam perdidos, estava feio demais! Quando vi que você não aguentou e entrou, entrei junto!”. Mas mesmo ali, jogando dessa vez contra meus companheiros de treino, não foi fácil porque,

---

<sup>28</sup> Pilão é o *tackle* que tira os dois pés do adversário do chão de forma exagerada e perigosa, punível com falta.

independentemente do nível técnico, eles eram muito maiores e no contato eu não tinha chances, sobrando apenas passar a bola ou correr.

Como vimos anteriormente, para Welzer-Lang (2001) o *savoir-faire* do esporte traduz o ser homem. Essa tradução implica

também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos. Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

Ainda, para o autor, esse aprendizado se dá por mimetismo:

o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

**Figura 19** - Imagens de jogos do Bandeira no *beach*



Fotos: COFIT - Coletivo de Fotógrafos de Itanhaém. Fonte: Flickr<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Disponível em <https://www.flickr.com/photos/186640520@N08/albums/72157712771767266>, acessado em 16/04/2024.

### 3.2.3. Outros deslocamentos

Em fevereiro de 2020, a equipe voltou a treinar a modalidade de rúgbi XV. Fui deslocado para a posição de *half-scrum*. Senti, inicialmente, que a imagem de homem que havia construído para mim, uma fantasia de sair em defesa de todos os homens trans no esporte, tinha sido posta em questão ali. O *half* (o meio, a metade, o que faz a transição!) na versão XV é visto como intocável, porque ele é o elo de ligação entre os *forwards* e os *backs*. É quem introduz a bola nas jogadas com contato e no *scrum*, a formação fixa de disputa de bola. É também quem lança todas as bolas do chão de volta para o jogo aberto. Então, tem maior proteção e, segundo o consenso entre os praticantes, se o jogador saiu de campo com o uniforme limpo já é um indício de que pode ter desempenhado bem seu papel. Em um esporte de contato, ser aquele que não entra em contato teve efeito na subjetivação deste que buscava transcender os limites do próprio corpo de 1,60 cm e 53 kg. Tiely, por sua vez, seguia jogando na linha, ora como centro, ora como ponta, posições em que seu corpo (trans, mas de biotipo mais forte e musculoso) levava maiores vantagens que o meu.

Por outro lado, a possibilidade de poder jogar novamente foi reaberta, já que nessa posição teria menos chances de ser massacrado pelos oponentes. Precisei aprender a ter uma voz mais ativa, assertiva e de comando. Era eu quem chamava quem entraria em contato e quem deveria se posicionar para receber a bola e dar continuidade ao jogo. Nesse processo que considero mais um processo de transição dentro da minha própria transição de gênero e de naipe, a interação com os colegas de time foi decisiva. Eles expunham com muita tranquilidade que eu precisava falar mais alto, porque na correria do jogo não estavam me ouvindo. Íamos nos ajustando como time e isso teve efeito também na forma como alguns jogadores se colocavam em campo. Agora precisavam ter mais calma e atenção para que conseguissem me ouvir, como relatou um deles: “É ótimo que você esteja ali, porque você passa tranquilidade e a gente tem que ficar mais concentrado. Eu só escuto você”.

Isso me fez repensar toda a expectativa que tinha com meu corpo, até então falho e insuficiente para fazer o que eu queria fosse na categoria feminina ou na masculina, já que uma falta de agressividade incorporada ao fazer esportivo fora destacada em ambas – e também repensar que masculinidade estava construindo, ressignificando inclusive a minha forma de me perceber como um sujeito que transitava.

Sobre as posições de jogo e sua disponibilidade para o treinamento, Tom nos conta:

Eu joguei nos primeiros times, nos primeiros jogos que o Tamanduás começou a jogar eu joguei. Foi um 10-a-side que a gente teve e eu joguei uns dois de XV também. No 7's eu estava jogando de abertura, no XV eu estava jogando de

*fullback* e ponta. Mas eu não corro mais rápido que os meninos do time, todo mundo sabe, mas eu aguento correr mais que qualquer um do time. Eu não tenho arrancada, mas eu tenho muita resistência. Está todo mundo morrendo no treino e eu: *Vamos lá, pro segundo tempo!* (entrevista com Tom, 14/02/2020).

Cada esporte tem seu habitus/etos e também sua masculinidade específica. Fato é que minha percepção do jogo mudou com a minha transição. Parece que só aprendi a jogar de fato depois de construir outro corpo. Toda a incorporação dos gestos, movimentos, jogadas, só fora demonstrada depois, em outro tempo, em outro corpo, em outra categoria. Algo que ressoa como o trecho de Wacquant:

O conhecimento que os pugilistas têm do funcionamento de seu corpo, a percepção prática de que há limites que não devem ser ultrapassados, os trunfos e os pontos fracos de sua anatomia (uma base baixa ou uma grande velocidade de braço, um pescoço muito fino ou mãos frágeis), o comportamento e a tática que adotam no ringue, seu programa de preparação, as regras da vida que seguem, tudo isso vem, de fato, não da observação sistemática e do cálculo refletido da linha ótima a ser seguida, mas de uma espécie de "ciência concreta" de seu próprio corpo, de suas potencialidades e de suas insuficiências, retirada do treinamento cotidiano, assim como da "terrível experiência de apanhar e bater repetida inente". Existem inúmeras técnicas para preservar e fazer frutificar seu capital-corpo. (Wacquant, 2002).

Para finalizar, foi possível estar em campo jogando, treinando, mas nas condições do meu corpo naquele momento, e competir teria sido um grande risco. Diferente de Tiely, que tinha a mesma altura, mas uma compleição física mais robusta, eu precisaria investir na construção de outro corpo, especialmente mais musculoso, para suportar os impactos do jogo e do contato com os oponentes. Aqui faço um paralelo amargo com as novas diretrizes para a participação de homens trans nas competições de rúgbi, pela *World Rugby*.

Em 2020, o maior órgão de regulação do rúgbi, a *World Rugby*, publicou um documento regularizando a participação de pessoas trans em competições internacionais. Pela nova política, o rúgbi passa a ser a primeira modalidade que, na contramão do movimento atual de tornar elegível a presença dessas pessoas, as mulheres trans estão vetadas das equipes femininas. Já os homens trans podem vir a compor equipes masculinas desde que apresentem atestados médicos ou declaração dos treinadores dizendo que estão aptos para a prática, além da assinatura pessoal de um termo de consentimento. Tais exigências só são feitas aos jogadores cis quando esses têm menos de 18 anos e são selecionados para compor equipes adultas.

Parece-nos haver a desqualificação das potencialidades transmasculinas, inferiorizadas frente aos atletas homens cis, ao mesmo tempo em que justifica a proibição

das mulheres trans pela lógica da proteção: garantir a segurança das mulheres cis, não as expondo ao risco de estarem em contato com corpos supostamente superiores ao delas.

Embora isso se dê no nível internacional do alto rendimento, tem repercussões nas práticas de lazer e amadoras locais. Logo após a publicação das diretrizes, fui chamado para participar de uma conversa pautada em questões de gênero com membros do Desterro Rugby. Estavam presentes a equipe feminina e alguns jogadores da equipe masculina que integram também a diretoria do clube. Os diretores estavam de acordo com a proibição, mas elas estavam abertas a acolher mulheres trans que desejassem aderir à prática, afirmando que esse deveria ser o primeiro movimento para depois pensar nas possibilidades de integrá-las à equipe competitiva.

**Figura 20** - Cartaz de divulgação da conversa com o Desterro



Fonte: Acervo pessoal

#### 3.2.4. Nova incursão: Bharbixas

Em março de 2023 mudei para outro estado localizado na região Sudeste do país: Minas Gerais. Morando na capital Belo Horizonte, já no primeiro fim de semana fui ao evento de comemoração dos 20 anos do Belo Horizonte Rugby Club (BH rugby). O evento contou com amistosos entre os aniversariantes e agremiações parceiras: Nova Lima Rugby Clube, Inconfidentes Rugby e Bharbixas Esporte Clube, todos na categoria masculina. A

feminina dividiu sua equipe e fez um jogo-demonstração. Antes ainda dos jogos, todos os clubes e categorias fizeram exercícios de aquecimento conjuntamente, incluindo aí um grande jogo de *touch*.

**Figura 21** - Momento de prática conjunta anterior aos jogos



Fonte: acervo pessoal

Ceguei ao campo com vontade de me inserir em alguma atividade, especialmente no jogo de *touch*. Conhecia algumas atletas do BH por já ter tido contato quando jogava no Desterro e também por ter sido convidado por elas a participar de uma *live* durante a pandemia falando sobre população LGBT no rúgbi, o que fiz representando os Tamanduás Bandeira.

Figura 22 – Cartaz da *live* com o BH Rugby

LIVE ESPECIAL DIA DO ORGULHO LGBTI+

**BH CONVIDA:**

**TAMANDUÁS BANDEIRA**  
BATE-PAPO COM JULIAN

LIVE  
30/06 às 19h

Julian - Integra o Tamanduás-Bandeira, primeiro time de rugby LGBTI+ inclusivo do Brasil

BHR BELO HORIZONTE RUGBY CLUBE

Fonte: Instagram BH Rugby

As mulheres me convidaram para jogar com elas o amistoso. Falei que toparia se todas estivessem de acordo e assim foi. No dia não levei chuteira, para não cair na tentação de jogar com os homens e ali uma das jogadoras, já com suas chuteiras calçadas, me emprestou seu par de tênis de corrida. Senti que estava num nível muito parecido de velocidade com as mais rápidas dali, e hesitei em entrar em contato, não com receio de machucá-las, afinal não éramos díspares na compleição física, inclusive a maioria delas era maior e mais forte que eu, mas porque eu não sabia como estava minha força e técnica. Tinha alguma noção, porque nos momentos de reabertura durante a pandemia, treinei com o Desterro, que vinha misturando feminino juvenil e adulto, em treinos que às vezes contavam com a presença do masculino juvenil.

Descobri ali que algumas das jogadoras do BH também integravam a equipe do Bharbixas, que se encaminhava para ter categorias masculina e feminina, o que veio a acontecer só mais tarde com os Tamanduás. Embora com menor número de adeptos e ainda não competitivo, os Bharbixas tinham uma conformação mista desde o início.

Bharbixas se intitula como a primeira equipe poliesportiva LGBTQIA+ de Minas Gerais, contando com equipes nas modalidades futebol/futsal, vôlei, handebol, basquete e *dance*. Foi fundado em 2017.

Em julho de 2023 aconteceu o primeiro de uma série de jogos amistosos entre Bharbixas e Tamanduás, incluindo aqueles que antecedem as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ em ambas as capitais-sedes dos clubes, São Paulo e Belo Horizonte. Os amistosos sempre contam com hospedagem solidária, nas quais os anfitriões recebem os oponentes em suas casas.

No ano de 2023, os treinos de rúgbi se davam no Parque da Pampulha aos domingos pela manhã e na Praça da Assembleia às quartas e sextas-feiras à noite. Custando dez reais o treino, mas sendo gratuito para novatos, o valor era usado para cobrir despesas com materiais (bolas, cones, coletes). Novamente, eram os jogadores mais experientes quem coordenavam os treinos.

Em 2024 as equipes de rúgbi se desligam do clube Bharbixas e criam um clube independente, denominando-se agora como Onças do Vale *Rugby*. Amanda (Dezenove, como é conhecida), educadora física, integrante da equipe feminina do BH *Rugby* (na modalidade *sevens*) e da Seleção Mineira de *Rugby* (na modalidade *union*) se torna a nova treinadora. Com sua entrada, os treinos mudam para o campo da EEEFTO/UFMG<sup>30</sup> nas quintas-feiras à noite e mantêm-se sessões no Parque da Pampulha aos domingos pela manhã.

Fui adicionado ao grupo de *whatsapp* antes de começar a frequentar os treinos, ainda nos Bharbixas e, acompanhando os informes no grupo, participei pela primeira vez com o grupo numa atividade de apresentação do clube em setembro. Foi num domingo, na Praça da Savassi, tradicional bairro com bares, lojas e restaurantes, um cruzamento de avenidas fechadas pela prefeitura municipal no último domingo do mês, onde acontecem atividades de esporte e lazer. No dia o clube levou suas equipes de vôlei, futsal, handebol e rúgbi, fazendo jogos de demonstração e convidando a população que por ali passava a participar. Além das modalidades ofertadas, jogou-se queimada, momento em que houve maior participação popular.

---

<sup>30</sup> Campo de futebol da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Figura 23** - Cartaz de divulgação do evento Manhã Poc Esportiva



Fonte: arquivo pessoal.

O termo “poc”, presente no cartaz de divulgação, é uma gíria do meio LGBTQIAPN+ que faz referência à bicha, aos gays mais afeminados e deriva da onomatopeia *poc poc*, ruído que faz o salto alto. A nomeação que já foi um insulto é aqui reivindicada como elemento de empoderamento. Verificamos também o uso de uma linguagem inclusiva não-binária de gênero presente na palavra *todes*, em consonância com a oferta de participação mista, sem distinção de sexo e gênero.

**Figura 24** - Treino Bharbixas no Parque da Pampulha



Fonte: acervo pessoal

Falamos de equipes inclusivas LGBTQIA+ que, pelo menos nos treinamentos, são mistas. Mas isso não é uma exclusividade desses grupos. O treinamento, um dos pilares da construção do corpo-atleta, no rúgbi muitas vezes é misto, seja pelo número insuficiente de praticantes para separar por categorias, seja pelo aproveitamento do tempo e espaço que as equipes dispõem. No Desterro, por exemplo, em determinados momentos dividimos o campo em dois, uma porção para o masculino e outra para o feminino, pois tínhamos o mesmo horário de treino.

Contudo, dividir o espaço e mesmo a mistura dos gêneros não pressupõe um treino conjunto (Saraiva, 2008). Os corpos do jogador e da jogadora de rúgbi têm que estar constantemente preparados para o impacto, pois na base de seus fundamentos está o contato. Então também aproveitávamos desta situação de treinamento que não era a ideal para desenvolver treinos mistos e conjuntos: geralmente o masculino juvenil aprimorando suas técnicas com o feminino adulto e o feminino imprimindo mais força e velocidade com o masculino juvenil e adulto.

Dunning (1992) havia tratado o esporte como uma área de reserva masculina, entendendo o futebol e o rúgbi como esportes de confronto (nos quais a violência é representada na luta ou confronto simulado entre duas equipes) que perpetuam uma virilidade do complexo de macho. Mas ele anunciava também que os conflitos sociais advindos daí, especialmente na relação entre os sexos, poderia levar a sociedade a integrar em grau mais elevado que à época, a igualdade entre os sexos, classes e raças.

Embora não sem desafios e negociações, o rúgbi (Pacheco, 2016), mas também o futebol, não deixou de ser praticado e por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que em algum nível contribuem para o descolamento das modalidades da virilidade e da figura do macho. Sem a intenção de distinguir esportes de contato, de confronto, de combate, ou ainda modalidades coletivas e individuais, partiremos para considerações sobre pessoas trans nas lutas esportivas.

#### 4. Considerações sobre pessoas trans nas lutas esportivas

[cena 1]

Lutador adversário: - *Eu não quero lutar com uma travesti.*

Nong Toom: - *Que foi, tá com medo?*

*Quanto mais maquiagem eu usava, mais forte eles me batiam. Então eu tinha que bater neles mais forte ainda.*

[cena 2]

*Foi a primeira vez que lutei contra uma mulher. E foi a primeira vez que eu não soube quem eu era ou no que tinha me tornado: uma mulher num corpo de um lutador ou um animal num circo.*

Parinya Charoenphol é tailandesa, lutadora de *muay thai*, que teve sua história retratada na ficção de Ekachai Uekrongtham, *Beautiful Boxer*, em tradução brasileira “*A luta pela beleza*”, de 2003. Parinya é *kathoey*, identidade que, como qualquer outra, tem um lugar específico de produção e pertencimento. Não há uma identidade correspondente a esta nas culturas ocidentais, mas ela se encontra no espectro de gênero na transição do masculino para o feminino (o termo foi traduzido para travesti no filme). As *kathoeyes* são também consideradas como um terceiro sexo ou pessoas de dois-espíritos. O filme mostra como a possibilidade de existência de Nong (seu nome antes de ser Parinya) como *kathoey* é contemplada pela cultura, pois desde criança pôde ser assim percebido pelos pais e por outras crianças que partilharam a estadia em um mosteiro a fim de tornarem-se monges, maneira de trabalhar o *karma*.

Outro filme que retrata *kathoeyes* no esporte é *The Iron Ladies* (As damas de ferro), de Yongyoot Thongkothoon, lançado no ano 2000, contando a história do time de voleibol campeão tailandês de 1996. Wagner Camargo (2012) teve contato com a equipe durante os *Gay Games*, tendo se encontrado inclusive com algumas jogadoras que contracenaram no filme. Camargo aponta que as *kathoeyes* saíram vitoriosas no ano de 2009 competindo na categoria masculina, pois mesmo ali nas “olimpíadas gays” a separação se dava por sexo e não gênero.

Diferentemente do que constatou Camargo, já no projeto de tese, ao contextualizar o tema e circunscrever o objeto de pesquisa, percebi que uma das primeiras modalidades em que mulheres trans recentemente passaram a figurar na categoria feminina era exatamente o MMA, *Mixed Martial Artes* (Artes Marciais Mistas), modalidade esportiva que combina técnicas de diferentes lutas, como boxe, *muay thai*, *jiu-jitsu*, *wrestling*, dentre outras, considerada um reduto da masculinidade hetero e viril. Se em esportes em que não há contato direto com o adversário, como o vôlei das Damas de Ferro da Tailândia e de Tiffany

Abreu aqui no Brasil, ou o tênis de Renée Richards nos Estados Unidos dos anos 1970, tudo já é polêmico, as lutas<sup>31</sup> me chamam a atenção justamente porque há o confronto direto entre os oponentes que implica socos, chutes, imobilizações, em que as mulheres trans acabam sendo acusadas de serem homens batendo em mulheres (Grespan, 2014).

A pesquisa foi tomando seu rumo nos levando para as quadras de futsal e campo de rúgbi e as lutas ficaram esquecidas até o momento em que na disciplina “Esporte e Contemporaneidade”, ministrada pelo Professor Dr. Alexandre Fernandez Vaz no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) tive a oportunidade de pensar sobre meu objeto a partir de uma das temáticas da aula. Tendo como base o filme *Raging Bull* (1980) de Martin Scorsese “O touro indomável”, na tradução brasileira, apontei como veio se dando a inserção de pessoas trans no campo das lutas. Contestei a interdição das atletas trans sob o argumento de que são homens batendo em mulheres, apontando que La Motta, o personagem principal do longa-metragem, lutador de boxe que agredia sua esposa, era um homem que batia em mulher. Entretanto, era preciso que a questão fosse levada mais a sério e com maior rigor. Este capítulo que fecha a tese é um ensaio que comenta algo sobre a presença das mulheres, devido os imbricamentos de sexo, gênero, sexualidade e produção do corpo-atleta, e das transmasculinidades, objeto da tese, nas lutas.

Já nos últimos meses da escrita da tese deparei-me com a notícia de um evento de esportes de combate exclusivo para pessoas trans, criado por um homem trans lutador de artes marciais. A categoria trans, tão sonhada por defensores da separação a partir do preceito da igualdade de chances, passava a existir. Sonho também para algumas pessoas trans que veem aí uma possibilidade de competir e pesadelo para outras, que a identificam como segregação e não reconhecimento da identidade de gênero.

---

<sup>31</sup> Lutas, mesmo no campo esportivo, é um termo polissêmico e aqui será abordada de forma indiscriminada para se referir às artes marciais, aos esportes de combate e outras denominações do emprego do confronto direto entre os oponentes.

#### 4.1 O cenário

Para além de este capítulo ter sido gestado junto à disciplina Esporte e Contemporaneidade, cuja discussão partiu também do audiovisual, não é à toa que o começo com uma cena de cinema. Cinema e esporte são as duas grandes expressões do século XX, sendo o esporte uma das temáticas favoritas do cinema moderno (Melo; Vaz, 2006). *Olympia* (1938), de Leni Riefenstahl, influencia o tom das filmagens esportivas até hoje. O filme com mais de 250 horas de filmagens divididas em duas partes documenta os jogos de 1936 em Berlim. Considerado uma propaganda da ideologia nazista, veiculou a imagem de corpos com a aspiração grega do belo aliada à de pureza e superioridade ariana. Corpos atléticos masculinos sem imperfeições, estilizados e que realizam exercícios físicos sem dificuldade aparente são mostrados (Sontag, 1987).

Nos capítulos anteriores falamos de duas modalidades olímpicas, futebol e rúgbi. Não pretendemos assumir os Jogos Olímpicos como modelo de competição, mas sendo ainda o expoente esportivo - marco e modelo dos esportes na modernidade, associado ao nome de Coubertin – cabe lembrar que eles nascem como último suspiro cultural da aristocracia, um século após a Revolução Francesa. Esses jogos eram um reduto da sociabilidade masculina de elite, que preservava um etos aristocrático e, portanto, amador (Bourdieu, 1983). Só nesse cenário que os valores do olimpismo (tão reclamados pelos entusiastas do esporte), como igualdade e justiça, por exemplo, são praticáveis; entre iguais de fato, pessoas que desfrutam da prática não como um trabalho. A atuação de profissionais era proibida, bem como, em seus inícios, a participação das mulheres.

O ideal do amadorismo só enfraquece nos anos 1980, no contexto de implementação de uma racionalidade neoliberal, mas a presença das mulheres passa a ser permitida aos poucos, dependendo da modalidade, desde os anos 1900. Um esporte entra no programa olímpico (como esporte ou modalidade/disciplina) levando em conta número de praticantes homens e mulheres, de países que realizam, se está presente em pelo menos quatro continentes e se conta com uma federação internacional. Mas isso não garante que a modalidade será representada nas duas categorias padrão, masculina e feminina, já que fatores político-sociais também exercem importante influência.

Vejamos o boxe olímpico (amador) como um exemplo da disparidade de legitimidade das categorias masculina e feminina. Embora esteja nas Olimpíadas desde a edição de 1904, as mulheres ingressam apenas em 2012, nos jogos de Londres, pois demorou a ser reconhecida formalmente inclusive por parte das federações de boxe. A respeito da diferença

entre os naipes, há a obrigatoriedade do uso do capacete protetor para a categoria feminina, e desde 2016, nos jogos do Rio, tornou-se proibido para a categoria masculina. Em estudo, a equipe médica da Associação Internacional de Boxe Amador (AIBA) concluiu que o uso do capacete aumentava o número de lesões em relação às lutas em que não era obrigatório, constatando que ali o número de hematomas e traumatismos era menor, apesar de aparecerem mais cortes. Para evitar os cortes, cremes passaram a ser mais usados, as técnicas e formas de golpear e receber golpes foram sendo aprimoradas. Houve também um apelo estético da audiência, já acostumada a assistir ao boxe profissional em que não há capacete (Costa, 2014; Magalhães, 2015; Rudnick, 2016).

Mas, para as mulheres, a regra não caiu: se o argumento é evitar lesões mais sérias, elas seguem lutando com capacete sob o argumento da proteção ou por apelo estético? Talvez o público tenha mais dificuldades em suportar ver mulheres sendo golpeadas diretamente no rosto e sangrando por isso.

Naquele mesmo ano em que elas entraram no ringue olímpico, aconteceu a última luta de Patrício Manuel na categoria feminina, categoria na qual se sagrou cinco vezes campeão nacional de boxe amador. Ele é um homem trans estadunidense que, em 2018, lutando profissionalmente, venceu o mexicano Hugo Aguilar, no quarto *round*, por 39-37, ou seja, por dois pontos, segundo os votos dos jurados. A partir daí, não conseguiu agendar mais lutas. Aparentemente não é interessante que homens cis percam para homens trans. Já na casa dos 30 anos, em 2019, ele virou modelo da *Everlast*, marca de vestuário e equipamentos da modalidade, o que pode ser lido como inclusão da imagem de um corpo dissonante no esporte, na moda e, ao mesmo tempo, apenas mais uma incorporação mercadológica da bandeira da diversidade.

Ainda em 2012, Ronda Rousey, mulher cis estadunidense, medalhista de bronze no judô em Pequim, 2008, foi a primeira mulher contratada pelo *Ultimate Fighting Championship* (UFC), o maior e mais popular evento de MMA do mundo. O UFC foi criado em 1993 “para ser um campeonato de lutas em formato de show”, um show de brutalidades, como retratou a mídia (Grespan, 2014). As lutas que acontecem no octógono inspirado pelo filme “Conan, o Bárbaro”, são transmitidas em *pay-per-view*, para o consumo esportivo e, duas décadas depois de sua fundação, em 2013, oficializou as primeiras lutas na categoria feminina até 62 kg, já anunciando desde a primeira que sexualidade importa. Ronda era tida como a “queridinha da América”, lutando contra a “ex-militar homossexual” Liz Carmouche (Grespan, 2014).

Liz também acabou lutando contra a brasileira Jessica Andrade. Conhecida como “Bate Estaca”, nome de um golpe, Jessica foi a primeira brasileira a entrar no octógono do UFC e o combate entre elas ficou conhecida como “a primeira luta gay do UFC”<sup>32</sup>, pois ambas são abertamente homossexuais.

Foi nesta primeira temporada que o UFC contou com a participação de uma mulher trans lutando na categoria feminina. Fallon Fox, a Rainha de Espadas, não chegou a ser contratada pela marca, mas protagonizou em 2013-2014 6 lutas: foram cinco vitórias e uma derrota, a maioria por nocaute técnico (golpe ou sequência de golpes que tornam o oponente incapaz de seguir lutando), exceto uma por finalização (quando o oponente sinaliza que está impossibilitado de seguir na luta e o árbitro a interrompe). Apesar de sua atuação ter gerado polêmicas que questionavam sua legitimidade ali, é fato que a presença de mulheres trans é concomitante à criação da categoria feminina no UFC e não é à toa que Grespan e Goellner (2014) nomearam o ano de 2013 como *palco de acontecimento*, sendo que a noção de acontecimento, no sentido foucaultiano, diz da irrupção de uma singularidade histórica.

As polêmicas em torno da presença de Fallon foram apontadas anteriormente por Grespan (2014) ao estudar matérias jornalísticas e os discursos que circulam na cibercultura sobre as mulheres no MMA e UFC. Os comentários questionavam a permissão de, em forma de insulto, “um homem biológico” entrar no octógono para dar chutes, socos e sufocar mulheres.

A lutadora em questão já estava há dez anos em terapia hormonal e havia feito a cirurgia de redesignação sexual, condição exigida pelo COI naquele momento para que atletas trans pudessem competir na categoria desejada. Fallon declarou que não gostaria de ter sua condição exposta, mas sabia que seu passado seria revisitado e teria que falar sobre isso (Grespan, 2014).

As lutadoras de MMA representam outra feminilidade, “são corpos estranhos que geram, em algumas pessoas, reações de desprezo, considerando a participação das mulheres uma afronta a esta prática esportiva” (Grespan, 2014). A autora localiza uma contradição importante: ao ser anunciada a contratação de atletas mulheres, o público as rechaça dizendo que sua anatomia não é própria para lutas e que as mulheres (cis) ali parecem homens; devido ao volume de sua musculatura, recaindo a desconfiança de que este não teria sido

---

<sup>32</sup> Como foi veiculada em matérias de portais esportivos como Terra e UOL. Disponível em <https://www.terra.com.br/esportes/lutas/mma/conheca-a-brasileira-que-estara-na-primeira-luta-gay-do-ufc.8afadd37fa810410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> e <https://nagradedomma.blogosfera.uol.com.br/2013/07/23/da-roca-ao-ufc-brasileira-levanta-bandeira-gay-contra-rival-tambem-homossexual/>. Acesso em 25/10/2023.

conquistado sem o uso de esteroides anabolizantes. Elas, então, deveriam lutar contra homens. Criticando tal linha de raciocínio, Grespan (2014) argumenta que no caso de Fallon, que bloqueia a testosterona e faz uso de estrógenos, deveria lutar somente contra mulheres, mas acaba sendo acusada de não ser mulher e, portanto, nunca deveria lutar contra mulheres.

Voltando à década anterior, lembremos que em 1996 a judoca brasileira Edinanci Silva foi proibida de participar dos Jogos Abertos do Interior de São Paulo após um abaixo-assinado mobilizado por outras lutadoras contra sua presença. Sua compleição física, um somatório de treinamento árduo, alimentação balanceada, carga genética, que tinham efeito na sua performance, no desempenho e nos resultados, aliada ao fato de não exacerbar atributos de feminilidade fez com que se destacasse e destoasse das outras mulheres.

A suspeita de que havia algo em seu corpo que a tornava inteligível para as disputas fez com que ela mesma passasse a desconfiar de si e a querer saber o que estava acontecendo; a resolver seu “problema”, como contou a Souza (2016). Na época, Edinanci descobriu “corpos estranhos na parede abdominal”, sendo classificada como intersexo. Ela precisou recorrer a medicamentos e cirurgias para se adequar e continuar competindo na categoria feminina.

Uma das cirurgias nada tinha a ver com a performance atlética, a redução do tamanho do clitóris. Edinanci não apenas tinha corpos estranhos, mas era um corpo estranho, *queer*. O *queer*, por fugir, negar a norma, incomoda.

Devido à introdução de novas substâncias em seu corpo, que regulavam sua produção hormonal, passou a sentir efeitos na agilidade, força e recuperação pós-exercícios, que já não eram mais os mesmos. Precisou se adequar ao corpo readequado.

Uma fantasia que impera no esporte é a noção de corpo atrelada à de natureza e uma forma de tentar garantir a igualdade formal de chances entre competidores é assegurar minimamente a pureza desses corpos. Os corpos “naturalmente” intersexo e corpos endosexo que transacionam artificialmente podem ser lidos através das lentes dos corpos abjetos de Butler (1993), anormais de Foucault (2001), ou impuros de Douglas (1991). Desajustados, ambíguos, híbridos se tornam impuros, contaminantes, monstruosos que precisam ser corrigidos, rejeitados, punidos. Essa é uma preocupação moral.

Lembremos que para Tamburrini (2006) o antidoping também é uma questão moral. Se a sociedade aceita modificações corporais de diversas formas e em muitas sociedades o uso de fármacos e drogas é socialmente aceito, não faz sentido banir totalmente essas práticas do âmbito esportivo. Para o filósofo, é necessário considerar as especificidades de cada modalidade e sociedade onde a prática se realiza.

Michelle Gonçalves e Amanda da Costa (2021) estudaram o desenvolvimento de uma identidade esportiva de mulheres fisiculturistas pelas técnicas que permitem modificação corporal extrema. A saber, técnicas do treinamento (no caso das fisiculturistas, a musculação), da alimentação (dieta) e da química (suplementação - que reduz os alimentos já processados à química dos macronutrientes; e os esteroides anabolizantes permitidos com restrições nessa modalidade em que o corpo e sua modelação constituem seu objeto e finalidade próprios). Embora estejamos falando de tecnologias que promovem modificações morfofisiológicas, as autoras alertam que:

Enquanto produção, a corporeidade que se expressa nas identidades de gênero, de raça, assim como em outras interseccionalidades como sexualidade, condição de deficiência e mesmo classe social, é já uma tecnologia que contesta ideias normativas naturalizantes.

No exemplo do esporte, porém, encontramos uma tensão entre tecnologia e natureza, pois não se pode esquecer que a instituição esportiva, com suas normas e regras, opera com uma visão de naturalidade, de organismo e não de corpo, que se inscreve e se conforma na cultura, na história, na sociedade, ou seja, na linguagem, na esfera do simbólico -, e a utilização da categoria 'sexo' e não 'gênero' torna-se exemplar nesse sentido. Por outro lado, talvez nenhum corpo performatize de maneira tão singular a ideia do ciborgue como o atlético, uma vez que é por meio de técnicas e tecnologias que tais corpos são produzidos para fins de alto desempenho. (Gonçalves; Costa, 2021, p. 2).

Ainda, para Silveira e Vaz (2014, p. 304): “o doping, como tecnologia para o corpo, é mais um elemento a embaralhar as fronteiras do gênero, assim como derrubar a crença em um corpo que pudesse ser natural”. Essas reflexões nos levam a reconhecer que as tecnologias corporais não apenas transformam fisicamente as atletas, mas também desafiam e reconfiguram as normas sociais e culturais que moldam nossas percepções de gênero e identidade.

#### 4.2 Treinamento misto e masculinização

O mais importante meio pelo qual se constrói um corpo-atleta é o treinamento. Em sua investigação sobre as mulheres no judô, Souza (2016), que realizou a entrevista já citada com Edinanci Silva, verificou que o treinamento da seleção brasileira era misto. Havia ali a complementação em busca da eficiência, sendo que ambos os gêneros acabavam sendo beneficiados com a prática. Esse benefício se dava, para as mulheres, como uma forma de aumentar o desempenho lutando com homens mais fortes, ainda que com o mesmo peso; e para os homens, na realização de um treinamento com menor exigência de força, possibilitando para ambos um ganho técnico.

Na percepção das atletas por ela entrevistadas, os homens são mais fortes e rápidos, e as mulheres que davam suporte nos treinos não suportavam a mesma imposição física. Mesmo quando estavam em maior quantidade numérica, as mulheres preferiam treinar com os homens. Para a categoria feminina, os homens eram incluídos na periodização, assemelhando-se às máquinas de musculação e outros recursos de treinamento para a preparação física de um atleta. Quando questionadas sobre a masculinização do corpo via treinamento devido ao crescimento dos músculos, rebatem que não haveria um corpo masculino ou feminino, mas um corpo de lutadora de judô, discordando da ideia de masculinização (Souza, 2016).

A noção de corpo apresentada pelas lutadoras de certa forma subverte a ideia de um corpo generificado em termos de feminilidade e masculinidade, pois o que está em jogo é o corpo do e para o judô. Por um lado, é um momento diferente daquele em que Miriam Adelman (2003) se pergunta sobre as re-significações da corporalidade feminina a partir das mulheres atletas, mas por outro,

persiste o recurso a noções profundamente estereotipadas e normatizadoras do que uma atleta ‘pode’ ou ‘deve’, que, com certeza, refletem as profundas ansiedades do nosso momento sobre o que é, “afinal de contas”, uma mulher (Adelman, 2003, p. 463).

A preocupação com a masculinização foi lida por Souza (2016) como um fator de retardo na evolução do esporte. A masculinização viria especialmente do crescimento dos músculos que tornam as atletas mais fortes, mais rápidas e fazendo, portanto, com que cumpram com a exigência de superação da performance esportiva. É aí que entram os testes de verificação de sexo/gênero, e posteriormente os regulamentos de elegibilidade, pois o sexo precisa ser comprovado e a heteronormatividade no esporte, conta com a matriz heterossexual fundada sob a pretensa linearidade entre sexo-gênero-sexualidade não poderia ser rompida (Silveira; Vaz, 2014).

Portanto, não só as pessoas trans, em especial mulheres trans, são acusadas de fraude ou doping e têm seus corpos regulados a partir de uma visão cisheteronormativa de corpo e esporte; pessoas endo e intersexo (categoria onde se encontram inclusive muitas mulheres cis), também. No fim, parece que o que ainda está em questão é a elegibilidade das mulheres no esporte.

Em 2017, Mack Beggs, que lutava no *wrestling* (luta livre ou luta olímpica) desde 2014, foi obrigado a disputar na categoria feminina (caso quisesse competir) na liga do *High School* estadunidense, saindo campeão. Ele já fazia terapia hormonal com testosterona e

começou a usar bloqueadores durante as competições, o que gerou várias polêmicas. Em 2018 ele recebeu uma oferta de bolsa para liga universitária ainda na categoria feminina, mas declarou que só aceitaria se pudesse lutar no naipe masculino, já se encaminhando para o MMA. Em 2023, Beggs foi desafiado para lutar no UFC contra o campeão do Strikeforce (campeonato sucedido pelo UFC) Jake Shields. Beggs aceitou, mas Shields recuou, alegando que não lutaria somente contra ele, mas outros nove lutadores trans simultaneamente. Beggs declina apontando o desrespeito de Shields para com o MMA (Morik, 2023).

Novamente, a legitimidade dos corpos transmasculinos é posta em xeque. Como na cena em que se questiona Parinya, esses corpos só podem estrelar *freak shows* ou não podem ameaçar a hegemonia e superioridade cismasculina na arena?

Beggs conta ainda, no documentário *Mack Wrestles* (2019), que nas sessões de treinamentos mulheres e homens se enfrentavam com a maior naturalidade. Grespan (2014) também encontrou os treinos mistos nas academias de MMA no Brasil, afirmando inclusive que as mulheres chegam a passar 14 horas por dia nesse espaço, treinando e ministrando aulas.

Há algo sobre a construção do corpo-atleta que não se dá de forma tão segregada assim em termos de naipe, categoria por sexo e gênero. Mas treinar junto não significa que sejam respeitadas da mesma forma, há hierarquias que extrapolam o grau, a mestria das lutas e as vitórias, que dizem respeito às assimetrias de gênero, mesmo que colocando o corpo a prova.

Leila Salvini (2017) na empreitada de escrever uma história social das mulheres no MMA em Curitiba/PR, apresenta distintos relatos de lutadoras, competidoras amadoras e profissionais, desde aquela que treina com homens mais jovens e leves, contando que “eles pegam mais leve”, àquelas que relatam que para serem respeitadas na academia treinam “de igual para igual”, fazendo *sparrings*<sup>33</sup>, “levando soco na cara” (Salvini, 2017), dentre as quais se destacavam Cris Cyborg e Jessica Andrade, a primeira brasileira a estrelar no octógono do UFC, em 2013.

Na minha trajetória em práticas esportivas, ainda antes da transição de gênero, cheguei a treinar *muay thai* (ou boxe tailandês) em turma mista, numa academia própria da modalidade. Na época, já não treinava mais rúgbi e resolvi acompanhar uma namorada,

---

<sup>33</sup> Lutas simuladas em treinamento.

Gabi, já graduada com um *Kruang* vermelho e branco<sup>34</sup>, na “arte das oito armas”<sup>35</sup>. Além de nós, havia outra mulher nas aulas/treinos que estava ali pelo discurso *fitness*, ou seja, realizar um exercício físico com finalidade estética atrelada a uma noção de saúde.

Sem a menor vocação para desferir socos, eu estava mais interessado nas técnicas de golpear utilizando os membros inferiores, mas mal parava em pé nas tentativas de dar um chute. Apenas Gabi realizava os *sparrings*, e, portanto, sempre com os homens. Havia aqueles que, perceptivelmente desconfortáveis e sem graça por enfrentar uma mulher, apenas esquivavam, o que a deixava extremamente irritada, afinal, estava ali para treinar a sério. Mas havia aqueles que também levavam seu treinamento a sério, buscando contribuir para seu desenvolvimento na modalidade.

Lembro que algo os deixou muito incomodados em outro momento: falando de uma luta transmitida pela televisão na noite anterior, um dos lutadores subira ao ringue trajando uma bermuda cor-de-rosa. Um longo tempo antes do início do treino foi gasto para discutirem como essa era a maior falta de respeito que poderia haver contra o oponente.

Também no rúgbi, quando jogava na categoria feminina, não raro treinamos com os homens, inclusive nos exercícios de contato. E quando após a transição treinei na categoria masculina, as mulheres também participavam, como foi relatado no capítulo anterior.

Anne Viriato é uma mulher trans, brasileira, faixa preta de jiu-jitsu e lutadora de MMA. As repercussões em torno do seu nome se dão de forma diferente das de outras atletas trans que optam por competir no naipe do gênero com o qual se identificam. Anne, que começou sua trajetória nas lutas aos seis anos de idade, passando pelo jiu-jitsu, judô, capoeira, entre outras lutas, iniciou sua transição de gênero aos 12 anos e hoje, com 27 anos, segue lutando na categoria masculina.

No filme documentário “*Quem pode jogar?*”, dirigido por Marcos Ribeiro (2019) que apresenta entrevistas e cenas da rotina de treinamento de atletas trans, Anne dá seu depoimento em meio aos treinos com os homens: “*se consigo ganhar deles, por que lutaria contra mulheres?*”. Ela reconhece o direito e desejo de pessoas trans competirem na categoria do gênero com o qual se identificam, mas afirma que competir contra os homens é o seu desafio.

---

<sup>34</sup> *Kruang-Prajied* é a corda levada no braço e o nível de graduação é marcado pelas cores. No Brasil há dois sistemas de cores de graduação, vermelho e branco indica o nível 2 Iniciante segundo a Confederação de *Muay Thai* do Brasil.

<sup>35</sup> Referente aos oito pontos de contato que desferem golpes nesta luta: pares de punhos, cotovelos, joelhos e pés.

Desafio que não está apenas no lutar em si, como podemos ver em seu relato que deu a Rafael Garcia (2021, p. 3):

[...] Como eu tinha seio não podia lutar sem camisa, mas no masculino luta, a federação não me deixou usar top, lutei sem camisa duas vezes, foi a pior coisa da minha vida. A gente sentou com a federação pra conversar e explicar, eles acataram e foi uma melhoria pra mim [...].

Para o autor, “mesmo competindo entre homens, Anne sofre com artimanhas transfóbicas que deslegitimam sua participação no esporte, fruto da competência biomédica cis entranhada nas normas esportivas.” (Garcia, 2021), o que já fora constatado sobre os corpos dissonantes no esporte anteriormente (Grespan; Goellner, 2014; Camargo; Kessler, 2017).

O questionamento de Anne me remete ao feito de outras mulheres, cisgênero, que também deixaram de competir na categoria feminina porque não havia mais ali a possibilidade de se desafiar nas suas modalidades seja pela ausência da categoria feminina em certas modalidades, seja pelo baixo número e qualidade técnica das praticantes, passando a competir com os homens na categoria masculina. Dois exemplos significativos são Fabíola da Silva, da patinação *in-line*, e Karen Jones, do *skateboard*. Brasileiras, ambas eram praticantes da modalidade vertical (rampa em formato U) e causaram a mudança das regras das competições de seus esportes que passaram a admiti-las na categoria masculina, nos anos 2000.

Atualmente a realidade da categoria feminina nestes esportes radicais é outra, há mais praticantes e de nível técnico mais equivalente. Há também uma distância maior entre as pontuações das distintas categorias: as notas mais altas alcançadas na categoria feminina são muito mais baixas que as do masculino, questão que não vem ao caso entrar aqui. Isso tudo somado ao fato de que estes são esportes que exigem o manejo de um implemento, ao contrário do que acontece nas lutas, não nos deixa comparar modalidades com lógicas internas e externas tão distintas. Entretanto, o ponto que queremos salientar é que a prática esportiva competitiva não está sempre garantida às mulheres e mesmo dentro da categoria mulheres há diversidade de corpos, experiências, metas, desafios, dentro do esporte.

Se em outros momentos o enigma sobre o corpo das atletas empreendia uma investigação visual (genitália) e molecular (cromossômica), hoje recai sobre os efeitos de uma puberdade com maior ou menor nível de produção de testosterona (hormonal). Se por um lado aparência física masculinizada pelo treinamento esportivo, aliada ao excelente desempenho, desperta pavor e desconfiança resultando em normativas de regulação da prática (Gollner, 2016), ela não é mais soberana.

Joana Harper (2015) ao estudar a performance das corredoras, conclui que seus tempos aumentam após a hormonização, assim como Edinanci, no judô, que também relatou diferenças no desempenho após o uso de bloqueadores. Embora concordemos que haja diferenças nas constituições corporais que passam por diferentes puberdades e que inclusive isso pode ter efeitos para além da transição, como o resíduo de certa memória celular, já discutimos que a construção do corpo-atleta vai muito além dos efeitos da puberdade pelo qual ele passou. O treinamento, as dietas, ingestão de substâncias, modificam o organismo que nada tem de puro ali.

O corpo-atleta trans não se faz apenas pela ingestão de substâncias hormonais, mas também pelas especificidades do treinamento (tanto como o corpo-atleta cis). As substâncias utilizadas, além de adequar os corpos às normas requeridas em cada categoria, não têm efeitos sozinhas. E há coisas que só serão possíveis mais bem conhecer quando atletas trans tomarem parte da cena, não sem regulação (tal qual ocorre com atletas cis) e é sumário pensar as especificidades de cada modalidade. Nas lutas um critério importante de separação é o peso, então isso já é um elemento que restringe e equipara algo dos oponentes.

Percebemos ao longo da escrita da tese, diversos movimentos de inserção de pessoas trans nas práticas esportivas. Tratamos de times de futebol exclusivos de pessoas transmasculinas que competem em torneios das mais diversas configurações (contra equipes masculinas, femininas, mistas, gays...), mas que têm visto a necessidade de disputar cada vez mais jogos contra outras equipes trans, dada a falta de proporcionalidade contra as equipes cis. Tratamos ainda de times de rúgbi inclusivos, mas que na hora de competir acabam separando feminino e masculino; e apresentamos algumas inserções de pessoas trans nas lutas, especialmente no boxe e MMA. Aqui, como no futebol, surge a proposta de competições exclusivas.

Em 2021 surge um novo projeto no Brasil, apresentado pelo Instituto Macfer de Artes Marciais, sob a direção de Cris Macfer, homem trans tricampeão mundial e bicampeão brasileiro de *hapkidô* (arte marcial coreana) e bicampeão mundial de jiu-jitsu, títulos conquistados ainda na categoria feminina. Seu projeto “Categorias T para as modalidades esportivas de combate”, visa à criação de uma nova categoria dentro do MMA exclusiva para atletas trans, sendo estas separadas pelo critério de gênero e tempo de hormonização: Pré- T (quem não faz hormonização), T1 (até 1 ano em hormonização), T2 (entre um ano e três anos de hormonização), T3 (entre três e cinco anos em hormonização) e T4 (acima de cinco anos em hormonização).

Para Cris Macfer, a divisão por tempo de hormonização poderia trazer mais equidade para as disputas. Contudo, conforme as propostas de inscrição foram chegando, percebeu que essa divisão não seria viável:

Desde que abriu inscrições para o projeto, Macfer conta que inscreveu 44 atletas, e não só do Brasil. Contudo, as diferentes condições de treinamento e experiência dos lutadores, somada à subdivisão em tempo de terapia, criaram desafios para o casamento das lutas. Por isso, no primeiro evento, com anuência dos atletas, haverá confrontos entre lutadores de categorias T combinadas - por exemplo, um lutador da categoria T2 contra outro da categoria T3.

- Tenho atletas desde que têm respaldo das equipes, a atletas que trocaram três vezes de equipe nesse período. Tive atletas que as equipes permitiram treinar lá, mas não querem se associar. Esses atletas estão quase num nível recreativo ainda. Estamos agora num momento de abertura de portas ainda. Esses atletas que estão na linha de frente são de suma importância, eles estão fazendo história, literalmente - afirma. (Albuquerque, 2023).<sup>36</sup>

O relato só corrobora o que já apontamos anteriormente, que são muitas as variáveis que influenciam no desempenho esportivo, privilegiadamente as condições de treinamento. As terapias hormonais fazem parte destas condições, mas não são tudo, e talvez nem sejam determinantes.

O primeiro torneio *Trans Fighter* aconteceu em novembro de 2023, no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Marechal Mário Ary Pires (COTP), equipamento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) da Prefeitura da cidade de São Paulo. Contando com o apoio de diversos patrocinadores e com entrada do público gratuita.

---

<sup>36</sup> “Evento de MMA inova com divisões exclusivas para lutadores trans”, Adriano Albuquerque, *Combate*, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/combate/noticia/2023/11/03/evento-de-mma-inova-com-divisoes-exclusivas-para-lutadores-trans.ghtml>, acesso em 26/05/2024.

Figura 25 - Lutas Transfighter

**Lançamento Mundial das Categorias T para Modalidades de Combate**

**BRUNO FONSECA** VS **CAETANO ALVES**

25 de novembro  
Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Marechal Mário Ary Pires

**LANÇAMENTO MUNDIAL DAS CATEGORIAS T PARA MODALIDADES DE COMBATE**

**LEO MALUCELI** VS **DERICK SPARTAN**

25 DE NOVEMBRO  
CENTRO OLÍMPICO DE TREINAMENTO E PESQUISA MARECHAL MÁRIO ARY PIRES

**DIANA SALU** VS **FOKA**

**Lançamento Mundial das Categorias T para Modalidades de Combate**

**LEO KING** VS **GABRIEL SAMPAIO**

25 de novembro  
Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Marechal Mário Ary Pires

**Lançamento Mundial das Categorias T para Modalidades de Combate**

**KAUÊ ROSA** VS **MR. MEIRELES**

25 de novembro  
Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Marechal Mário Ary Pires

Fonte: Instagram Transfighter.

**Figura 26 - Organização e competidores no final do evento**



Fonte: Instagram Transfighter.

Não é sem tensão que se dão essas propostas de confrontos transexclusivos. A separação de categorias de atletas cis e de atletas trans em diversas modalidades é defendida por setores conservadores para quem a imutabilidade dos corpos serviria como proteção e segurança das mulheres cis. Nessa ótica, a separação poderia atestar a segregação de pessoas trans. Há atletas trans no alto rendimento que podem competir de igual para igual com atletas cis e seu lugar deve ser respeitado, mas, a exemplo do futebol, o que as pessoas trans no MMA estão dizendo é que há espaços em que a separação é necessária inclusive para que a prática seja possível para elas.

## 5. Considerações finais

A diferença sexual parece não ser mais suficiente para separar os corpos nas arenas esportivas. Quando Freud, a respeito da diferença diz que “a anatomia é o destino”, ele nos lembra que com ela teremos que nos haver durante toda a vida, não que ela é imutável ou determinante das conformações corporais. O que as modificações feitas pelas pessoas trans desvela é que não há nada de natural no corpo e no sexo.

No que tange às práticas esportivas vemos que historicamente há corpos que escapam às classificações e categorizações e isso ocorre porque o que há são tentativas de diminuir, amenizar as desigualdades constitutivas do próprio esporte, especialmente no plano de sua prática no alto rendimento, afinal as leis são arbitrárias, mas também com elas teremos – mesmo em suas mudanças, que são fruto de interesses diversos, mas também de embates de resistência – sempre que nos haver.

No Brasil, em diferentes momentos históricos, a participação de mulheres em determinadas modalidades esportivas foi ora mais ora menos possível. O Decreto-lei 3199/41, que vigorou de 1941 a 1979, proibia a participação de mulheres em práticas esportivas consideradas “violentas à natureza de seu sexo”, cabendo ao Conselho Nacional de Desportos (CND) regularizar as práticas. Entrementes, com a Deliberação 7/65, de 1965, passou-se a não permitir que as mulheres praticassem “lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, *rugby*, halterofilismo e beisebol”.

Tratamos aqui do futebol, do rúgbi e das lutas, e embora o foco não tenha sido analisar os efeitos da proibição, sabemos que ela acarretou dificuldades no desenvolvimento do esporte praticado por mulheres que reverberam até hoje. Foram gerações que não puderam praticar as modalidades e, portanto, houve dificuldades em formar uma tradição que pudesse ser de valor para as atuais praticantes.

O futebol feminino é o maior exemplo disso, já que no “país do futebol”, nossa seleção tem um histórico recente. Disputou sua primeira partida internacional apenas em 1986, num amistoso contra a equipe dos Estados Unidos, e desde então participou de todas as Copas do Mundo (iniciada em 1991, na China) e Jogos Olímpicos (a partir de 1996, em Atlanta). E ainda hoje as condições para a prática profissional não são as mesmas das equipes masculinas nos clubes, estão na verdade longe de ser, os patrocínios e salários tampouco. Não fizemos a associação direta com o futebol de pessoas transmasculinas, mas indicamos que isso também não é sem efeitos para os dissidentes de gênero que compõem

esta pesquisa, conforme seus relatos. São homens que tiveram seus corpos mais resguardados das práticas esportivas ou que não puderam vislumbrar a prática como possibilidade de trabalho e, de alguma forma, nem como lazer na vida adulta. Uma saída possível para voltar a praticar o esporte junto à transição de gênero foi à criação de times transmasculinos. Ao perceberem que as desigualdades de condições de prática ficaram evidentes ao se colocarem em quadra contra times de pessoas cis, passaram a apostar nas disputas entre si, visto que novos times transexclusivos surgem, reorganizando coletivamente os praticantes.

No caso das lutas, temos o conhecido caso das judocas que em 1979 competiram internacionalmente na cidade de Montevideú, no Uruguai, inscritas pelo então presidente da Confederação Brasileira de Judô com nomes masculinos, conseguindo assim subsídios do Conselho Nacional de Desportos. Retornando ao Brasil com medalhas, influenciaram a revogação do decreto proibitivo naquele mesmo ano (Souza, 2016), passando a poder lutar como mulheres na categoria feminina.

Vimos no último capítulo experiências exitosas no confronto de pessoas trans com pessoas cis nas lutas, mas que acabam sendo barradas ou deslegitimadas com a atribuição do êxito ao consumo de testosterona - tanto no caso das mulheres trans que, por mais que hoje tenham bloqueado sua produção e se ajustado às normas de gênero do esporte, são questionadas quanto à sua puberdade, como no caso de homens trans que fazem reposição hormonal. Novamente, como no futebol, a saída para a prática é a criação de espaços e competições transexclusivas.

No caso do rúgbi nos deparamos com a proibição formal para mulheres trans no alto rendimento a nível internacional, e para os homens trans, a exigência de laudos e termos de consentimento. Discutimos que tal regulação denota certa descrença no potencial atlético desses homens, mas também que, numa visão paternalista, o representante do discurso da ciência atesta que o atleta está apto, e ao contrário do que é posto para as mulheres trans, com o termo de consentimento do atleta lavam-se as mãos no quesito da proteção daquele corpo que consente em pôr em risco sua segurança. A nova regulação do rúgbi teve impacto nas práticas locais, pois agora os clubes também passaram a discutir as formas de acolher as pessoas trans para além da criação de times inclusivos.

Como as mulheres cis, que mesmo sob proibição institucionalizada, não deixaram de praticar suas modalidades, mesmo no alto rendimento, teremos que seguir acompanhando as invenções das pessoas trans (masculinas, femininas, não-binárias), suas parcerias e os efeitos das suas atuações no campo esportivo. Se por um lado as pessoas trans binárias (homens e mulheres) se acomodam nas categorias masculina e feminina, poderemos continuar

nomeando que o sujeito da categoria feminina é mulher e da masculina é homem? Ou, ainda faz sentido denominarmos categorias feminina e masculina?

Uma vez que observamos os corpos nas arenas esportivas como um ato político de resistência, coube também pensar o potencial disruptivo das práticas em relação a uma normatividade esportiva (Camargo, 2016) cis e hetero. Isto é, como a presença de times e praticantes trans pode levar o próprio esporte a ser repensado em todos os níveis, de lazer, amador, alto rendimento. As inserções e articulações das pessoas trans vêm se dando ora por reivindicação de um direito, ora sob a chave da inclusão. Mas o esporte não é inclusivo, pelo contrário, é discriminatório, classificatório, categorizador. É claro que queremos que todas as pessoas tenham acesso à prática esportiva, mas é preciso repensar as formas de organização do esporte, que por isso mesmo alguma noção de equidade e justiça em seu horizonte seja necessária. E é isso que vem acontecendo com a criação de espaços esportivos transexclusivos e LGBTQIAPN+ inclusivos.

Sobre as masculinidades sobram questionamentos: parece haver uma expectativa no campo político esportivo de que esses homens trans e, por vezes gays, sejam os questionadores e construtores de novas masculinidades. Mas espera-se também que sejam competitivos. Percebemos que a presença de outras masculinidades e feminilidades no esporte têm tensionado as práticas que se fazem e se sustentam normativamente pela masculinidade viril do macho, independentemente se essa virilidade é expressada por pessoas cis ou trans, gay ou hetero.

Além das masculinidades precisarem ser pensadas de acordo com a especificidade de cada modalidade, cada qual com sua dinâmica, regras e funcionamento específicos, a atuação de pessoas trans tem que ser pensada ainda na especificidade de cada contexto desta: seja de lazer, amadora ou de rendimento. Ainda: cada esporte tem um corpo específico.

Neste trabalho, vimos que no futebol os homens trans ainda têm um longo percurso para conseguir competir contra os cis e isso se dá mais por questões técnicas, de conhecimento de jogo e questões de classe do que necessariamente por questões corporais. No rúgbi aparece o contrário, apesar de bem sucedidos na incorporação dos gestos técnicos e noção de jogo, o corpo dá sinais de que precisa ser mais bem trabalhado e construído, incorporando também o uso de outras tecnologias para aquele tipo de confronto.

Cabe lembrar que as tecnologias de treinamento, suplementação, e mesmo de bloqueio ou reposição hormonal não são exclusividade das pessoas trans. Elas fazem parte da construção do corpo-atleta e são reguladas pelos órgãos de cada modalidade quando expressadas em sua dimensão de alto rendimento. Isso nos leva a ver que embora se façam

elegíveis para as disputas, ainda há que se construir socialmente a legitimidade das pessoas trans nas arenas esportivas.

## Referências

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significação da corporalidade feminina? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.
- ALBUQUERQUE, Adriano. “Evento de MMA inova com divisões exclusivas para lutadores trans”, *Combate*, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/combate/noticia/2023/11/03/evento-de-mma-inova-com-divisoes-exclusivas-para-lutadores-trans.ghtml>, acesso em 26/05/2024.
- ALMEIDA, Caroline Soares de; JAHNECKA, Luciano. As noções de carreira e de profissionalização no futebol “menor”: entre as fronteiras do termo e a perspectiva da circulação. *Novos Olhares Sociais*, v.3, n.1, 2020, p. 178-198.
- ALMEIDA, Caroline Soares de; PISANI, Mariane. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. *Labrys*, v. 28, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>, acesso em 03/06/2021.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. “Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades?” *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 501-512, maio/ago. 2012. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 27/05/2020.
- ANJOS, Luiza Aguiar de. *De “são bichas, mas são nossas” a “diversidade da alegria”: uma história da torcida Coligay*. 2018, [tese] Doutorado em Ciências do Movimento Humano – Escola de Educação Física, Fisioterapia, Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014, Doutorado (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar; MISKOLCI, Richard. “Transmasculinidades e mídias digitais: questões metodológicas”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis, UFSC. *Anais Eletrônicos...* p. 1-12. Disponível em [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499314746\\_ARQUIVO\\_TRANSMASCULINIDADESEMIDIASDIGITAIS-QUESTOESMETODOLOGICAS-AVILAGROSSIMISKOLCI.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499314746_ARQUIVO_TRANSMASCULINIDADESEMIDIASDIGITAIS-QUESTOESMETODOLOGICAS-AVILAGROSSIMISKOLCI.pdf). ISSN 2179-510X. Acesso em 09/04/2021.
- BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. *Espaço Plural*, v. 14, n. 29, p. 246-270, jul.- dez. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York/London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Ed. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, Eric Seger de. *Pessoas trans no esporte: os jogos da cisnormatividade*. 2020, Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

CAMARGO, Wagner Xavier de. *Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições mundiais esportivas LGBTs*. 2012, Doutorado (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Notas etnográficas sobre vestiários e a erotização de espaços esportivos. *Revista Ártemis*, v. 17, n. 1, jan./jun, 2014. p. 61-75. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/17989/11130> acesso em 20/05/23.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, out./dez. 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66188>. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.66188>. Acesso em 09/04/22.

CAMARGO, Wagner Xavier de; KESSLER, Claudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier de. (2017) Ocupa Pacaembu: futebol de rua, arte, vivências. *Ludopedio*, São Paulo, v. 99, n. 3, <https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/ocupa-pacaembu/>, acesso em 27/04/2020.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Dimensões de gênero e os múltiplos futebóis no Brasil. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (orgs.) *O Futebol nas Ciências Humanas no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.

CONCEIÇÃO, Daniel Machado da. Entre vira-latas e heróis, o racismo no futebol brasileiro. *Captura Crítica: direito, política, atualidade*, Florianópolis, v.12, n.1, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacritica/article/view/6161/5183>, acesso em 02/02/24.

CONNELL, Robert. *Masculinities*. Berkeley: University of California, 1995.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan./abr. 2013.

COSTA, Guilherme. Aiba proíbe uso de capacete e sugere creme facial para evitar sangramentos, 2014. *Globo Esporte*. Disponível em: <https://ge.globo.com/boxe/noticia/2014/11/aiba-proibe-uso-de-capacete-e-sugere-creme-facial-para-evitar-sangramentos.html>, acesso em 10/06/24.

COSTA, Guilherme. Principais boxeadoras fazem coro pelo fim do uso obrigatório do capacete, 2014. *Globo Esporte*. Disponível em: <https://ge.globo.com/boxe/noticia/2014/11/principais-boxeadoras-fazem-coro-pelo-fim-do-uso-obrigatorio-do-capacete.html>, acesso em 10/06/24.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*, Lisboa: Edições 70, 1991.

DUNNING, Eric. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e suas transformações. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difusão Editorial Ltda, 1992.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, vol. 42, p.99-140, jan./jun. 2014.

FARIA, Eliane Lopes. Aprendizagens do e no futebol: sobre os ensaios e a constituição da habilidade. *Motrivivência*, Florianópolis/SC, v. 30, n. 53, p. 134-151, maio 2018.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARCIA, Rafael Marques. O caso de Anne Viriato no MMA brasileiro. *Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e do IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte*, online de 12 de setembro a 17 de dezembro de 2021. Disponível em <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2021/9conice/paper/viewFile/14501/8150>, acesso 17/02/2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. *Revista USP*, p. 29-38, 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, Andre Luiz dos Santos; JAEGER, Angelita Alice. Diversidade, gênero e sexualidade nas práticas corporais e esportivas: entrevista com Bernardo Gonzales. *Revista Diversidade e Educação*, v. 11, n. 2, p. 7-20, 2023.

GONÇALVES, Michelle Carreirão; VAZ, Alexandre Fernandez. Resíduos do amadorismo no esporte: a exemplo de uma equipe de rúgbi feminino. *Movimento*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 591-601, jul./set. 2015.

GONÇALVES, Michelle Carreirão; COSTA, Amanda Torres Vieira da. Corpo laboratório: experimentos de mulheres fisiculturistas. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, Florianópolis, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279290>. Acesso em 03/04/2024.

GRESPLAN, Carla Lisboa. *Mulheres no octógono: performatividades de corpos e de sexualidades*. (2014) Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1265-1282, out./dez. 2014.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> , acesso em: 21/04/21.

HARPER, Joanna. 2015. Race Times for Transgender Athletes. *Journal of Sporting Cultures and Identities*, v. 6, n. 1, p. 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.18848/2381-6678/CGP/v06i01/54079>, acesso 24/05/24.

MAGALHÃES, Mário. Mistério do Pan: Por que o boxe aboliu o capacete e o taekwondo, não? 2015. *UOL*. Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/07/21/misterio-no-pan-por-que-o-boxe-aboliu-o-capacete-e-o-taekwondo-nao/>, acesso em 10/06/24.

MAGILL, Richard. *Aprendizagem motora: conceitos e aplicações*. Tradução de Aracy Mendes da Costa. ed. 5. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2000.

MELO, Victor Andrade de; VAZ, Alexandre Fernandez. Cinema, corpo e boxe: suas relações e a construção da masculinidade. *ArtCultura*, v.8, n.12, p. 139-160, 2006.

MELO, Victor Andrade de; GONÇALVES, Michelle Carreirão. À sombra do futebol: experiências com o rugby nas duas primeiras décadas do século XX. *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/zDQjsbBXTfZkngbSbtFdsZH/?format=pdf&lang=pt> , acesso em 20/05/2023.

MESSNER, Michael. Sports and Male Domination: the female athlete as contested ideological terrain. *Sociology of Sport Journal*, n. 5, p. 197-211, 1988.

MESSNER, Michael. Masculinities and Athletic Careers. *Gender & Society*, v. 3, n. 1, p. 71-88, 1989.

MORIK, Ryan. Transgender MMA artist accepts former UFC fighter's challenge to fight: 'I'm going to f--- you up'. *Fox News*, 2023. Disponível em: <https://www.foxnews.com/sports/transgender-mma-artist-accepts-former-ufc-fighters-challenge-fight-im-going-to-f-k-you-up>, acesso em 10/06/24.

OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1994.

PACHECO, Leonardo Turchi. Mulheres e rúgbi: desafios e negociações de uma conjugação possível. In: SPAGGIARI, Enrico; MACHADO, Giancarlo Marques Carraro; GIGLIO, Sérgio Settani (Orgs.). *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016. p. 239-260.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. “Homens trans sofrem transfobia diferente das mulheres trans no esporte” afirma Leonardo Peçanha. *Observatório da discriminação racial no esporte*, 2018. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/homens-trans-sofrem-transfobia-diferente-das-mulheres-trans-no-esporte-afirma-leonardo-pecanha/>, acesso em 24/05/2024.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; CONCEIÇÃO, Vécio Gonçalves. (Orgs.) *Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa*, São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, Mariza (org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PINTO, Mauricio Rodrigues. Torcidas queer e livres em campo: sexualidade e novas práticas discursivas no futebol. *Ponto Urbe* [online], v. 14, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1460>, acesso em 20/05/23.

PIRES, Barbara Gomes. Pânicos de gênero, tecnologias de corpo: regulações da feminilidade no esporte. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n.2, Florianópolis, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279320>. Acesso em 03/04/2024.

PRECIADO, B. *Testo yonqui*. Spain: Huertas. S. A., 2008.

PRECIADO, Paul B. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 7, n. 20, abr.2019. Disponível em: <https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/> acesso em 20/05/23.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal, UFRN. *Anais...* p. 1-20. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401924790\\_ARQUIVO\\_REGO,FCVS\\_G\\_T24\\_HIPERTROFIAMUSCULAR.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401924790_ARQUIVO_REGO,FCVS_G_T24_HIPERTROFIAMUSCULAR.pdf). Acesso em 09/04/2021.

REPOLÊS, Sereno S. G. *Recalculando rotas: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas*. 2017, Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

RIAL, Carmen. Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade. In: PENTEADO, Fernando Marques; GATTI, José. (Ed.) *Masculinidades: teoria, crítica e artes*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, pp. 199-221.

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 133-152, jun. 2008.

RUDNICK, Fernando. Boxe abandona capacetes por saúde e apelo do público, 2015. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2016/boxe->

[abandona-capacetes-por-saude-e-apelo-do-publico-emn54l3kiwrbsws8isn5sboxf/](http://abandona-capacetes-por-saude-e-apelo-do-publico-emn54l3kiwrbsws8isn5sboxf/), acesso em 10/06/24.

SABINO, Cesar. Anabolizantes: drogas de Apolo. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). *Nu e Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca* [recurso digital]. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SALVINI, Leila. *A luta como “ofício do corpo”: entre a delimitação do subcampo e a constituição do habitus do Mixed Martial Arts em mulheres lutadoras*. 2017, Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 42, p. 447-475, jan./jun. 2014. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100447&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100447&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 09/04/2021.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandes. Corpo feminino no esporte: entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. 212-222, abr./jun. 2014.

SILVESTRIN, Julian Pegoraro; VAZ, Alexandre Fernandes. Meninos Bons de Bola: transmasculinidades em quadra. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 31, 2020. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.30498> acesso em 20/05/2022.

SILVESTRIN, Julian Pegoraro; VAZ, Alexandre Fernandes. Transmasculinidades no esporte: entre corpos e práticas dissonantes. *Revista Estudos Feministas* [online]. Florianópolis, vol. 29, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279366>, acesso em 20/05/2022.

SILVESTRIN, Julian Pegoraro; GONÇALVES, Michelle Carreirão; VAZ, Alexandre Fernandes. Transgeneridade, esporte, pandemia: notas de trabalho sobre o Brasil do nosso tempo. Buenos Aires: CLACSO, 2021 (Texto em boletim de grupo de trabalho).

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Tradução de Pedro Caldas. [recurso digital]. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SONTAG, Susan. Fascinante Facismo. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de saturno*. Trad. Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr. Porto Alegre: LPM, 1987.

SOUZA, Gabriela Conceição de. *Trajetórias e percepções no judô brasileiro de alto rendimento*. (2016) Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SYMONS, Caroline. *The Gay Games: the play of sexuality, sport and community*. 2004, PhD Thesis, Victoria University, Melbourne, Victoria.

TAMBURRINI, Claudio. “Are doping sanctions justified? A moral relativistics view”. *Sport in society: cultures, commerce, media, politics*, v. 9, n. 2, p. 199-211, Apr. 2006. Disponível em

[https://www.researchgate.net/publication/232820881\\_Are\\_Doping\\_Sanctions\\_Justified\\_A\\_Moral\\_Relativistic\\_View](https://www.researchgate.net/publication/232820881_Are_Doping_Sanctions_Justified_A_Moral_Relativistic_View). DOI: 10.1080/17430430500491264. Acesso em 09/04/2021.

TOLEDO, Luiz Henrique; CAMARGO, Wagner Xavier de. Futebol dos futebóis: dissolvendo valências simbólicas de gênero e sexualidade por dentro do futebol. *FuLiA / UFMG*, v. 3, n. 3, p. 93-107, set./dez., 2018.

TORRI, Danielle; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. Sacrifícios, sonhos, indústria cultural: retratos da educação do corpo no esporte escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 499-512, set./dez. 2007. Disponível em

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022007000300008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000300008).

Acesso em 09/04/2021.

TRAMONTANO, Lucas. A fixação e a transitoriedade do gênero molecular. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 163-189, jan./abr. 2017.

TRAVERS, Ann. Queering Sport: lesbian softball leagues and the transgender challenge. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 41, n. 4, p. 431-446, 2006.

VIEIRA, Cleiton; PORTO, Rozeli Maria. “Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu* [online], n. 55, Campinas, 2019. Disponível em

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332019000100505&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332019000100505&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 09/04/2021.

VIEIRA, Marcus Andre. O que se cristaliza em uma identidade. *Latusa* [impresso], Rio de Janeiro, n. 26, p. 59-69, 2022.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008/8853>. Acesso em 04/04/23.

ZOBOLI, Fabio; MANSKE, George; GALAK, Eduardo. A generificação de corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n.2, Florianópolis, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279304>. Acesso em 03/04/2024.